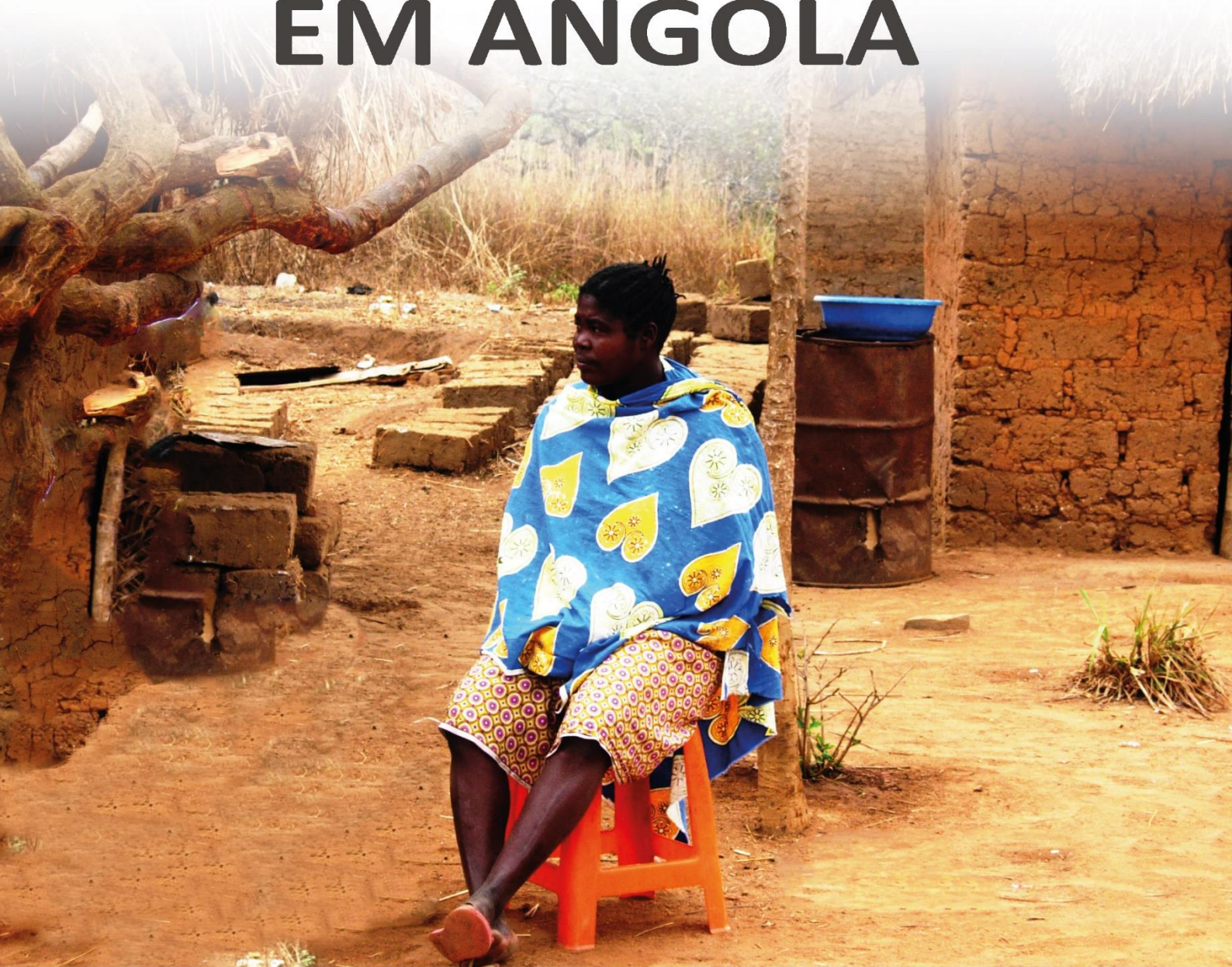
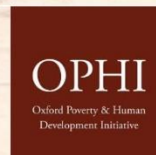


POBREZA MULTIDIMENSIONAL EM ANGOLA



JULHO 2020



ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL DE ANGOLA

JULHO 2020

FICHA TÉCNICA

Director Geral

Camilo Ceita

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Rua Ho-Chin-Minh,

Caixa Postal n.º 1215

Tel.: (+244) 226 420 730/1

Luanda – Angola

<https://www.ine.gov.ao>

Análise de Qualidade

Camilo Ceita

Ana Paula Machado

Equipa Técnica

Ricardo Nogales (OPHI)

Monica Pinilla (OPHI)

Ana Paula Machado

Eliana Quintas

Rigoberto Longuenda

Carlos Afonso

Lorenzo Mancini (PNUD Angola)

José Felix (PNUD Angola)

Apoio:

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI)

Composição e Difusão

INE - Departamento de Informação e Difusão

Fotografia:

Gentileza do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Reprodução

INE - Departamento de Informação e Difusão/Reprografia

Tiragem

500 Exemplares

Preço

3. 250, 00 Kz

Reprodução autorizada, excepto para fins comerciais, com Indicação da fonte bibliográfica INE - Luanda, Angola – 2020

Para esclarecimento e informação adicional sobre o conteúdo desta publicação contactar:

Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais: margarida.lourenço@ine.gov.ao (Chefe de Departamento)

ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS	9
PREFÁCIO	10
AGRADECIMENTOS	11
RESUMO EXECUTIVO	12
1. INTRODUÇÃO	14
2. METODOLOGIA	16
2.1. METÓDO ALKIRE FOSTER	16
2.2. FONTE DE DADOS	18
2.3. CONCEPÇÃO DO IPM-A	19
2.3.1. Dimensões, indicadores e linhas de privação	19
2.3.2. Pesos	25
2.3.3. Corte da pobreza	25
3. RESULTADOS	27
3.1. RESULTADOS NACIONAIS	27
3.2. DESAGREGAÇÃO POR ÁREA DE RESIDÊNCIA	30
3.3. POBREZA MULTIDIMENSIONAL POR PROVÍNCIA	33
3.4. RESULTADOS POR GRUPOS ETÁRIOS	38
3.5. DESAGREGAÇÃO POR SEXO DO CHEFE DO AGREGADO	40
3.6. ROBUSTEZ	42
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	45
5. PRÓXIMOS PASSOS	48
6. BIBLIOGRAFIA	49
7. ANEXOS	51
ANEXO I - CARTOGRAMAS DO IPM-A, INCIDÊNCIA E INTENSIDADE	53
ANEXO II - QUESTÕES DO QUESTIONÁRIO DO IIMS 2015-2016 (...) CÁLCULO DO IPM-A..	55
ANEXO III - RELAÇÃO ENTRE OS INDICADORES DO IPM-A E OS ODS	59
ANEXO IV - CARTOGRAMAS DA CONTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES NO IPM-A	60
ANEXO V - TAXAS NÃO CENSURADAS E CENSURADAS DO IPM-A	68
ANEXO VI - ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO	75
ANEXO VII - CONCEITOS E DEFINIÇÕES	76

ÍNDICE DE QUADROS, GRÁFICOS E CARTOGRAMAS

QUADROS

Quadro 1 - Dimensões, indicadores e linhas de privação	20
Quadro 2 - IPM-A, incidência e intensidade, IIMS 2015-2016	28
Quadro 3 - IPM-A, incidência e intensidade por área de residência, IIMS 2015-2016	30
Quadro 4 - Taxas não censuradas e censuradas por indicador e área de residência, IIMS 2015-2016	31
Quadro 5 - IPM-A por província, IIMS 2015-2016	33
Quadro 6 - Incidência por província, IIMS 2015-2016	35
Quadro 7 - Intensidade da pobreza por província, IIMS 2015-2016	36
Quadro 8 - IPM-A, incidência e intensidade da pobreza por grupo etário, IIMS 2015-2016	38
Quadro 9 - IPM-A, incidência e intensidade, por sexo do chefe, IIMS 2015-2016	41
Quadro 10 - Robustez as mudanças na linha de pobreza (k)	43
Quadro 11 - Robustez a alterações na estrutura de ponderação das dimensões	43
Quadro A - Questionário do Agregado Familiar	55
Quadro B - Questionário de Biomarcadores	58
Quadro C - Questionário da Mulher	58
Quadro D - Indicadores do IPM-A e dos ODS	59
Quadro E - Taxa não censurada do IPM-A por sexo do chefe do agregado familiar, IIMS 2015-2016	68
Quadro F - Taxa censurada do IPM-A por sexo do chefe do agregado familiar, IIMS 2015-2016	68
Quadro G - Taxa não censurada do IPM-A por área de residência, IIMS 2015-2016	69
Quadro H - Taxa censurada do IPM-A por área de residência, IIMS 2015-2016	69
Quadro I - Taxa não censurada do IPM-A por grupo de idade, IIMS 2015-2016	70
Quadro J - Taxa censurada da pobreza multidimensional por grupo de idade, IIMS 2015-2016	70
Quadro L - Taxa não censurada IPM-A por província e indicador, IIMS 2015-2016	70
Quadro M - Taxa censurada do IPM-A por província e indicador, 2015-2016	72
Quadro N - População projectada por província para o período 2015-2020	75

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxas de privação não censuradas, IIMS 2015-2016	27
Gráfico 2 - Taxas de privação censuradas (linha de pobreza: 30%), IIMS 2015-2016	29
Gráfico 3 - Contribuição percentual de cada indicador para o IPM-A, IIMS 2015-2016	29
Gráfico 4 - Incidência e intensidade da pobreza por área de residência, IIMS 2015-2016	30
Gráfico 5 - IPM-A por área de residência, IIMS 2015-2016	31
Gráfico 6 - Contribuição percentual de cada indicador para o IPM-A (...) residência, IIMS 2015-2016	32
Gráfico 7 - Distribuição dos pobres e da população por área de residência, IIMS 2015-2016	32

Gráfico 8 - IPM-A por província, IIMS 2015-2016	34
Gráfico 9 - Incidência da pobreza por província, IIMS 2015-2016	35
Gráfico 10 - Intensidade da pobreza por província, IIMS 2015-2016	36
Gráfico 11 - Proporção de pobres por província, IIMS 2015-2016	37
Gráfico 12 - Contribuição de cada indicador no IPM-A por província, IIMS 2015-2016	37
Gráfico 13 - IPM-A por grupo de idade, IIMS 2015-2016	38
Gráfico 14 - Incidência da pobreza por grupo de idade, IIMS 2015-2016	39
Gráfico 15 - Intensidade da pobreza por grupo de idade, IIMS 2015-2016	39
Gráfico 16 - Contribuição de cada indicador no IPM-A por grupo de idade, IIMS 2015-2016	40
Gráfico 17 - Incidência e intensidade da pobreza por sexo do chefe, IIMS 2015-2016	41

CARTOGRAMAS

Cartograma 1 - Pobreza multidimensional por província, IIMS 2015-2016	53
Cartograma 2 - Incidência de pobreza multidimensional por província (H,%), IIMS 2015-2016	54
Cartograma 3 – Intensidade da pobreza multidimensional por província (A,%), IIMS 2015-2016	54
Cartograma 4 - Contribuição da nutrição no IPM-A por província, IIMS 2015-2016	60
Cartograma 5 - Contribuição dos cuidados de saúde materna no IPM-A por província, IIMS 2015-2016	60
Cartograma 6 - Contribuição da mortalidade infantil no IPM-A por província, IIMS 2015-2016	61
Cartograma 7 - Contribuição do registo civil no IPM-A por província, IIMS 2015-2016	61
Cartograma 8 - Contribuição dos anos de escolaridade no IPM-A por província, IIMS 2015-2016	62
Cartograma 9 - Contribuição da frequência escolar no IPM-A por província, IIMS 2015-2016	62
Cartograma 10 - Contribuição do uso de combustível (...) no IPM-A por província, IIMS 2015-2016	63
Cartograma 11 - Contribuição da electricidade no IPM-A por província, IIMS 2015-2016	63
Cartograma 12 - Contribuição da qualidade da habitação no IPM-A por província, IIMS 2015-2016	64
Cartograma 13 - Contribuição da posse de bens no IPM-A por província, IIMS 2015-2016	64
Cartograma 14 - Contribuição do acesso á água no IPM-A por província, IIMS 2015-2016	65
Cartograma 15 - Contribuição do acesso ao saneamento no IPM-A por província, IIMS 2015-2016	65
Cartograma 16 - Contribuição do trabalho infantil no IPM-A por província, IIMS 2015-2016	66
Cartograma 17 - Contribuição do desemprego adulto no IPM-A por província, IIMS 2015-2016	66
Cartograma 18 - Contribuição do desemprego juvenil no IPM-A por província, IIMS 2015-2016	67
Cartograma 19 - Contribuição da dependência no IPM-A por província, IIMS 2015-2016	67

SIGLAS E ABREVIATURAS

IDREA	Inquérito de Despesas, Receitas e Emprego em Angola
IIMS 2015-2016	Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde 2015-2016
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
IPM-A	Índice de Pobreza Multidimensional de Angola
IPM-M	Índice de Pobreza Multidimensional nos Municípios de Angola
MEP	Ministério da Economia e Planeamento
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OGE	Orçamento Geral do Estado
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPHI	Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford (<i>Oxford Poverty and Human Development Initiative</i>)
PDN 2018-2022	Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022
PND 2012-2025	Plano Nacional do Desenvolvimento Sanitário 2012-2025
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

PREFÁCIO

Com a publicação do relatório do Índice de Pobreza Multidimensional de Angola (IPM-A) é introduzida no País uma ferramenta chave para a tomada de decisões mais informadas sobre as questões ligadas a erradicação da pobreza. Sentimo-nos profundamente orgulhosos por este resultado que cria as bases mais sólidas que nos permitirão de tempos em tempos medir de forma sistemática as dimensões e progressos alcançados na redução da pobreza multidimensional.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável estabelece 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com a ambição de “não deixar ninguém para trás”. O primeiro Objectivo, o ODS 1, visa a acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares e inclui a identificação de medidas de pobreza multidimensional com base nas definições nacionais. Este relatório é produto da longa e estratégica parceria entre o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que tem sido voltada para concretização de resultados. É pela primeira vez que Angola apresenta sua medição de pobreza multidimensional nacional, específica para o País, respondendo assim a uma das acções prioritárias incluídas seu Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022. A partir das contribuições recolhidas nas consultas técnicas, foram identificados indicadores chave de privação relacionados com quatro dimensões essenciais: saúde, educação, qualidade de vida e emprego. Reconhecemos que o Governo Angolano tem promovido esforços notáveis para combater a pobreza e o desenvolvimento local. A análise da pobreza multidimensional tem uma relevância enorme para Angola, no sentido de orientar às políticas nacionais e influenciar a alocação do Orçamento Geral do Estado (OGE), como mecanismo para acabar com a pobreza em todas as suas formas.

A pandemia da COVID-19 constitui uma ameaça muito grande para os grupos mais vulneráveis e também para os países em desenvolvimento. O PNUD estima que o Índice de Desenvolvimento Humano global possa reduzir este ano pela primeira vez desde 1990. Neste sentido, o IPM-A é uma ferramenta importante para chamar a atenção aos decisores políticos sobre as diferentes dimensões das privações que sofrem as pessoas que vivem em situação de pobreza.

Compraz-me felicitar o INE pelo esforço e comprometimento em promover a informação estatística de qualidade, incluindo a elaboração dos relatórios sobre a pobreza e os ODS. Um agradecimento especial é também dirigido à Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford (OPHI) da Universidade de Oxford pela sólida parceira demonstrada ao longo do processo de elaboração do relatório.

Acreditamos que o IPM-A contribuirá para maior capacidade do Governo no desenho, implementação, monitoria e avaliação das políticas públicas orientadas à erradicação de pobreza – incluindo o envolvimento da sociedade civil – promovendo assim um diálogo nacional sobre as soluções que fortalecem o crescimento inclusivo, desenvolvimento humano para “não deixar ninguém para trás”!

Edo Stork



Representante Residente

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

AGRADECIMENTOS

Ao apresentar o primeiro “Relatório do Índice de Pobreza Multidimensional de Angola”, o INE expressa os seus mais profundos agradecimentos a todos aqueles que contribuíram directa ou indirectamente na elaboração deste relatório.

Em primeiro lugar, agradecemos o suporte técnico da equipe da Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), especialmente os seus técnicos seniores por partilharem conhecimentos técnicos sobre cálculos do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), bem como estudos de outros países que implementaram o IPM como ferramenta estatística oficial e a forma como o têm utilizado para moldar políticas que aceleram a redução da pobreza.

Aproveitamos a oportunidade para, igualmente, agradecer ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Angola pelo apoio técnico e financeiro na elaboração deste Relatório, particularmente ao Representante Residente e respectiva equipa económica.

Agradecemos especiais ao Grupo Técnico do INE, coordenado pela Directora Geral Adjunta, para as Estatísticas Demográficas e Sociais, que trabalhou de forma afincada na elaboração do presente relatório. Acresce-se os técnicos do Departamento de Informação e Difusão, responsáveis pelo *layout* e o *design*, e o Departamento de Censos e Inquéritos Especiais responsável pela produção dos mapas anexos.

Com esta publicação, Angola dá mais um passo no aumento da sua capacidade em monitorar um dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, ou seja, o ODS 1 nas suas vertentes monetárias e multidimensional. Com os resultados do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) 2020, poder-se-á monitorar a evolução deste ODS de forma sustentável.

Apelamos a sociedade angolana, o amplo uso da informação estatística publicada neste relatório e no Portal do INE (<https://www.ine.gov.ao>), pois o mesmo constitui um sólido instrumento de apoio as políticas nacionais.

Luanda, Julho 2020

Camilo Ceita



Director Geral do INE

RESUMO EXECUTIVO

A pobreza é muitas vezes compreendida como escassez monetária. No entanto, existe um consenso crescente de que um único indicador não permite capturar todas as privações da vida humana. Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e adoptados pela comunidade mundial, propõem o monitoramento de 244 indicadores simultaneamente para entender o progresso e os desafios do progresso mundial em direcção a uma maior prosperidade e justiça para todos. O **ODS 1**, visa acabar com a pobreza em todas as suas formas e propõe dois objectivos complementares: a **Meta 1.1**, que se concentra na pobreza monetária e a **Meta 1.2**, que consiste explicitamente em reduzir para metade a **pobreza multidimensional de crianças, mulheres e homens, de acordo com as definições nacionais**.

Com base nos resultados do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde, IIMS, de 2015-2016 suportados por consultas públicas, foi elaborado o **Índice de Pobreza Multidimensional de Angola (IPM-A)** como o índice nacional permanente e contínuo para medir a pobreza multidimensional no País.

O IPM-A está constituído por **quatro dimensões**: i) **Saúde**; ii) **Educação**, iii) **Qualidade de vida**; iv) **Emprego** – e **dezasseis indicadores** que expressam as **diferentes privações** enfrentadas pelas pessoas que vivem em pobreza e são, bastante, importantes para capturar a realidade do País. Cada dimensão tem o peso igual no valor do índice, porque todas são considerados igualmente importantes na tomada de decisões para as políticas públicas contra a redução da pobreza. Uma pessoa é considerada multidimensionalmente pobre, em Angola, se sofrer privações em 30% ou mais das dezasseis privações ponderadas.

O IIMS 2015-2016, é o inquérito com mais informação sobre indicadores de saúde. Por esta razão foi a fonte de dados seleccionada para a produção do IPM-A. **Assim, usando os dados do IIMS 2015-2016, a incidência da pobreza (H) a nível nacional é estimada em 54,0%, ou seja, mais de 5 em cada 10 pessoas em Angola são multidimensionalmente pobres.** A taxa de intensidade média da pobreza é de 48,9%; isto indica que os pobres em Angola sofrem em média cerca de metade de privações dos indicadores incluídos no IPM-A.

Para orientar as políticas públicas, este relatório apresenta resultados abrangentes sobre a composição da pobreza multidimensional em Angola. **Note-se que mais de quatro em cada dez angolanos são pobres com privações em habitação de qualidade adequada (44,2%) ou em electricidade (43,7%) ou de registo civil (43,3%).**

Grandes disparidades são verificadas geograficamente e, ter em consideração este facto, é muito importante para a implementação de programas e projectos públicos, tendo em atenção as privações específicas que estas populações pobres enfrentam de acordo com a caracterização do seu território.

A taxa de incidência da pobreza multidimensional na área rural (87,8%) é mais que o dobro da taxa de incidência na área urbana (35,0%). Além disso, constata-se que as províncias mais pobres exibem, não apenas uma maior proporção da população que vive em pobreza multidimensional, mas também uma elevada intensidade da pobreza. **As províncias do Bié, Cunene, Lunda Norte Moxico, Cuando Cubango, Uíge, Huíla, Cuanza sul e Huambo apresentam uma taxa de incidência**

da pobreza superior a 70%. Ao passo que a **provincia de Luanda apresenta a menor taxa de incidência da pobreza, com 23,7%**. O relatório também destaca a importância de se prestar atenção à situação das **crianças menores de 9 anos**, com a maior **taxa de incidência da pobreza multidimensional (64,3%)** comparado com qualquer outro grupo etário.

Com o objectivo de orientar acções para melhorar essa situação, o presente relatório mostra também como estas privações contribuem para a pobreza por área de residência, por provincia e por grupo etário. A falta de registo civil, a falta de água apropriada e a má qualidade da habitação aparecem como problemas transversais em todas essas desagregações. Esta situação não pode ser resolvida por políticas isoladas, porque elas afectam muitas famílias simultaneamente.

Desde modo, o IPM-A permite a concepção e coordenação de programas abrangentes de políticas públicas para melhorar a vida dos angolanos de forma sustentável.



1. INTRODUÇÃO

Em 2015, os Estados Membros da ONU adoptaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável que constitui um plano de acção para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. A Agenda 2030 define 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) integrados e indivisíveis, 169 metas e 244 indicadores que buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e raparigas, sob o lema de “não deixar ninguém para trás”.

Passados quatro anos desde a implementação da Agenda 2030, a ONU organizou a primeira Cimeira dos ODS, a 25 de Setembro de 2019, com o objectivo de medir os progressos já alcançados. A Cimeira dos ODS apelou a um maior esforço dos Estados e reuniu líderes políticos, sociais e empresariais para encontrarem soluções que promovessem a implementação dos ODS, concretizada no movimento “Década da Acção”.

A pandemia global causada pelo coronavírus, COVID 19, representa um evento sem precedentes que tem tido impactos socioeconómicos negativos em todo o Mundo, em particular sobre as pessoas que vivem em pobreza e sobre os grupos mais vulneráveis. Neste contexto, as metas e indicadores dos ODS definidos pela Agenda 2030 assumem um papel chave para acelerar o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

O presente relatório poderá contribuir profundamente para monitorizar a implementação dos ODS, em particular para o **ODS 1**, que visa acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, mais concretamente para a **Meta 1.2**, que visa reduzir pelo menos para metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza em todas as suas dimensões de acordo com as definições nacionais. Ao se referir a “**todas as suas dimensões**”, esta meta ressalta que o conceito de pobreza multidimensional é muito mais amplo do conceito de pobreza monetária, isto é, a pobreza medida em termos de rendimento ou consumo de bens e serviços.

Os resultados do presente relatório contribuem para estabelecer a linha de base de Angola para o **indicador 1.2.2 do ODS 1**, definido como a proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem em pobreza em todas as suas dimensões de acordo com as definições nacionais.

Em 2019, o INE em parceria com PNUD e OPHI, publicou o relatório da “Pobreza Multidimensional nos Municípios de Angola”. Este relatório apresentou o Índice Multidimensional de Pobreza por Município (IPM-M), um índice que permitiu mostrar as múltiplas privações que afectam a população residente em termos de saúde, educação, qualidade da habitação e emprego em cada um dos 164 municípios de Angola.¹ As estimativas municipais do IPM-M, mostraram que 65 dos 164 municípios de Angola, apresentam uma taxa de incidência da pobreza acima dos 90%. Segundo o IPM-M, as províncias com os 10 municípios mais pobres do País são: Cunene, Namibe, Malange, Moxico Cuando Cubango e Lunda Norte. Enquanto que, a província de Luanda (capital do País), possui 5 dos municípios menos pobres do País.

O **objectivo do IPM-M não foi medir a pobreza do País ou ao nível de cada província**; pretendia apenas identificar o nível de pobreza de cada município e agrupá-los dentro de classificações

¹ INE, 2019. Pobreza Multidimensional nos Municípios de Angola

tecnicamente robustas e úteis para a distribuição de Orçamento Geral do Estado (OGE). O **IPM-M foi calculado com base nos dados do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) de Angola realizado em 2014, sendo esta a única base de dados que permite uma desagregação a nível municipal**. Os resultados do IPM-M são agora complementados pelo IPM-A, levando em consideração outros aspectos da qualidade de vida das famílias em Angola, desta vez ao nível provincial e nacional.

O IPM-A contribui para o monitoramento de privações simultâneas chaves que afectam as pessoas que vivem em pobreza multidimensional. Os indicadores incluídos no IPM-A reflectem as prioridades nacionais definidas no PDN 2018-2022, na Estratégia de Desenvolvimento de longo prazo, Visão Angola 2025 e na Agenda 2063 da União Africana.

O IPM-A complementa os resultados sobre pobreza monetária publicados recentemente pelo INE, calculados à partir do Inquérito de Despesas e Receitas em Angola (IDR) 2018-2019, que centrou-se na pobreza medida em termos de consumo de bens e serviços². Os resultados sobre pobreza monetária indicam que a incidência da pobreza em Angola é de 40,6%, o que significa que cerca de 41, em cada 100, angolanos têm um nível de consumo abaixo da linha da pobreza, estimada em Kz. 12.181 por mês. A incidência da pobreza é maior nas áreas rurais, representando quase o dobro comparativamente às áreas urbanas.

Estes dados são importantes com uma abordagem puramente monetária, mas o IPM-A os complementa e fornece uma visão mais ampla das necessidades que a população angolana enfrenta na sua vida quotidiana. Considerando a pobreza em todas as suas formas, as políticas públicas alcançarão uma melhoria considerável e permanente na vida da população do País.

O IPM-A reflecte a pobreza em Angola, portanto não é comparável com o IPM Global, que para Angola foi calculado com os dados do IIMS 2015-2016 com dimensões de comparação internacional e não particulares de Angola, e que é de 51,1%.

² <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/31-populacao-e-sociedade/835-relatorio-final-do-inquerito-sobre-despesas-e-receitas-idr-2018-2019>

2. METODOLOGIA

O IPM-A complementa o índice de pobreza monetária e permite identificar as pessoas que sofrem múltiplas privações simultaneamente e conhecer as privações vividas pela população. O IPM-A é estimado, usando o Método Alkire-Foster.

2.1. METÓDO ALKIRE FOSTER

Alkire e Foster (2011) propõem um método baseado em uma abordagem de contagem, que faz ajustes na família de indicadores tradicionais de pobreza propostos por Foster Greer e Thorbecke (FGT) para adaptá-los a uma abordagem multidimensional. Esse método envolve o estabelecimento de dois limiares na etapa de identificação de pessoas multidimensionais pobres.

No IPM-A, a **unidade de identificação** é o agregado familiar. Isso significa que todos os membros de um agregado familiar são identificados como pobres se não atenderem aos padrões mínimos de vida estabelecidos nos limiares de privação. A **unidade de análise**, no entanto, são os indivíduos. Isso significa que a análise da pobreza se concentrará em analisar a situação de cada indivíduo na base de dados do IIMS, identificando-o como pobre ou não pobre, em função das características do seu agregado.

As dimensões, indicadores e limiares de privação considerados no IPM-A são apresentados no Quadro 1. Os limiares de privação representam padrões mínimos de vida, de modo que um agregado familiar e todos os seus membros não são considerados privados nesse indicador. Então g_{ij}^0 é uma variável dicotômica que assume o valor de 1 se o indivíduo i é privado no indicador j . A variável g_{ij}^0 assume o valor 0 em caso contrário.

A proporção de pessoas que sofrem privação em Angola é chamada de **taxa de privação sem censura**. Essa taxa indica a prevalência de cada privação entre toda a população, independentemente de ser pobre ou não.

Como Alkire e Foster (2008) indicam: *“as linhas de corte específicas para cada dimensão por si só não conseguem identificar quem é pobre; outros critérios que vão além das dimensões devem ser considerados para chegar a uma especificação completa do método de identificação”*.

Da mesma forma, cada privação tem uma ponderação diferente, dependendo da estrutura definida para o IPM-A (consulte o Quadro 1). O peso do indicador j é indicado como w_j e representa a importância relativa que ele tem no IPM-A. Observa-se que esses pesos são iguais para cada indivíduo e variam apenas entre os indicadores.

Por isso, uma vez identificados os agregados e indivíduos que são pobres em cada dimensão, esta metodologia conta o número de privações, ponderada por seus respectivos pesos, em que o indivíduo i é privado. O resultado é uma pontuação de privação, que é calculada para cada pessoa, da seguinte maneira:

$$C_i = \sum_{j=1}^d w_j g_{ij}^0$$

Onde d representa o número de indicadores usados no IPM-A (ver Quadro 1), ou seja, dezasseis.

Nesta fase, é definido o segundo limiar, k , a partir do qual é definido quem é pobre e quem não é em termos multidimensionais. Ou seja, k representa a proporção mínima de indicadores ponderados nos quais um indivíduo deve apresentar privação para ser considerado multidimensionalmente pobre.

No caso do IPM-A, a linha de corte da pobreza foi definida como $k=30\%$. Isso significa que uma pessoa é considerada multidimensionalmente pobre, se sofre 30% das possíveis privações ou mais. Esse valor corresponde a ser privado em uma dimensão (25%) mais o peso médio de um indicador (6%).

Depois de se identificar as pessoas pobres, três indicadores agregados de pobreza podem ser calculados:

- A percentagem de pessoas consideradas multidimensionalmente pobres é chamada “**Taxa de incidência de pobreza**” e é denominada “ H ”.
- A média de privações ponderadas que sofrem as pessoas multidimensionalmente é chamada de “**Taxa de intensidade de pobreza**” e é denominada como “ A ”.
- A “**Taxa de incidência ajustada**” ou o valor real do **IPM**, combina a incidência e a intensidade da pobreza: $IPM = H \times A$.

Para entender melhor a composição da pobreza em Angola, é calculada a “**Taxa de privação censurada**” para cada indicador. Essa taxa é indicada como h_j e indica a proporção de pessoas que são multidimensionalmente pobres e são privadas em cada indicador. Essa taxa é um complemento útil à taxa de incidência sem censura para cada indicador. Se as duas taxas são semelhantes, as privações nesse indicador estão concentradas na população pobre.

Também é importante conhecer a contribuição de cada indicador para o valor do IPM, ou seja, sua contribuição para a pobreza multidimensional. Uma propriedade particularmente útil do método Alkire-Foster é a possibilidade de decompô-lo por indicadores, levando em consideração as taxas de privação censuradas de cada indicador (h_j) e o peso (w_j) desse indicador no IPM-A (w_j):

$$IPM = \sum_{j=1}^d w_j h_j$$

A partir dessa propriedade, a contribuição percentual de cada indicador pode ser calculada da seguinte forma:

$$\phi_j = \frac{w_j h_j}{IPM}$$

De tal maneira que $\sum_{j=1}^d \phi_j = 1$. Um valor alto de ϕ_j indica que o indicador j tem uma contribuição importante no valor do IPM-A e, portanto, na pobreza multidimensional do país.

2.2. FONTE DE DADOS

A fonte de dados utilizada para calcular o IPM-A é o Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde realizado em 2015-2016 (IIMS 2015-2016), que resultou da junção do quarto Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS IV) e do primeiro Inquérito Demográfico e de Saúde (DHS I). Como se referiu, anteriormente, o IIMS é o inquérito que mais informação, sobre saúde e sobre indicadores demográficos, disponibiliza tornando-o o mais adequado para o cálculo da IPM.

O IIMS 2015-2016 teve como principal objectivo, fornecer estimativas actualizadas de indicadores demográficos e de saúde básicos, incluindo a fecundidade e a mortalidade, o planeamento familiar, a saúde da criança, a nutrição, e o VIH. Para além disso, incluiu questões sobre características demográficas, educação, saúde, emprego, posse de bens, água e saneamento, entre outros.

O IIMS 2015-2016 usou uma amostra de conglomerados, probabilística, estratificada e multi-etápica,³ definida com base nos resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) de Angola, levado a cabo pelo INE em 2014. O IIMS 2015-2016 garante uma representatividade a nível nacional, provincial, urbano e rural, assim como a nível das características sociodemográficas como sexo, grupos etários, nível de escolaridade e quintis socioeconómicos.

A amostra do IIMS 2015-2016 abrange apenas a população residente em agregados familiares, sendo excluídos os agregados familiares e respectivos membros residentes em residências colectivas, tais como hotéis, hospitais, quartéis militares, residências de estudantes e os sem-abrigo, etc.

Todas as mulheres de 15-49 anos de idade, residentes habituais ou visitantes que passaram a noite anterior à entrevista nos agregados familiares seleccionados, foram elegíveis para a entrevista individual da mulher. Por outro lado, em 50% dos agregados familiares seleccionados para as entrevistas, todos os homens de 15-54 anos de idade, residentes habituais ou visitantes que passaram a noite anterior ao inquérito, foram elegíveis para a entrevista individual do homem. Em relação aos testes biométricos, nos mesmos 50% dos agregados familiares seleccionados para entrevista aos homens, foram recolhidas amostras de sangue de todas as mulheres de 15-49 anos e todos os homens de 15-54 anos, a fim de serem posteriormente testadas no Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP) para avaliar a prevalência do VIH.

Nos restantes 50% dos agregados familiares não seleccionados para entrevista aos homens, todas as crianças com menos de 5 anos de idade foram pesadas e medidas para avaliar a sua situação nutricional. Além disso, foi efectuado um teste de sangue a todas as crianças de 6-59 meses identificadas nestes agregados familiares, de modo a avaliar a prevalência da anemia e da malária⁴.

Em todos os agregados familiares seleccionados, uma mulher de 15-49 anos foi seleccionada aleatoriamente para responder às perguntas do módulo de violência doméstica e uma criança de 5-17 anos de idade foi seleccionada aleatoriamente para responder às perguntas do módulo de trabalho infantil.

³ Angola, Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde 2015-2016 (<https://www.ine.gov.ao/publicacoes/31-populacao-e-sociedade/602-relatorio-final-inquerito-de-indicadores-multiplos-e-de-saude-iims-2015-2016>)

⁴ Idem.

2.3. CONCEPÇÃO DO IPM-A

O IPM-A reflecte a pobreza multidimensional em Angola, portanto não é comparável com as medidas nacionais elaboradas por outros países ou com o IPM Global.

2.3.1. Dimensões, indicadores e linhas de privação

Em Março de 2019 o INE realizou uma consulta pública para identificar os indicadores relevantes para definir o IPM de Angola “IPM-A”. Com base nas contribuições recolhidas nesta consulta, foram definidos os dezasseis indicadores da pobreza multidimensional nacional, que foram estruturados em quatro dimensões: i) saúde, ii) educação, iii) qualidade da vida e iv) emprego.

A unidade de identificação para o IPM-A é o agregado familiar. Essa abordagem pressupõe o aspecto habitacional e de partilha, e, portanto, considera um agregado familiar como uma pessoa ou um grupo de pessoas, com ou sem relações de parentesco, que vivem habitualmente sob o mesmo tecto e partilham as despesas alimentares e/ou outras necessidades vitais, ou seja é uma unidade formada por indivíduos cujas vidas estão profundamente interligadas.

A unidade de análise, para a qual os resultados são relatados e analisados, é o indivíduo. Isto significa que a taxa de incidência é a percentagem de indivíduos que formam parte de um agregado familiar que foi identificado como multidimensionalmente pobre, o que permite uma análise das pessoas que vivem no agregado, onde são detectados problemas que provavelmente afectam todo o agregado familiar. Assim, não se supõe que cada pessoa seja um indivíduo isolado, mas que receba influências constantes do seu meio ambiente mais próximo, ou seja, daquelas pessoas com quem vive diariamente.

O Quadro 1, mostra a estrutura e composição do IPM-A, incluindo as definições de indicadores e os pesos de cada indicador.

Quadro 1 - Dimensões, indicadores e linhas de privação

Dimensão	Indicador	Linha de privação Um agregado familiar é privado se:	Peso da dimensão	Peso do indicador
Saúde	Nutrição	Ao menos uma criança menor de 5 anos tem malnutrição crónica (baixa altura por idade) ou malnutrição aguda (baixo peso por altura).	25%	8,3%
	Cuidados de saúde materna	Ao menos uma mulher em idade reprodutiva (15-49 anos), que esteve grávida nos últimos 2 anos, não fez pelo menos 4 consultas pré-natais ou o parto não foi assistido por um profissional de saúde qualificado.		8,3%
	Mortalidade infantil	Ao menos uma criança morreu antes de completar 5 anos, nos últimos 5 anos anteriores a entrevista.		8,3%
Educação	Registo civil	Ao menos um membro de 0-5 anos não tem registo de nascimento.	25%	8,3%
	Anos de escolaridade	Nenhum membro de 12 ou mais anos tem pelo menos 6 anos de escolaridade.		8,3%
	Frequência escolar	Existe pelo menos uma criança entre 6-14 anos que não frequenta a escola. (idade oficial obrigatória do ensino primário ao I ciclo do ensino secundário).		8,3%
Qualidade de vida	Combustível sólido para cozinhar	O principal combustível para cozinhar é carvão, lignite, carvão vegetal, lenha, palha, ramos, canas, produtos agrícolas, estrume ou outro.	25%	4,2%
	Acesso a electricidade	Não tem electricidade da rede em casa.		4,2%
	Tipo de material das paredes, chão e tecto da habitação	O piso da casa é de terra ou as paredes de materiais naturais ou não adequados ou o tecto de materiais naturais ou não adequado.		4,2%
	Posse de Bens	Não possui mais que um dos seguintes bens: rádio, televisão, telefone, computador, geleira/arca, bicicleta, motorizada ou carroça de tracção animal e não possui um carro ou camião.		4,2%
	Acesso a água apropriada para beber	Não tem acesso a fonte de água apropriada para beber a uma distância inferior a 30 minutos (ida e volta).		4,2%
	Acesso ao saneamento	Não tem acesso a algum tipo de saneamento apropriado ou se a instalação sanitária da casa é partilhada com outro agregado.		4,2%
Emprego	Trabalho infantil	Ao menos uma criança de 5-17 anos trabalha (utilizando os padrões da OIT e UNICEF).	25%	6,3%
	Desemprego entre adultos	Algum membro com 25-64 anos não trabalha, mas está disponível para trabalhar.		6,3%
	Desemprego juvenil	Algum membro com 15-24 anos não trabalha e não estuda.		6,3%
	Dependência	Por cada 5 membro do agregado familiar não existe pelo menos um membro com 15-64 anos que tem emprego remunerado.		6,3%

- 1) **Malnutrição crónica** ou Altura por Idade (A/I) e malnutrição **aguda** ou Peso por Altura (P/A): as crianças são consideradas desnutridas se a pontuação z de peso/idade ou a altura/idade for inferior a menos dois desvios-padrão da mediana da população de referência.
- 2) **Mortalidade infantil** (em menores de 5 anos): consiste na morte de crianças durante os primeiros cinco anos de vida.

Dimensão saúde

A dimensão saúde tem um peso de 25% na contagem total de privações de um agregado familiar e possui três indicadores: i) nutrição, ii) cuidados de saúde materna e iii) mortalidade infantil.

O primeiro indicador desta dimensão está ligado ao estado nutricional das crianças com menos de 5 anos de idade. Crianças menores de 5 anos são consideradas malnutridas se a pontuação z de estatura para idade (baixa estatura) ou peso para idade (baixo peso) for inferior a menos dois desvios-padrão da mediana da população de referência, segundo os padrões da Organização Mundial de Saúde (OMS). Esse indicador é de importância permanente para medir o estado de saúde em uma casa, mas também é particularmente útil no contexto da pandemia que ocorre no momento do lançamento do IPM-A. Nesse sentido, este é também um indicador de risco devido ao COVID-19 (Alkire et al., 2020 a, b). Embora não contemple a nutrição de toda a família, em teoria, esse indicador pode captar problemas nutricionais e de alimentação em geral. Um agregado familiar é privado em **nutrição** se tiver pelo menos uma criança com menos de 5 anos com malnutrição crónica (baixa altura por idade) ou malnutrição aguda (baixo peso por altura).

Os serviços de saúde que uma mãe recebe durante a gravidez, o parto e o período imediatamente após o parto são importantes para a sobrevivência e o bem-estar da mãe e da criança. O Ministério da Saúde, no seu Plano Nacional do Desenvolvimento Sanitário (PNDS) 2012-2025, recomenda que uma mulher grávida deve ser observada, no mínimo, em quatro consultas pré-natais em unidades de saúde por um profissional de saúde qualificado. Assim sendo, um agregado familiar é privado em **cuidados de saúde materna** se tiver pelo menos uma mulher em idade reprodutiva (15-49 anos), que esteve grávida nos últimos 2 anos e não fez pelo menos 4 consultas pré-natais ou o parto não foi assistido por um profissional de saúde qualificado.

Informações sobre a mortalidade na infância são relevantes para uma avaliação demográfica da população e constituem indicadores importantes para medir os níveis do desenvolvimento socioeconómico e da qualidade de vida do país. Um agregado familiar é privado em **mortalidade infantil** (infanto-juvenil) se pelo menos uma criança morreu antes de completar 5 anos, nos últimos 5 anos anteriores ao inquérito (IIMS 2015-2016). O indicador de mortalidade infantil do IPM-A captura o número de pessoas em cujas casas morreu pelo menos uma criança. Assim, é diferente das taxas agregadas de mortalidade infantil que são indicadas regularmente, porque busca enfatizar a privação sofrida em cada agregado familiar em Angola.

Dimensão educação

A dimensão educação tem peso de 25% na contagem total de privações de um agregado familiar, e possui 3 indicadores: i) registo civil, ii) anos de escolaridade e iii) frequência escolar.

Segundo os dados do IIMS 2015-2016, três quartos (75%) das crianças com menos de 5 anos de idade não possui **registo de nascimento**, o que não está em conformidade com a Constituição da República de Angola, no que diz respeito ao direito à identidade pessoal. Logo à partida estas estão privadas ao acesso à direitos e serviços básicos garantidos por lei. Portanto, um agregado familiar é considerado privado se tiver pelo menos uma criança de 0-5 anos que não esteja registada por uma conservatória de registo civil. Os agregados familiares sem crianças de 0-5 anos são considerados como não privados neste indicador.

Em Angola, o ensino primário é obrigatório e gratuito, o qual compreende 6 anos de escolaridade (1ª classe até a 6ª classe). Assim, todas as crianças com 6-14 anos de idade, deveriam frequentar o ensino primário e tê-lo concluído. Um agregado familiar é considerado privado em **anos de escolaridade**, se não houver pelo menos um indivíduo com mais de 12 anos de idade que tenha completado pelo menos 6 anos de escolaridade. Os agregados familiares sem crianças de 6-14 anos são considerados não privados neste indicador.

Um agregado familiar é considerado privado em **frequência escolar** se tiver alguma criança em idade escolar (6-14 anos de idade) que não frequenta a escola. Os agregados familiares sem crianças em idade escolar desta faixa etária são considerados não privados neste indicador.



Dimensão qualidade de vida

Esta dimensão aborda aspectos ligados a qualidade de vida da população. Tem um peso de 25% e possui seis indicadores: i) uso de combustível sólido para cozinhar, ii) acesso a electricidade e iii) tipo de material das paredes, chão e tecto da habitação, iv) posse de bens, v) acesso a água potável e vi) acesso ao saneamento.

O primeiro indicador é o uso de **combustível sólido para cozinhar**. O fumo liberado durante esse processo está intimamente relacionado com o desenvolvimento de doenças respiratórias, tais como a bronquite crónica, tuberculose, doença isquémica do coração, câncer de laringe, doença pulmonar obstrutiva crónica, etc. Portanto um agregado familiar é considerado privado se o principal combustível utilizado para cozinhar é carvão, lenha/arbustos, palha/capim, cartão/papelão ou produtos agrícolas. Devido à correlação com problemas respiratórios, este também é um indicador de risco ou ameaça fatal devido ao COVID-19 (Alkire et al., 2020 a,b).

Quanto ao segundo indicador, **acesso a electricidade**, um agregado familiar é privado se a principal fonte de iluminação não for a electricidade da rede pública. A electricidade é muito importante porque pode proporcionar conforto, bem-estar, segurança e lazer para o agregado familiar, incluindo a possibilidade da refrigeração e conservação dos alimentos.

A adequação da **habitação** está relacionada com a qualidade e durabilidade dos materiais utilizados na sua construção. Paredes externas de pedra, cimento/bloco, tijolo e madeira; tecto de placa de betão, telha, lousalite/fibrocimento e zinco; chão de cimento, mosaicos de cerâmica, mármore e tacos de madeira são considerados adequados. Um agregado familiar é privado neste indicador se a casa onde reside é construída com material não apropriado no tecto, ou no chão ou nas paredes.

O quarto indicador desta dimensão é a **posse de bens**. A posse de alguns bens constitui um meio que contribui para a estabilidade socioeconómica dos agregados familiares. Os agregados familiares tendem a acumular bens duráveis ao longo do tempo e, por essa razão, a posse de bens é um indicador de bem-estar importante. Considera-se que um agregado familiar é privado se não possui mais que um dos seguintes bens: rádio, televisão, telefone, computador, geleira/arca, bicicleta, motorizada ou carroça de tracção animal e não possui um carro ou camião.

O acesso a água potável e saneamento básico são direitos humanos fundamentais para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável, que Angola reconhece. Por este motivo, o IPM-A inclui dois indicadores vinculados a este aspecto de qualidade de vida.

Em primeiro lugar, considera-se **água apropriada para beber**, a água proveniente de fontes tais como: torneira ligada a rede pública, chafariz público, furo com bomba, cacimba ou nascentes protegidas. Este indicador é sempre importante para medir a qualidade de vida das famílias em Angola, mas também é particularmente informativo no contexto da pandemia do COVID-19. Este indicador está vinculado directamente a vulnerabilidades e riscos de propagação deste vírus (Alkire et al., 2020 a, b). Essa privação coloca as pessoas em alto risco de prevenir e evitar contrair a doença. O acesso a água apropriada é um factor que reduz em grande medida não só a contaminação dos alimentos e contribui para a saúde de todos os seus respectivos membros. O indicador de acesso à água potável apropriada toma em conta dois aspectos: i) o acesso a uma fonte de água apropriada para beber e ii) o tempo necessário para obter a água para beber. Em suma, um agregado familiar é privado em água apropriada se não tem uma fonte adequada de água para beber a uma distância inferior a 30 minutos (ida e volta).

As condições das instalações sanitárias podem contribuir para a transmissão de doenças como a cólera, a febre tifóide e outras, assim, é importante o uso de instalações de saneamento apropriadas e não compartilhadas. Cerca de um terço dos agregados familiares (32%) possui algum tipo de instalação sanitária apropriada e não compartilhada e a proporção é maior nas áreas urbanas (46%) do que nas áreas rurais (11%). Portanto, considera-se também, **saneamento apropriado** o uso de sanita, retrete ou latrina ligada à rede pública de esgotos ou à fossa séptica, dentro ou fora de casa. Instalações sanitárias apropriadas: Incluem qualquer sanita não partilhada dos seguintes tipos: ligada à rede pública de esgotos, ligada à fossa séptica e ligada à fossa aberta.

Dimensão emprego

Esta dimensão aborda a dinâmica do trabalho no agregado familiar, o qual afecta em grande escala as condições de subsistência dos agregados e por outro lado o futuro dos jovens que irão constituir novas famílias. Tem um peso de 25% e possui quatro indicadores: i) trabalho infantil, ii) desemprego entre adultos, iii) desemprego juvenil e iv) dependência.

O primeiro indicador desta dimensão é o **trabalho infantil**. O bem-estar das crianças, está consagrado na Constituição da República (Artigo 80): “A criança tem direito à atenção especial da família, da sociedade e do Estado, os quais, em estreita colaboração, devem assegurar a sua ampla protecção contra todas as formas de abandono, discriminação, opressão, exploração e exercício abusivo de autoridade, na família e nas demais instituições”. Utilizando os padrões da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), considera-se que uma criança realizou actividades económicas, se durante a semana anterior ao inquérito esteve envolvida em: i) as actividades económicas (trabalho remunerado ou não remunerado numa empresa da família para alguém que não era membro do agregado familiar), ii) trabalho doméstico (tarefas domésticas como cozinhar, limpar a casa ou cuidar de outras crianças) e iii) exposição das crianças a condições de trabalho perigosas. Para esta variável as horas foram definidas de acordo com a idade: i) 5-11 anos de idade pelo menos 1 hora ou mais; ii) 12-14 anos de idade o equivalente a 14 horas ou mais; iii) 15-17 anos de idade se trabalhou 43 horas ou mais. Portanto, um agregado familiar é privado em trabalho infantil se pelo menos uma criança de 5-17 anos de idade esteve envolvida em algum tipo de trabalho de acordo com idade, horas e tipo de trabalho definidos neste parágrafo.

O segundo indicador calculado para essa dimensão é o **desemprego entre adultos**. São considerados desempregados todas as pessoas com 15 ou mais anos de idade de idade que no período de referência se encontravam simultaneamente nas situações seguintes: i) não tinha trabalho e ii) estava disponível para trabalhar. Assim sendo, um agregado familiar é considerado privado em desemprego entre adultos, se tiver pelo menos um membro com a idade compreendida entre os 25-64 anos de idade que não tem trabalho, mas está disponível para trabalhar no período de referência.

O terceiro indicador é o **desemprego juvenil**. Um agregado familiar é considerado privado em **desemprego juvenil**, se pelo menos um membro com a idade compreendida entre os 15-24 anos de idade não tem trabalho e não estuda.

O último indicador nesta dimensão é **dependência económica**. Um agregado familiar é considerado privado neste indicador, se para cada 5 membros, não existe pelo menos um membro com 15-64 anos de idade (idade activa) que trabalha. Este indicador é importante porque permite compreender a vulnerabilidade de todo o agregado familiar às mudanças negativas conjunturais que podem afectar a perda do emprego por parte dos membros que sustentam financeiramente o agregado familiar.



2.3.2. Pesos

O IPM-A usa pesos iguais para cada dimensão, apontando um peso de 25% para cada uma das 4 dimensões: i) Saúde, ii) Educação, iii) Qualidade da vida e iv) Emprego. Este esquema implica uma importância relativa igual para cada uma. Dentro das dimensões cada indicador é igualmente ponderado. Cada um dos três indicadores das dimensões saúde e educação têm um peso de 1/12 (8,3%); cada um dos seis indicadores da qualidade de vida tem um peso de 1/24 (4,2%); e cada um dos quatro indicadores do emprego um peso de 1/16 (6,3%).

A atribuição da mesma importância a cada indicador dentro de uma dimensão poderia ser objecto de debate; por exemplo, é possível argumentar que é necessário atribuir um maior ou menor peso a um indicador específico. O IPM-A não sofre com essa limitação metodológica pois possui um consenso entre actores públicos, universidades e representantes da sociedade civil. A estrutura dos pesos foi debatida na fase da consulta técnica para o desenho do índice, que envolveu especialistas técnicos nas diferentes áreas. O consenso geral foi de atribuir o mesmo peso aos indicadores que pertencem a uma mesma dimensão assumindo que aqueles contribuam, em conjunto, para determinar as privações da dimensão considerada. Do ponto de vista técnico, também foram testadas estruturas alternativas de pesagem. Como será detalhado na seção de robustez do IPM-A, os resultados foram considerados estáveis para essas alternativas

2.3.3. Corte da pobreza

A estrutura do método de Alkire-Foster emprega uma estratégia de corte duplo. Além dos limiares de privação para cada indicador explicado acima, é necessário um limiar de pobreza, um único corte transversal da pobreza identifica se cada pessoa é multidimensionalmente pobre ou não. Uma pessoa é considerada multidimensionalmente pobre se a soma ponderada das suas privações (sua pontuação de privação) atinge ou ultrapassa a linha da pobreza.

Para o IPM-A, a linha de corte da pobreza foi definida como $k=30\%$. Isso significa que uma pessoa é considerada multidimensionalmente pobre se sofre 30% de possíveis privações ou mais. Esse valor corresponde a ser privado em uma dimensão (25%) e mais ou menos o peso de um indicador médio (6%). Este corte é uma opção que permite operacionalizar a noção de pobreza multidimensional, no sentido de apresentar privações equivalentes a "mais de uma dimensão". Essa lógica é semelhante à utilizada no IPM-M, que já tem aceitação entre as esferas públicas e o público em geral.



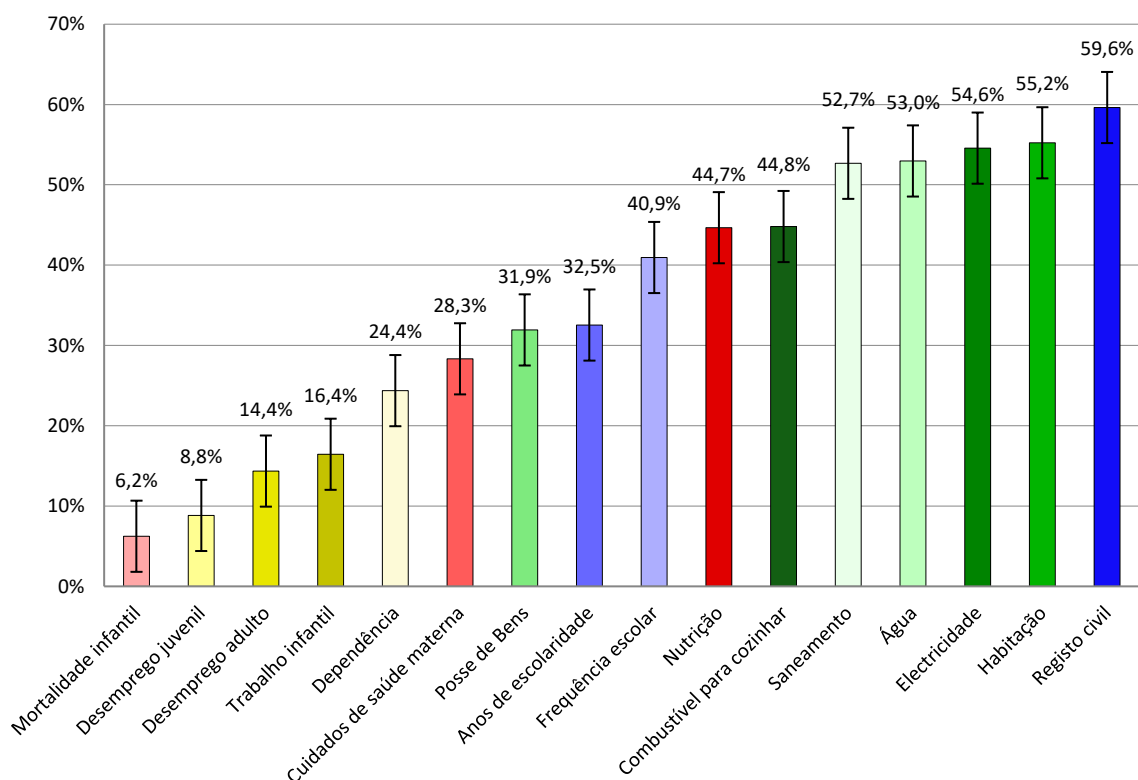
3. RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados do IPM-A, com base nos dados do IIMS 2015-2016. Apresenta-se em primeiro lugar, os resultados nacionais do IPM-A, seguido pelas taxas de incidência e de intensidade. O IPM-A permite detectar a distribuição desigual da pobreza no País, portanto seguidamente são apresentados os resultados desagregados por área de residência, por província, por grupos etários e finalmente por sexo do chefe do agregado.

3.1. RESULTADOS NACIONAIS

As taxas de privação não censuradas representam a prevalência de cada indicador em toda a população. Como ilustrado no Gráfico 1, as privações mais comuns que afectam a população de Angola são o **registo civil**, a **qualidade da habitação** em que reside o agregado familiar, o **acesso a água apropriada** e a **falta de combustível adequado para cozinhar**; todas essas privações afectam **mais da metade da população do País**. Enquanto, a mortalidade infantil e o desemprego juvenil apresentam as prevalências mais baixas, afectando menos de 1 para cada 10 pessoas no País.

Gráfico 1 - Taxas de privação não censuradas, IIMS 2015-2016



Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

Embora seja importante conhecer a incidência de cada privação separadamente, a condição multidimensional de pobreza das famílias depende da manifestação conjunta dessas privações. O Quadro 2 apresenta o IPM-A, bem como a taxa de incidência da pobreza (proporção de pessoas identificadas como multidimensionalmente pobres) e a taxa de intensidade da pobreza (proporção

média de indicadores ponderados nos quais os pobres são privados). O referido quadro mostra que, utilizando uma linha de pobreza multidimensional de 30%:

- A taxa de incidência da pobreza (H) a nível nacional é estimada em 54,0%, o que significa que aproximadamente 5 em cada 10 pessoas no país são multidimensionalmente pobres.⁵
- A taxa de intensidade média da pobreza (A), que reflecte a parcela de privações que cada pessoa pobre experimenta é de 48,9%. Ou seja, os pobres em Angola sofrem em média cerca de metade de privações dos 16 indicadores incluídos no IPM-A;
- O IPM de Angola é de 0,264, o que significa que as pessoas em todo território nacional experimentam em média 26,4% das privações que seriam vívidas se todas as pessoas fossem privadas de todos os indicadores.

Quadro 2 - IPM-A, incidência e intensidade, IIMS 2015-2016

Linha de pobreza	Descrição	Valor	Intervalo de confiança (95%)	
30%	IPM-A	0,264	0,252	0,276
	Incidência (H, %)	54,0	51,7	56,3
	Intensidade (A, %)	48,9	48,2	49,6

Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

Como explicado no ponto 2.2, estas estimativas são baseadas numa amostra, logo têm uma margem de erro. Neste sentido, o Quadro 2, também apresenta o intervalo de confiança de 95%, o que significa que se pode afirmar com 95% de confiança, que o verdadeiro valor do Índice de Pobreza Multidimensional da população em Angola está entre 0,252 e 0,276.

Para começar a analisar a pobreza multidimensional e adoptar acções de políticas públicas para combatê-la é importante conhecer a proporção de pessoas que sofrem privações em cada indicador e que são multidimensionalmente pobres. Essa proporção é a taxa de privação censurada. Essa taxa é um complemento útil à taxa de incidência não censurada para cada indicador, que representa a proporção da população total, privada em cada indicador.

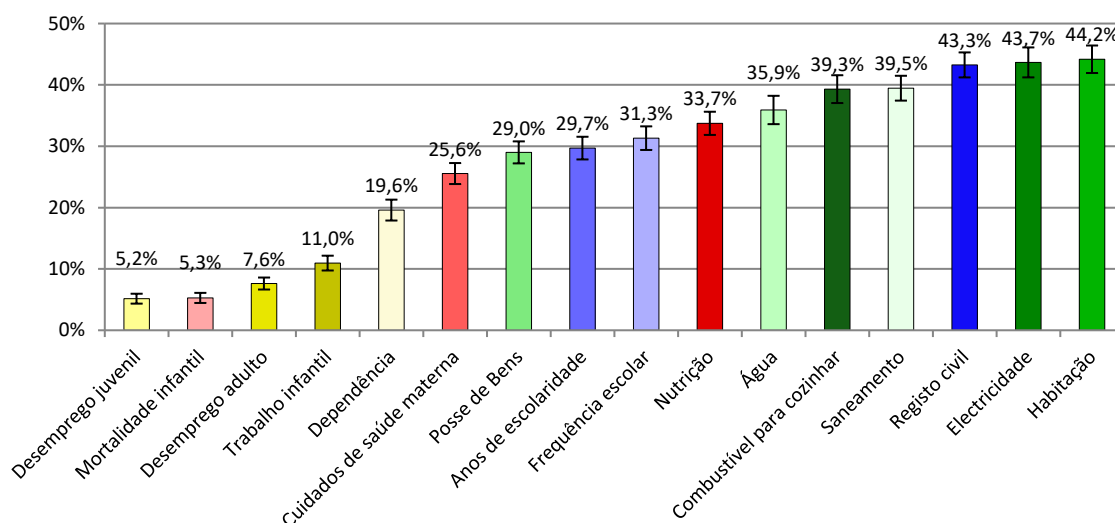
O Gráfico 2 apresenta a percentagem da população que é multidimensionalmente pobre e privada em cada indicador a nível nacional. Assim, 44,2% da população é multidimensionalmente pobre e também se encontra privada em habitação; 43,7% está privada em electricidade; 43,3% está privada em registo civil; 39,5% está privada em saneamento e 35,9% está privada em água.

Observa-se que os indicadores apresentam uma taxa censurada relativamente baixa comparada com as taxas não censuradas: 11,0% estão privados em trabalho infantil, 7,6% estão privados em desemprego de adulto, 5,3% está privado em mortalidade infantil e 5,2% está privado em desemprego juvenil. Ou seja, observa-se que entre a população multidimensionalmente pobre, as privações mais comuns são a qualidade da habitação, o acesso a electricidade e o registo civil, ao

⁵ O que corresponde á 14 milhões de pessoas no período de 2015-2016. Baseando-se na projecção da população para o ano de 2020 e supondo que a taxa de incidência seria a mesma, isso corresponderia a 16 milhões de pessoas pobres multidimensionalmente em todo país.

passo que o desemprego juvenil e a mortalidade infantil apresentam as taxas mais baixas de privação.

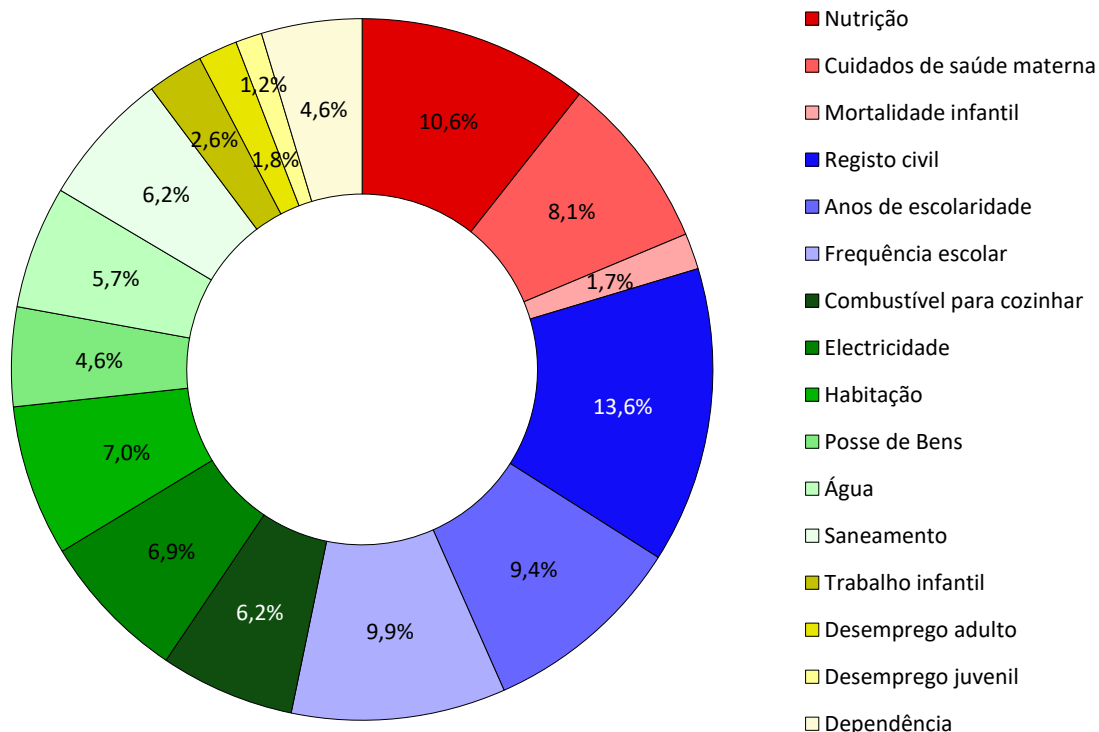
Gráfico 2 - Taxas de privação censuradas (linha de pobreza: 30%), IIMS 2015-2016



Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

O Gráfico 3, mostra a contribuição de cada indicador no IPM-A, ou seja, mostra quais são as privações que compõem a pobreza multidimensional do País.

Gráfico 3 - Contribuição percentual de cada indicador para o IPM-A, IIMS 2015-2016



Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

Constata-se que os indicadores que mais contribuem para o valor do IPM-A são: i) registo civil (13,6%); ii) nutrição (10,6%); iii) ano de escolaridade (9,9%); iv) frequência escolar (9,4%); v) cuidados de saúde materna (8,1%) e vi) habitação (7,0%). Em conjunto os indicadores das

dimensões educação e qualidade de vida contribuem com quase 70% da pobreza multidimensional no País.

3.2. DESAGREGAÇÃO POR ÁREA DE RESIDÊNCIA

A desagregação da pobreza multidimensional por área de residência, fornece informações que podem apoiar na implementação de políticas de redução da pobreza a nível territorial de modo a não correr o risco de deixar para trás as pessoas mais vulneráveis.

O Quadro 3 mostra a profunda assimetria entre as áreas urbanas e rurais. A taxa de incidência da pobreza multidimensional na área rural (87,8%) é mais do dobro da área urbana (35,0%). Na área rural, cerca de 9 em cada 10 pessoas vivem em pobreza multidimensional. Também a intensidade da pobreza é mais elevada na área rural que na área urbana. Por sua vez, isso pode significar respostas políticas em diferentes áreas, tornando o IPM-A útil para monitorar os efeitos de mudanças de políticas e mudanças de programas no futuro.

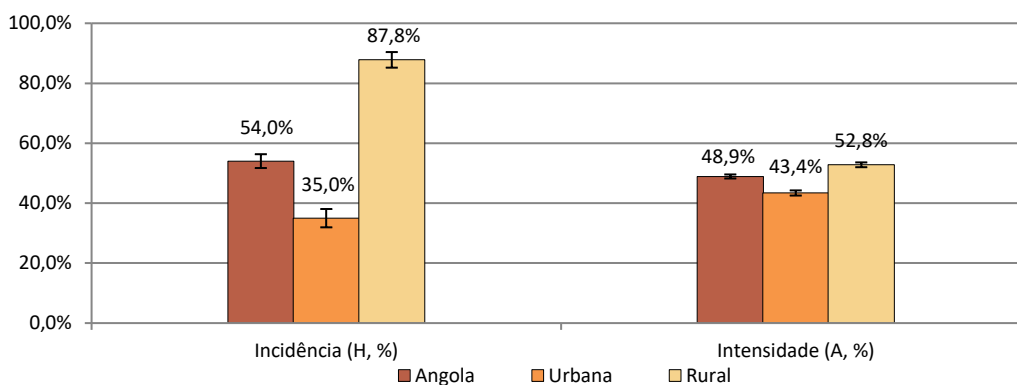
Quadro 3 - IPM-A, incidência e intensidade por área de residência, IIMS 2015-2016

Área de residência	Distribuição da população (%)	IPM-A			Incidência (H%)			Intensidade (A%)		
		Valor	Intervalo de confiança (95%)		Valor	Intervalo de confiança (95%)		Valor	Intervalo de confiança (95%)	
Urbana	62,9%	0,152	0,138	0,165	35,0%	31,9%	38,0%	43,4%	42,5%	44,3%
Rural	37,1%	0,463	0,446	0,480	87,8%	85,2%	90,3%	52,8%	52,0%	53,6%

Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

O Gráfico 4 relaciona a pobreza nas áreas urbanas e rurais à pobreza no nível nacional. Pode-se observar que, apesar de nas áreas rurais residirem pouco mais de um para cada três angolanos, é mais provável que seus habitantes vivam na pobreza em comparação com os habitantes das áreas urbanas. Além disso, é importante notar que a intensidade da pobreza é significativamente maior nas áreas rurais, em comparação às áreas urbanas. Em média, uma pessoa pobre em áreas rurais sofre, em média, 53% de privações ponderadas, enquanto uma pessoa pobre em áreas urbanas sofre, em média, cerca de 43% de privações.

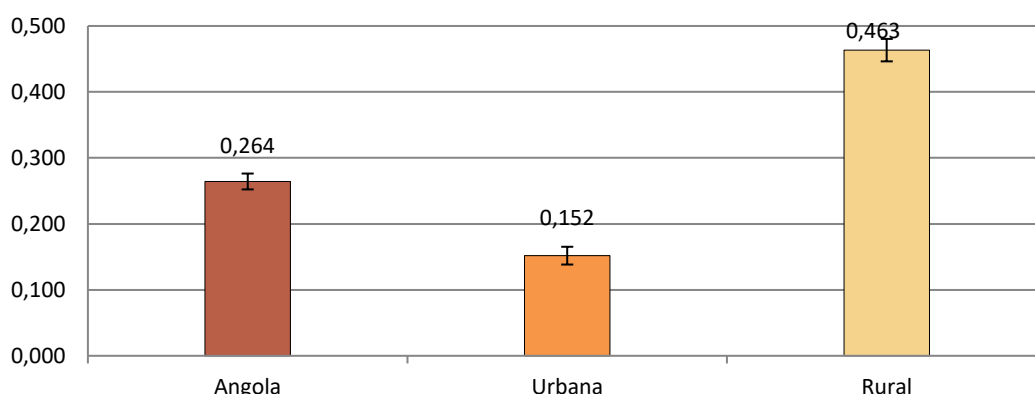
Gráfico 4 - Incidência e intensidade da pobreza por área de residência, IIMS 2015-2016



Fonte: Cálculos do INE, utilizando IIMS 2015-2016

Tendo em conta a incidência e a intensidade da pobreza nas duas áreas de residência, o Gráfico 5 mostra que, a pobreza multidimensional está, sem dúvida, altamente concentrada nas áreas rurais.

Gráfico 5 - IPM-A por área de residência, IIMS 2015-2016



Fonte: Cálculos do INE, utilizando IIMS 2015-2016

O Quadro 4 apresenta as taxas não censuradas e censuradas por indicador e área de residência. Mostra-nos que na área rural, 71% da população total está privada em registo civil, ao passo que 68,4% da população é pobre e está privada neste indicador. Este dado indica que a privação em registo civil é muito elevada independentemente da pessoa ser ou não pobre, ou seja, o registo civil afecta tanto as pessoas pobres como as pessoas não pobres. Essa situação é muito mais visível nas áreas urbanas, onde mais da metade das pessoas são privadas no registo civil, mas menos de 30% das pessoas são pobres e têm essa privação. Sem dúvida, existe uma grande proporção de pessoas que, sem serem pobres, sofrem privação neste indicador.

Outro aspecto relevante é o indicador da mortalidade infantil: 8,4% da população da área rural (independentemente se é pobre ou não), está privada neste indicador, ao passo que 8,2% da população é pobre e privada, mostrando que esta é uma privação característica da população pobre. Muito poucas pessoas sofrem privação neste indicador sem serem pobres.

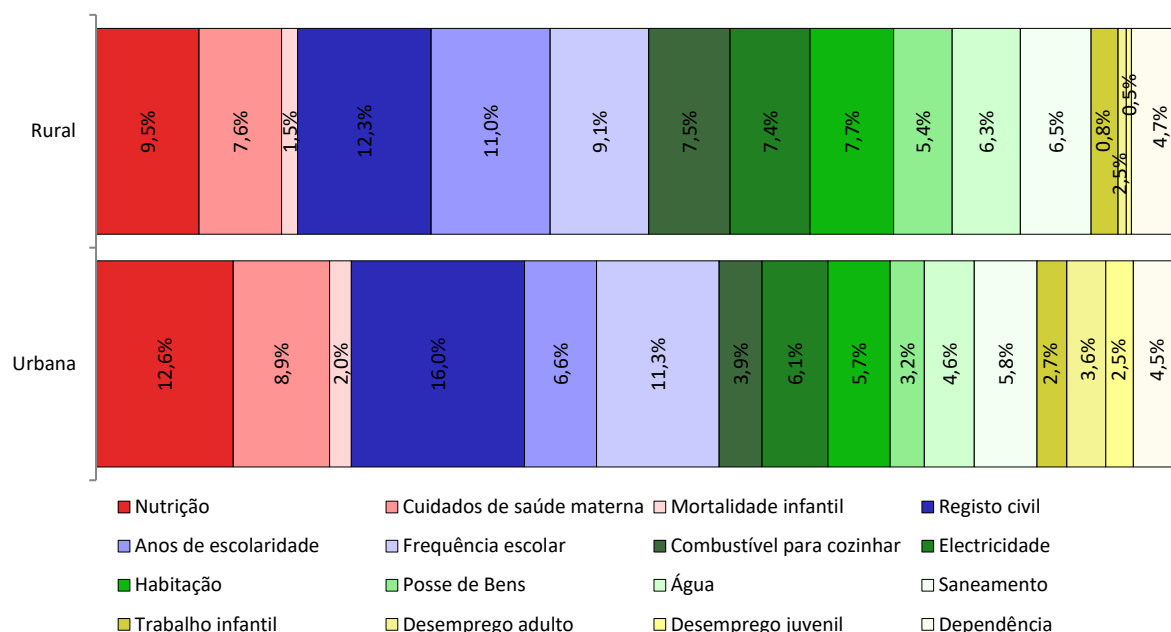
Quadro 4 - Taxas não censuradas e censuradas por indicador e área de residência, IIMS 2015-2016

Dimensões	Indicadores	Taxa não censurada		Taxa censurada	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural
Saúde	Nutrição	39,2%	54,4%	23,0%	52,7%
	Cuidados de saúde materna	20,0%	43,1%	16,2%	42,2%
	Mortalidade infantil	5,0%	8,4%	3,6%	8,2%
Educação	Registo civil	53,2%	71,0%	29,1%	68,4%
	Anos de escolaridade	15,0%	63,5%	12,1%	60,9%
	Frequência escolar	34,7%	52,0%	20,6%	50,4%
Qualidade de vida	Combustível para cozinhar	18,8%	90,8%	14,4%	83,4%
	Electricidade	34,3%	90,5%	22,1%	81,9%
	Habitação	33,2%	94,3%	20,9%	85,5%
	Posse de Bens	14,2%	63,3%	11,5%	60,0%
	Água	39,3%	77,1%	16,7%	69,9%
	Saneamento	38,3%	78,1%	21,0%	72,2%
Emprego	Trabalho infantil	14,7%	19,5%	6,7%	18,6%
	Desemprego adulto	18,8%	6,5%	8,7%	5,7%
	Desemprego juvenil	11,6%	3,9%	6,2%	3,4%
	Dependência	17,9%	35,9%	11,0%	34,8%

Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

O Gráfico 6 mostra a proporção da população censurada de cada indicador por área de residência.

Gráfico 6 - Contribuição percentual de cada indicador para o IPM-A por área de residência, IIMS 2015-2016

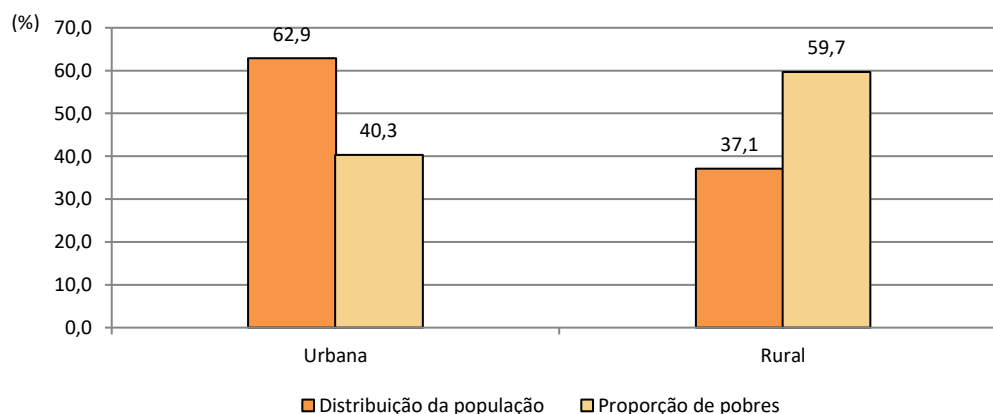


Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

Constata-se que, tanto na área rural como na urbana, os indicadores que mais contribuem para a pobreza multidimensional são: registo civil, nutrição, anos de escolaridade, frequência escolar, e cuidados de saúde materna. Esses cinco indicadores contribuem com um total de 56,5% para o valor do IPM-A nas áreas urbanas e 49,5% nas áreas rurais.

Na área urbana, as privações relacionadas com a nutrição (12,6%), o registo civil (16%) e a frequência escolar (11,3%) contribuem mais para a condição da pobreza que na área rural. Já os indicadores que mais pesam na pobreza rural, comparado com a área urbana, são os anos de escolaridade, o uso de combustível para cozinhar, o acesso à electricidade e as condições da habitação.

Gráfico 7 - Distribuição dos pobres e da população por área de residência, IIMS 2015-2016



Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

O Gráfico 7 compara a distribuição de pobres e a distribuição da população residente por área de residência. Pode-se verificar que embora, apenas 37% do total população viver em áreas rurais, estas concentram cerca de 60% dos pobres do País. Por outro lado, 63% da população vive em áreas urbanas, onde vivem 40% dos pobres do País.

3.3. POBREZA MULTIDIMENSIONAL POR PROVÍNCIA

Além de fornecer dados sobre a pobreza multidimensional ao nível nacional e por área de residência, o IPM-A também pode ser calculado por província para mostrar as disparidades da pobreza em cada uma das 18 províncias do País.

O Quadro 5 é particularmente importante porque combina a distribuição percentual da população da província, com o IPM-A. Verifica-se que apesar da província de Luanda apresentar o IPM-A mais baixo (0,094), detém 27% da população total residente no País, o que representa mais de um quarto da população residente no País.

O Quadro 5, ainda mostra o IPM-A para cada uma das 18 províncias, bem como, os respectivos intervalos de confiança. Constatam-se que as províncias mais pobres exibem não apenas maior taxa de incidência, mais também uma elevada taxa de intensidade. A província mais pobre multidimensionalmente é o Cunene com um IPM-A de 0,405 e a menos pobre é Luanda com 0,094.

Quadro 5 - IPM-A por província, IIMS 2015-2016

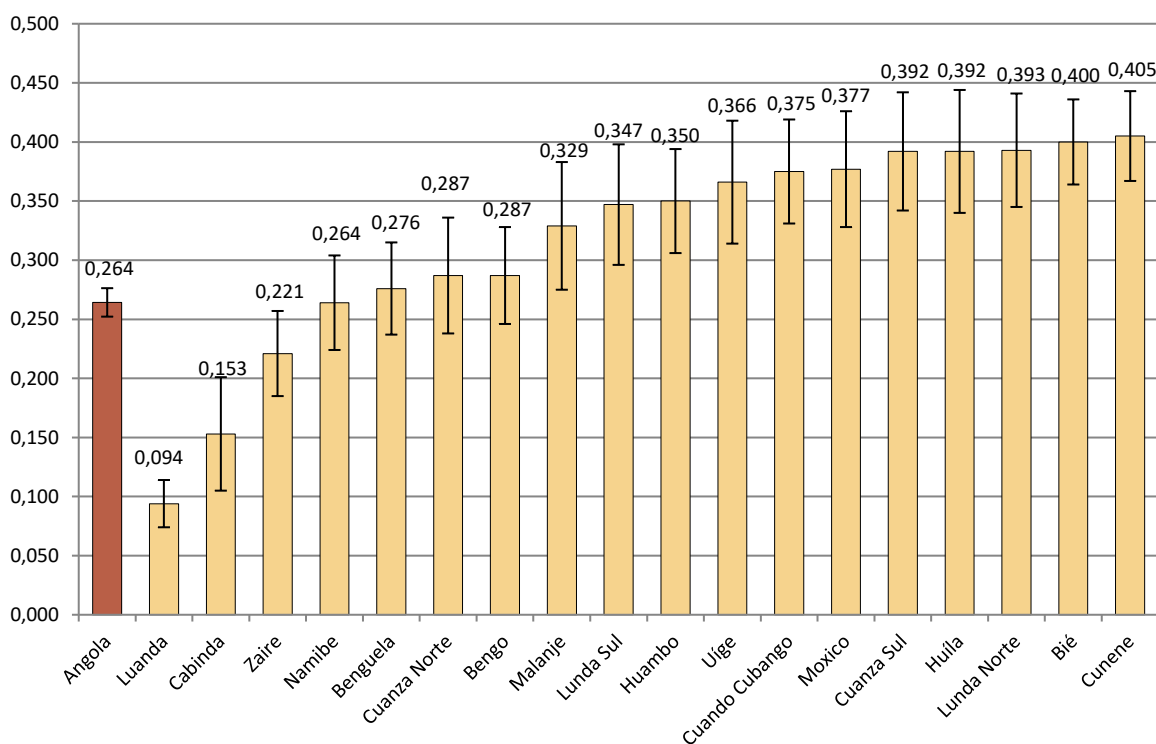
Províncias	Distribuição da população (%)	IPM-A		
		Valor	Intervalo de confiança (95%)	
Angola	100	0,264	0,252	0,276
Cunene	3,8	0,405	0,367	0,444
Bié	5,6	0,400	0,364	0,436
Lunda Norte	3,3	0,393	0,345	0,442
Cuanza Sul	7,3	0,392	0,342	0,442
Huíla	9,7	0,392	0,340	0,445
Moxico	2,9	0,377	0,328	0,425
Quando Cubango	2,1	0,375	0,331	0,418
Uíge	5,7	0,366	0,314	0,419
Huambo	7,9	0,350	0,306	0,394
Lunda Sul	2,1	0,347	0,296	0,399
Malanje	3,8	0,329	0,275	0,383
Cuanza Norte	1,7	0,287	0,238	0,337
Bengo	1,4	0,287	0,246	0,328
Benguela	8,6	0,276	0,237	0,315
Namibe	1,9	0,264	0,224	0,303
Zaire	2,3	0,221	0,185	0,256
Cabinda	2,8	0,153	0,105	0,201
Luanda	27,1	0,094	0,074	0,113

Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

Ao analisar-se o IPM-A por províncias, devemos levar em conta os respectivos intervalos de confiança, isto é, se os intervalos de confiança entre as províncias estiverem sobrepostos, o IPM-A dessas províncias podem ser estatisticamente similares, e, se os intervalos de confiança não estiverem sobrepostos, então os valores do IPM-A dessas províncias são, sem dúvida, estatisticamente diferentes. Em função da sobreposição dos intervalos de confiança, pode-se identificar províncias com IPM-A similares. O Gráfico 8 mostra que os intervalos de confiança do IPM-A das províncias do Cuanza Sul e da Lunda Norte se sobrepõem, neste caso a diferença entre o IPM-A destas províncias são estatisticamente similares, 0,392 e 0,393, respectivamente.

Importa salientar que, algumas províncias como o Cunene (0,405), Bié (0,400), Lunda Norte (0,393), Huíla (0,392), Cuanza Sul (0,392), Moxico (0,377), Cuando Cubango (0,375) e Uíge (0,366), apresentam níveis muito altos de pobreza em comparação com Luanda (0,094) ou Cabinda (0,153). São as oito províncias com IPM-A mais elevado no País. Estes resultados estão em conformidade com os encontrados na pobreza multidimensional nos municípios de Angola, visto que estas oito províncias, em conjunto, possuem 38% dos municípios mais pobres do país (46 dos 164 municípios). Ao passo que, as províncias de Luanda e Cabinda são as províncias com IPM-A mais baixo, portanto as províncias menos pobres multidimensionalmente.

Gráfico 8 - IPM-A por província, IIMS 2015-2016



Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

Algumas províncias têm taxa de incidência e de intensidade semelhantes. Nestes casos os intervalos de confiança se sobrepõem e as diferenças podem não ser estatisticamente significativas. O Quadro 6 mostra a taxa de incidência da pobreza para cada uma das 18 províncias, bem como, os respectivos intervalos de confiança.

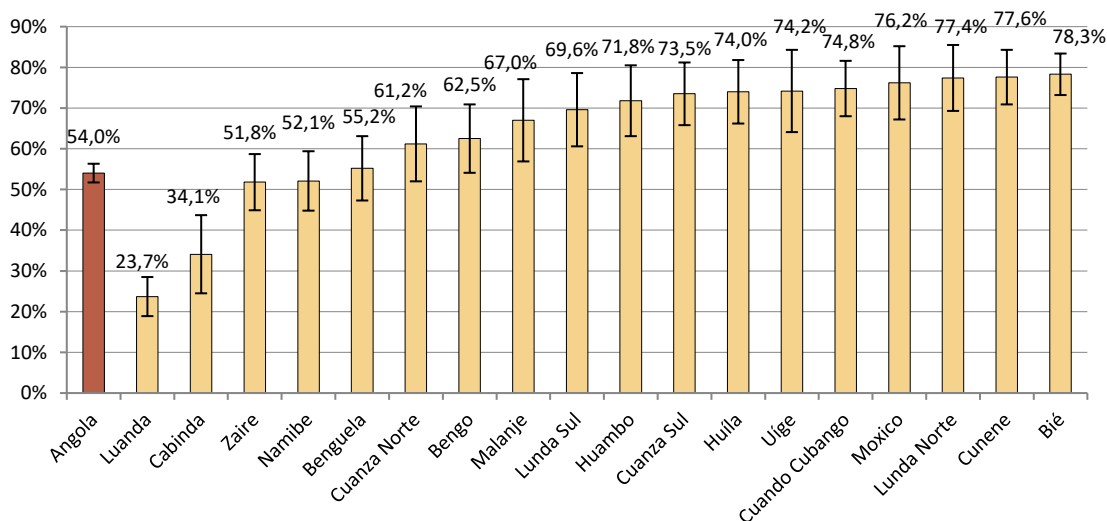
Quadro 6 - Incidência da pobreza por província, IIMS 2015-2016

Províncias	Distribuição da população (%)	Incidência		
		Valor	Intervalo de confiança (95%)	
Angola	100	54,0%	51,7%	56,3%
Bié	5,6	78,3%	73,2%	83,5%
Cunene	3,8	77,6%	70,9%	84,4%
Lunda Norte	3,3	77,4%	69,3%	85,4%
Moxico	2,9	76,2%	67,2%	85,3%
Quando Cubango	2,1	74,8%	68,0%	81,5%
Uíge	5,7	74,2%	64,1%	84,3%
Huíla	9,7	74,0%	66,2%	81,8%
Cuanza Sul	7,3	73,5%	65,8%	81,3%
Huambo	7,9	71,8%	63,1%	80,5%
Lunda Sul	2,1	69,6%	60,6%	78,6%
Malanje	3,8	67,0%	56,9%	77,1%
Bengo	1,4	62,5%	54,1%	70,8%
Cuanza Norte	1,7	61,2%	52,0%	70,4%
Benguela	8,6	55,2%	47,3%	63,1%
Namibe	1,9	52,1%	44,8%	59,5%
Zaire	2,3	51,8%	44,9%	58,6%
Cabinda	2,8	34,1%	24,5%	43,6%
Luanda	27,1	23,7%	18,9%	28,4%

Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

O Gráfico 9 mostra que a província do Bié, Cunene, Lunda Norte Moxico, Cuando Cubango, Uíge, Huíla, Cuanza Sul e Huambo apresentam uma taxa de incidência da pobreza superior a 70%, o que significa que pelo menos 7 em cada 10 pessoas nessas províncias são multidimensionalmente pobres. Ao passo que, a província de Luanda apresenta a menor incidência da pobreza com 23,7%, o que significa que pelo menos 2 em cada 10 pessoas são multidimensionalmente pobres.

Gráfico 9 - Incidência da pobreza por província, IIMS 2015-2016



Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

O Quadro 7 mostra a taxa de intensidade da pobreza para cada uma das 18 províncias, bem como os respectivos intervalos de confiança.

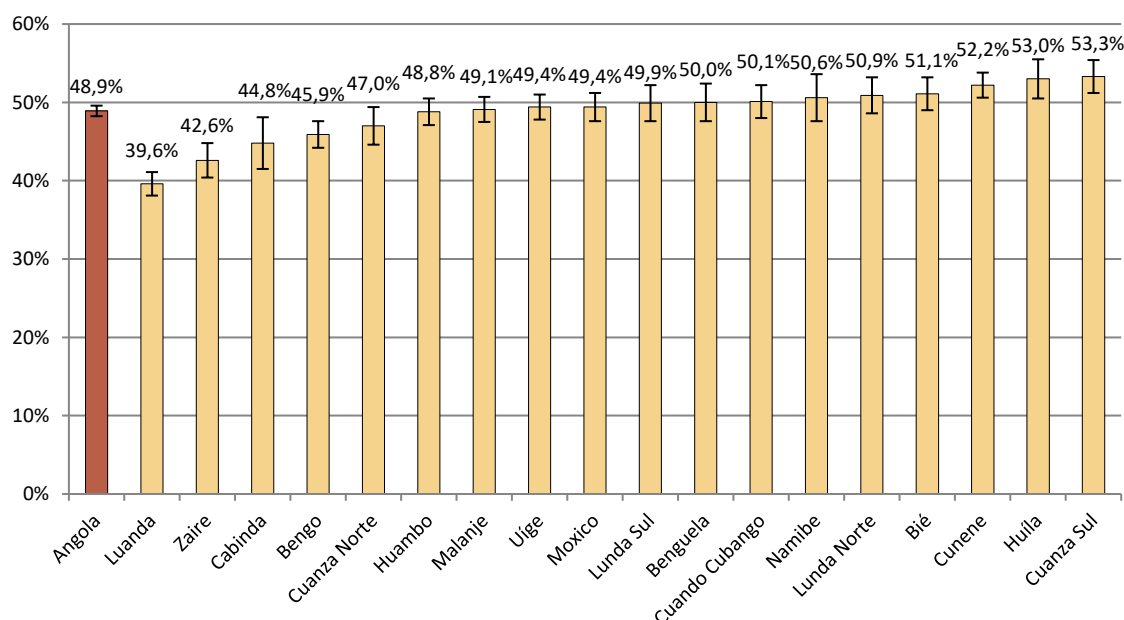
Quadro 7 - Intensidade da pobreza por província, IIMS 2015-2016

Província	População (%)	Intensidade		
		Valor	Intervalo de confiança (95%)	
Angola	100	48,9%	48,2%	49,6%
Cuanza Sul	7,3	53,3%	51,2%	55,4%
Huíla	9,7	53,0%	50,5%	55,6%
Cunene	3,8	52,2%	50,6%	53,9%
Bié	5,6	51,1%	49,0%	53,1%
Lunda Norte	3,3	50,9%	48,6%	53,1%
Namibe	1,9	50,6%	47,6%	53,6%
Quando Cubango	2,1	50,1%	48,0%	52,2%
Benguela	8,6	50,0%	47,6%	52,4%
Lunda Sul	2,1	49,9%	47,6%	52,2%
Uíge	5,7	49,4%	47,8%	51,0%
Moxico	2,9	49,4%	47,6%	51,2%
Malanje	3,8	49,1%	47,5%	50,7%
Huambo	7,9	48,8%	47,1%	50,5%
Cuanza Norte	1,7	47,0%	44,6%	49,3%
Bengo	1,4	45,9%	44,2%	47,6%
Cabinda	2,8	44,8%	41,5%	48,2%
Zaire	2,3	42,6%	40,4%	44,8%
Luanda	27,1	39,6%	38,1%	41,1%

Fonte: Cálculos do INE, utilizando IIMS 2015-2016

O Gráfico 10 mostra, que nas províncias do Cuanza Sul, Huíla, Cunene, Bié, Lunda Norte, Namibe, Quando Cubango, Lunda Sul e Benguela, a taxa de intensidade da pobreza é cerca de 50%, o que significa que os pobres sofrem em média cerca 50% de privações dos indicadores. Enquanto, que, na província de Luanda, e Zaire a intensidade da pobreza é aproximadamente de 40%, o que significa que os pobres sofrem em média cerca de 40% de privações dos indicadores.

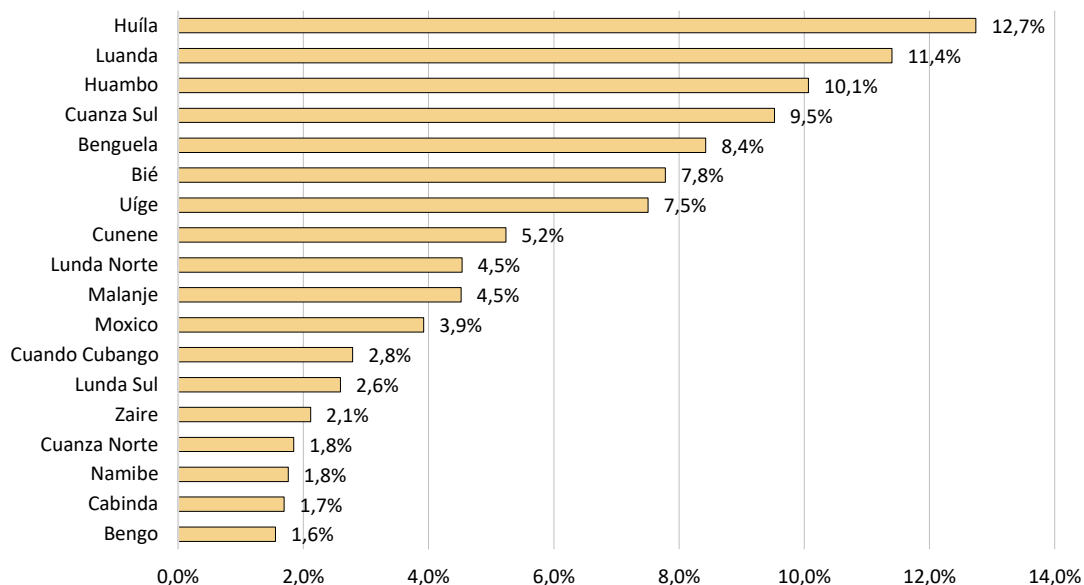
Gráfico 10 - Intensidade da pobreza por província, IIMS 2015-2016



Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

O Gráfico 11 mostra onde vivem as pessoas pobres do IPM-A nas diferentes províncias de Angola. É importante notar que, um pouco mais de metade das pessoas pobres do País (52,1%), vivem em apenas cinco províncias: Huíla (12,7%), Luanda (11,4%), Huambo (10,1%), Cuanza Sul (9,5%) e Benguela (8,4%).

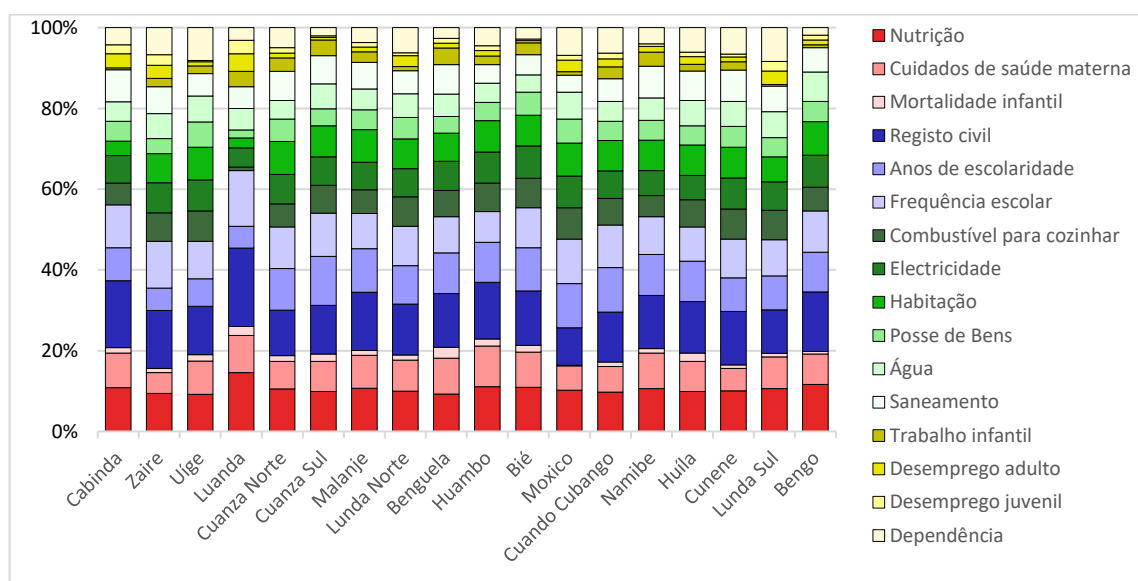
Gráfico 11 - Proporção de pobres por província, IIMS 2015-2016



Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

O Gráfico 12, mostra a contribuição em percentagem de cada indicador no IPM-A de cada província. Os indicadores sobre nutrição, cuidados de saúde materna, registo civil e frequência escolar, contribuem com mais de 35% no IPM-A de cada província, o que indica que são privações relevantes em todo o território nacional.

Gráfico 12 - Contribuição de cada indicador no IPM-A por província, IIMS 2015-2016



Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

3.4. RESULTADOS POR GRUPOS ETÁRIOS

A desagregação do IPM-A por grupos de idade apresenta desigualdade entre os diferentes grupos etários (Quadro 8). Para análise do IPM-A foram definidos cinco grupos: i) 0-9 anos (crianças); ii) 10-17 anos (adolescentes); iii) 18-24 anos (jovens); iv) 25-64 anos (adultos); v) 65 anos ou mais anos (idosos). As crianças menores de 10 anos, constituem o grupo etário mais numeroso do País (34,7%) e carregam o maior fardo da pobreza multidimensional (IPM-A de 0,326). Sem dúvida, essa situação merece atenção especial, mas também é importante considerar que as privações que afectam esse grupo da população podem gerar desafios significativos de desenvolvimento humano e igualmente desenvolvimento sustentável de Angola no futuro.

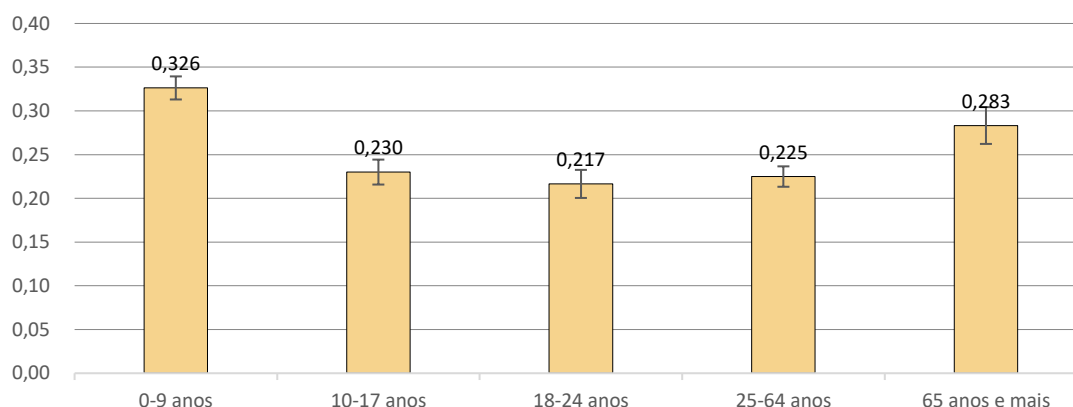
Quadro 8 - IPM-A, incidência e intensidade da pobreza por grupo etário, IIMS 2015-2016

Grupo de Idade	Distribuição da população (%)	IPM-A			Incidência (H%)			Intensidade (A%)		
		Valor	Intervalo de confiança (95%)		Valor	Intervalo de confiança (95%)		Valor	Intervalo de confiança (95%)	
0-9 anos	34,7	0,326	0,313	0,339	64,3	62,0	66,5	50,8	50,1	51,5
10-17 anos	19,1	0,230	0,216	0,244	48,0	45,2	50,8	47,9	47,1	48,8
18-24 anos	12,3	0,217	0,200	0,233	46,1	42,7	49,5	46,9	46,0	47,9
25-64 anos	31,4	0,225	0,213	0,237	47,1	44,7	49,5	47,7	47,1	48,4
65 anos e mais	2,5	0,283	0,262	0,304	64,0	60,0	68,0	44,2	44,2	44,2

Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

O Gráfico 13, mostra que os jovens dos 18-24 anos com 0,217, apresentam o valor do IPM-A mais baixo. Esta situação é um reflexo não só de uma menor incidência, mas também de uma menor intensidade de pobreza multidimensional da população neste grupo etário.

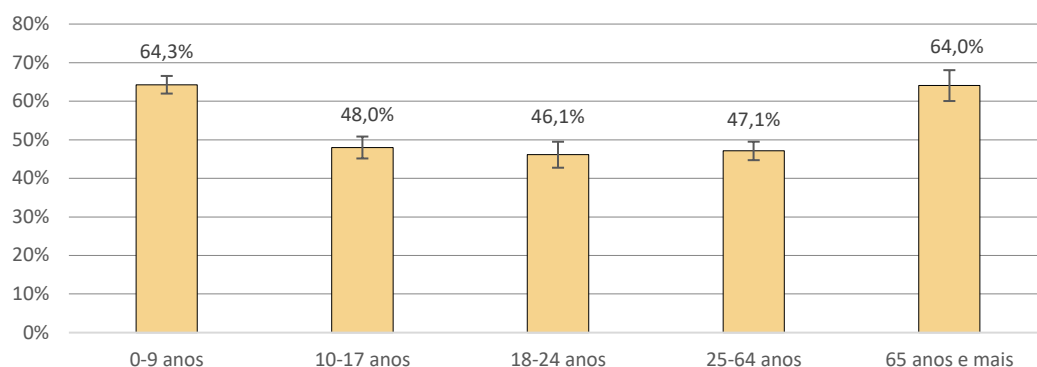
Gráfico 13 - IPM-A por grupo etário, IIMS 2015-2016



Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

O Gráfico 14 mostra que a taxa de incidência da pobreza é maior nas crianças (0-9 anos), com 64,3%, o que significa que 6 em cada 10 crianças são multidimensionalmente pobres. A faixa etária dos jovens (18-24 anos) e adultos (25-64 anos) apresentam a incidência da pobreza mais baixa, com aproximadamente 46,1% e 47,1%, respectivamente, o que significa que cerca de 5 em cada 10 pessoas nessas faixas etárias são multidimensionalmente pobres.

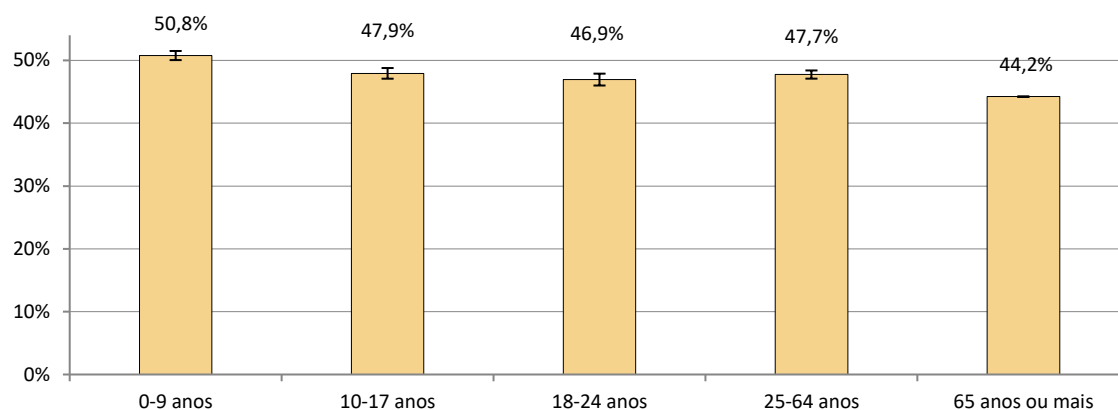
Gráfico 14 - Incidência da pobreza por grupo etário, IIMS 2015-2016



Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

O Gráfico 15, mostra que a taxa de intensidade da pobreza é maior nas crianças dos 0-9 anos (50,8%), o que significa que as crianças sofrem em média cerca de 51% de privações dos indicadores.

Gráfico 15 - Intensidade da pobreza por grupo etário, IIMS 2015-2016

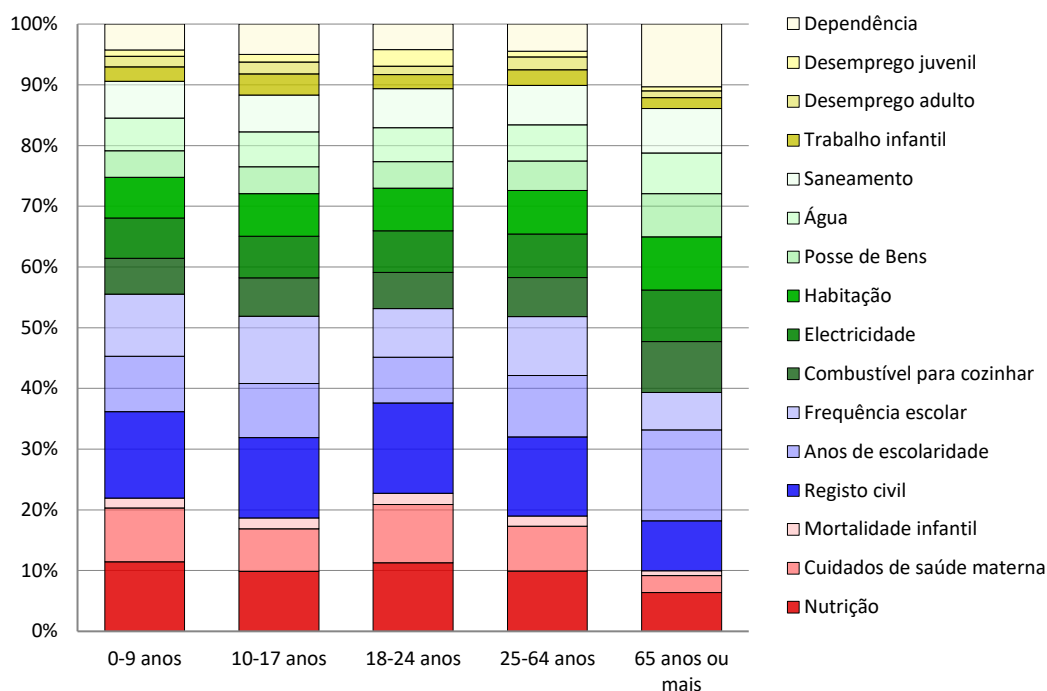


Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

O Gráfico 16 mostra a contribuição em percentagem de cada indicador no IPM-A por grupo de idade. Verifica-se que no grupo etário das crianças (0-9 anos), os indicadores sobre registo civil (14%), nutrição (11%), frequência escolar (10%), cuidados de saúde materna (9%), e anos de escolaridade (9%) contribuem com mais de 50% no IPM-A. Ao passo que no grupo etário dos idosos (65 anos e mais) os indicadores sobre anos de escolaridade (15%), frequência escolar (6%), electricidade (8%), habitação (9%) e dependência (10%) contribuem com 48%.

Nos grupos etários dos adolescentes (10-17 anos) e dos jovens (18-24 anos), apenas quatro indicadores (nutrição, registo civil, anos de escolaridade e frequência escolar) contribuem com mais de 40%. Enquanto que, no grupo etário dos adultos (25-64 anos) os indicadores sobre nutrição, cuidados de saúde materna, registo civil, ano de escolaridade e frequência escolar contribuem com 50%. Por outro lado, em todos os grupos etários, os indicadores que menos contribuem são a mortalidade infantil e os indicadores da dimensão emprego.

Gráfico 16 - Contribuição de cada indicador no IPM-A por grupo etário, IIMS 2015-2016



3.5. DESAGREGAÇÃO POR SEXO DO CHEFE DO AGREGADO

Embora o IPM-A não tenha sido projectado para capturar diferenças por género, é importante reconhecer que o enfoque da pobreza, na perspectiva do género, tem dado contribuições conceituais e metodológicas valiosas ao estudo da pobreza. Em termos conceituais, fornece uma definição mais abrangente da pobreza, numa perspectiva integrada e dinâmica que reconhece os aspectos heterogéneos da pobreza.

De facto, é importante mencionar o escopo do IPM-A para analisar e identificar subgrupos da população particularmente vulneráveis à pobreza, quer em termos de idade (as crianças e os idosos) como em termos características fundamentais dos agregados, como o género do chefe. A desagregação da pobreza por género do chefe é importante e ajuda a torná-la mais visível, pois cumpre um papel importante no desenvolvimento e implementação das políticas públicas de combate a pobreza, uma vez que a pobreza atinge os géneros de forma diferente. Neste subcapítulo é feita uma breve abordagem da pobreza multidimensional entre os agregados familiares chefiados por homens e os agregados familiares chefiados por mulheres.

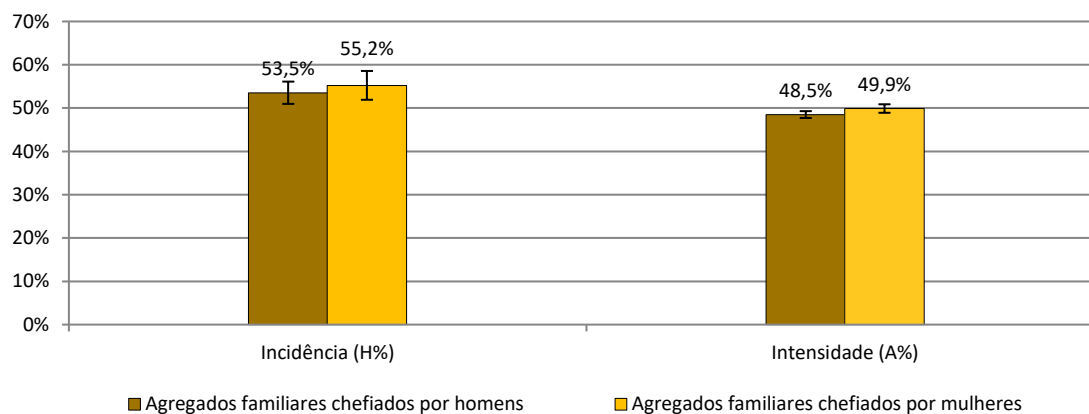
Quadro 9 - IPM-A, incidência e intensidade por sexo do chefe do agregado, IIMS 2015-2016

Índice	Agregados familiares chefiados por homens			Agregados familiares chefiados por mulheres				
	Distribuição dos agregados familiares (%)	Valor	Intervalo de confiança (95%)		Distribuição dos agregados familiares (%)	Valor	Intervalo de confiança (95%)	
IPM	65,5%	0,260	0,246	0,273	34,5%	0,276	0,258	0,294
Incidência (H,%)		53,5%	51,0%	56,1%		55,2%	51,9%	58,6%
Intensidade (A, %)		48,5%	47,7%	49,3%		49,9%	48,9%	50,9%

Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

Segundo o IPM-A, os agregados familiares têm níveis muito semelhantes de pobreza multidimensional, independentemente do sexo do chefe do agregado familiar. No entanto, isso deve ser objecto de mais estudos e discussões a esse respeito, porque os dados mostram que os agregados chefiados por mulheres têm, em média, um IPM-A de 0,276 e os agregados chefiados por homens 0,260 (Quadro 9).

Gráfico 17 - Incidência e intensidade da pobreza por sexo do chefe do agregado, IIMS 2015-2016



Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

Isso ocorre porque, apesar de muito semelhante, a taxa de pobreza entre os agregados familiares com mulheres chefes de família é um pouco mais alta (cerca de dois pontos percentuais) em comparação aos agregados familiares com homens chefes de família (Gráfico 17). Embora o IPM-A não mostre uma prevalência significativamente diferente entre estes dois grupos, indica em média, uma ligeira desvantagem para os agregados familiares com chefes de família do sexo feminino. No entanto, é conclusivo que ambos os tipos de famílias têm uma intensidade semelhante de pobreza e coexistem com cerca de 50% das privações.



3.6. ROBUSTEZ

Os resultados do IPM-A apresentados até agora foram encontrados com uma estrutura precisa e coerente: cada dimensão tem pesos iguais (25% cada) e uma linha de pobreza de 30%. Nesta secção, são apresentados os resultados que alteram essa estrutura, no entanto apesar dessas alterações a maioria das províncias mantém a sua ordem. Este facto reforça e demonstra que a estrutura do IPM-A é bem robusta. Esta evidência técnica é importante, pelo facto do IPM-A ser uma ferramenta útil para as políticas públicas, para alocações orçamentárias, identificação de prioridades de desenvolvimento e grupos de populações em situação de pobreza. Foram realizados três testes de robustez, todos eles consistem em analisar as mudanças na ordem das províncias entre diferentes estruturas alternativas para o IPM-A.

O **primeiro teste** consiste em calcular o “Coeficiente de correlação de *Spearman*”. Considerando duas estruturas alternativas 1 e 2 (por diferentes limiares de pobreza ou por pesos de diferentes indicadores), a posição ocupada por cada província p na classificação do IPM-A é calculada e simbolizada como $R_1(p)$ y $R_2(p)$, respectivamente. A diferença entre a classificação da província p é simbolizada por $d(p)$ e calculada como:

$$d(p) = R_1(p) - R_2(p)$$

Se $d(p) = 0$, a província p tem a mesma classificação nas duas estruturas do IPM-A. O coeficiente de correlação de *Spearman*, simbolizado como ρ , é calculado da seguinte forma:

$$\rho = 1 - \frac{6 \sum_{p=1}^n d(p)^2}{n^2(n-1)}$$

Onde $n = 18$ representa o número de províncias em Angola. O coeficiente ρ se encontra entre -1 e 1; quanto mais próximo estiver de 1, maior o acordo entre a ordem dos municípios entre as duas alternativas.

O **segundo teste** consiste em calcular o “**Coefficiente de correlação de Kendall**”. Considerando 2 províncias p e q, o IPM-A permite determinar qual das duas é a mais pobre. Se esse ordenamento for mantido em uma estrutura alternativa (por diferentes limiares de pobreza ou por pesos de diferentes indicadores), o ordenamento é considerado consistente entre as duas estruturas analisadas. No caso oposto, o par é considerado discordante. O coeficiente de *Kendall*, simbolizado como τ , relaciona o número de pares discordantes, n_D , o número de pares concordantes n_C e o número total de possíveis comparações:

$$\tau = \frac{n_C - n_D}{n(n - 1)/2}$$

Esse coeficiente também está entre -1 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior a concordância entre a classificação das províncias entre as estruturas comparadas.

Os coeficientes foram calculados e para comparar a ordem da estrutura do IPM-A e outras estruturas alternativas, uma de cada vez. O Quadro 10 apresenta os resultados que comparam a estrutura escolhida (limiar de pobreza de 30% e pesos iguais para cada dimensão) com duas linhas de pobreza vizinhas definidas por limiares de pobreza alternativos (os pesos permanecem os mesmos para cada dimensão).

Quadro 10 - Robustez as mudanças na linha de pobreza (k)

Limiar alternativo da pobreza	Coefficiente de Spearman	Coefficiente de Kendall
k = 25%	0,9975	0,9853
k = 35%	0,9902	0,9559

Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016

Pode-se verificar que a escolha de um limiar de pobreza diferente praticamente não altera a ordem de pobreza das províncias. Nesse sentido, a estrutura do IPM-A é robusta às mudanças na linha da pobreza (Quadro 10).

O Quadro 11, apresenta os resultados que comparam a estrutura escolhida para o IPM-A com o conjunto de estruturas alternativas, desta vez definidas por pesos alternativos para cada dimensão (mante-se o limiar de pobreza em 30%). Considerou-se a possibilidade de conceder uma dimensão por vez igual ao dobro de todas as anteriores.

Por exemplo: se a Dimensão Educação fosse considerada duas vezes mais importante que as outras três dimensões do IPM-A (Qualidade da Habitação, Saúde e Emprego), a Educação teria uma ponderação de 40% e as outras três dimensões, teriam 20% cada.

Quadro 11 - Robustez a alterações na estrutura de ponderação das dimensões

Dimensão	Ponderação alternativa*	Coefficiente de Spearman	Coefficiente de Kendall
Educação	40%	1,0000	1,0000
Saúde	40%	0,9835	0,9216
Qualidade de Vida	40%	0,9628	0,8693
Emprego	40%	0,9257	0,7778

Nota: *: Todas as outras dimensões têm um peso de 20%. Por exemplo, na primeira linha do quadro, a estrutura do IPM-A alternativo é 40% Educação, 20% Saúde, 20% Qualidade de Vida, 20% Emprego

Os resultados mostram que todos os coeficientes de correlação entre a estrutura original e todos os pesos alternativos considerados são maiores que 90%. Isso indica que a estrutura do IPM-A é robusta às mudanças na estrutura de pesos para cada dimensão.

O **terceiro teste** consiste em analisar **comparações aos pares**. Tendo em conta duas províncias p e q , a estrutura do IPM-A permite identificar qual das duas é a província mais pobre. Se a ordem encontrada para este par de províncias é preservada em **todas** as estruturas alternativas do IPM-A, diz-se que a ordem das províncias p e q é uma comparação de **pares de províncias robustas**.

O número de possíveis comparações entre pares com as 18 províncias de Angola é $0.5 n(n - 1) = 153$. Verificou-se que, de todas essas possíveis comparações, 145 (94.8%) são robustas às mudanças no limiar de pobreza do original (30%) em relação a qualquer uma das apresentadas no Quadro 10. Verificou-se também que 142 (93%) das possíveis comparações são robustas a alterações na estrutura de ponderação do original/seleccionado em relação àquelas definidas no Quadro 11. Em síntese, todas as análises de robustez realizadas indicam que a ordem das províncias baseadas no IPM-A é robusta as mudanças em sua estrutura. Todos os testes indicam níveis de robustez semelhantes aos padrões de estabilidade do IPM de outros países ao redor do Mundo que possuem um IPM nacional.



4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

1. O IPM-A tem a grande vantagem de poder ser monitorado e actualizado periodicamente, por exemplo com base nos resultados do IIMS 2020-2021 e também as próximas rondas deste inquérito que deve acontecer de 4 em 4 anos.
2. O Índice de Pobreza Multidimensional de Angola (IPM-A) constitui uma ferramenta de análise e política, chave para reforçar o compromisso que Angola tem em erradicar ou reduzir, substancialmente, a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, como visa o ODS 1.
3. O IPM-A constitui uma referência chave para o Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza 2018-2022 (PIDLCP), bem como para o PDN 2018-2022 e para qualquer programa, aprovados pelo Governo de Angola, que tenha como objectivo erradicar ou reduzir a pobreza.
4. Os resultados apresentados neste relatório permitem concluir que cerca de uma em cada duas pessoas (54,0%) em Angola vive em pobreza multidimensional e sofre em média cerca de metade das dezasseis privações relacionadas com saúde, educação, qualidade de vida e emprego.
5. A contribuição relativa dos indicadores na pobreza multidimensional mantém um padrão semelhante em todos os níveis de desagregação. Os indicadores sobre nutrição, cuidados de saúde materna, registo civil e anos de escolaridade são os que mais contribuem na pobreza multidimensional.
6. As dimensões da educação e da qualidade de vida contribuem, em conjunto, para explicar quase 70% da pobreza multidimensional no País. Como mostra a taxa de privação censurada de cada indicador, a proporção de pessoas que são multidimensionalmente pobres e são privadas em registo civil, nutrição, anos de escolaridade e frequência escolar é elevada. **Estes resultados levam a reflectir sobre a complexidade do fenómeno da pobreza e as interligações que existem entre os sectores no sentido de maior aproveitamento das sinergias entre o sector da educação, a saúde e a geração do emprego, entre outras.**
7. Uma conclusão chave que emerge da análise do IPM-A é a profunda pobreza e concentração de privações na área rural. Enquanto que na área urbana a taxa de incidência da pobreza multidimensional é 35% – cerca de uma em cada três pessoas é pobre multidimensional – na área rural cerca de 88% da população vivem em pobreza multidimensional, ou seja, quase 9 em cada 10 pessoas. É possível também concluir que a população que vive na área rural experimenta uma maior taxa de intensidade da pobreza, sendo que estas pessoas em média sofrem privações em mais da metade dos indicadores simultaneamente. Com base nesses resultados, e em linha com o princípio da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás” é recomendável adoptar políticas económicas e sociais orientadas a corrigir as desigualdades entre áreas urbanas e rurais.

8. Entre as 18 províncias de Angola, existem algumas com padrão de pobreza similar, que enfrentam desafios socioeconómicos semelhantes, com base nas taxas de incidência e de intensidade da pobreza multidimensional. Por outro lado, verificou-se a existência de altos níveis de pobreza concentrados em algumas províncias do País (Bié, Cunene, Lunda Norte Moxico, Cuando Cubango, Uíge, Huíla, Cuanza sul e Huambo). Os indicadores relacionados com a qualidade de vida (combustível para cozinhar, água, electricidade, etc.) incidem muito mais na província do Moxico. No entanto, cada uma das províncias, possui tamanho da população e necessidades diferentes. O IPM-A, em complementaridade com a pobreza monetária, poderia ser adoptado como medida de referência para a alocação do Orçamento Geral do Estado (OGE), sobretudo para as províncias e os programas estruturantes.
9. A pobreza multidimensional afecta de forma diferente as pessoas, dependendo também da idade. A análise da pobreza entre os grupos etários, mostra que a situação da pobreza é mais acentuada nas crianças menores de 10 anos de idade, as quais constituem um grupo vulnerável que requerem uma atenção especial, nas políticas de saúde e educação água e saneamento.
10. Em termos de sexo do chefe do agregado familiar, os dados mostram que os agregados chefiados por mulheres têm, em média, um IPM-A ligeiramente mais elevado que os agregados chefiados por homens. No entanto, esta diferença não é significativa e deve ser corroborada com outros dados e análises mais profundas. O IPM-A apresenta a vantagem de considerar a dimensão de género nas políticas de erradicação da pobreza, bem como fornecer um instrumento chave para investigar as causas e as dinâmicas da desigualdade de género, incluindo as suas interligações com as dimensões da saúde, educação, qualidade de vida e emprego.
11. Em conclusão, o IPM-A tem uma forte capacidade de contribuir para a análise da pobreza em Angola desde uma perspectiva multidimensional, incluindo a desagregação ao nível provincial, etário e de género. As suas propriedades de transparência, clareza, simplicidade, robustez e facilidade de actualização, permitem que o IPM-A seja uma ferramenta chave para orientar as políticas públicas de combate à pobreza – incluindo para promover o envolvimento da sociedade civil, o sector privado e a academia no diálogo sobre pobreza – visando a contribuir para a realização dos ODS e o desenvolvimento humano de todas as pessoas em Angola.
12. Sem prejuízo do papel que tem o INE na produção e publicação das estatísticas oficiais, recomenda-se, que os dados sobre pobreza monetária ou multidimensional deveriam orientar, obrigatoriamente, as políticas e os Programas de Combate à Pobreza em Angola, a semelhança do que se faz em muitos países.
13. É essencial que a Plataforma dos ODS – estabelecida em Angola em Junho de 2020 – adopte o IPM-A como uma ferramenta, não só para monitorar o progresso do País em relação à Agenda 2030, mas para promover o diálogo inclusivo sobre os ODS. Para este efeito, o uso deste índice como guia para a análise de políticas, bem como para apoiar a aceleração dos ODS ao nível local, seria uma mais-valia. O IPM-A deveria ser considerado também no futuro Relatório Nacional Voluntário (RNV) de Angola como o instrumento central de apoio para os programas de combate à pobreza e para monitorizar a Meta 1.2 do ODS 1.

14. É recomendável que os Governos Provinciais e as Administrações Municipais, tenham em atenção a informação sobre as privações da população nos seus territórios e a incorporem de forma sistemática nos seus relatórios periódicos como monitoria e avaliação do impacto dos programas e projectos implementados ao nível local. Assim, o IPM-A e o IPM-M tornam-se também em instrumentos úteis para acompanhar as iniciativas de combate à pobreza nas futuras autarquias.

5. PRÓXIMOS PASSOS

Este é o primeiro relatório sobre Índice de Pobreza Multidimensional de Angola, cujo objectivo não é apenas disponibilizar informação sobre a pobreza, mas contribuir para a redução da mesma em todo o território nacional.

Tonar-se vital que o IPM-A seja actualizado regularmente. Devido à simplicidade, transparência e robustez do IPM-A é possível actualizar os indicadores que compõem o índice através dos IIMS. O próximo IIMS, previsto ser realizado em 2020-2021, será realizado também com este objectivo. Neste momento o INE continua a trabalhar na implementação do mesmo, cuja recolha de dados está dependente da evolução da situação sanitária do País resultante do COVID-19, pois será necessário o envolvimento dos profissionais de saúde neste inquérito.

Assim, será possível realizar uma monitorização e avaliação de acompanhamento dos indicadores, tanto a nível nacional como ao nível provincial, considerando também a desagregação por grupo etário, género, tamanho do agregado, nível de escolaridade, etc., conforme estabelecido nas acções prioritárias do Programa 1.1.1 de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022.

O próximo Censo, a ser realizado em 2024, permitira que se faça uma actualização da situação de Pobreza multidimensional à nível dos 164 Municípios e/ou Autarquias.

6. BIBLIOGRAFIA

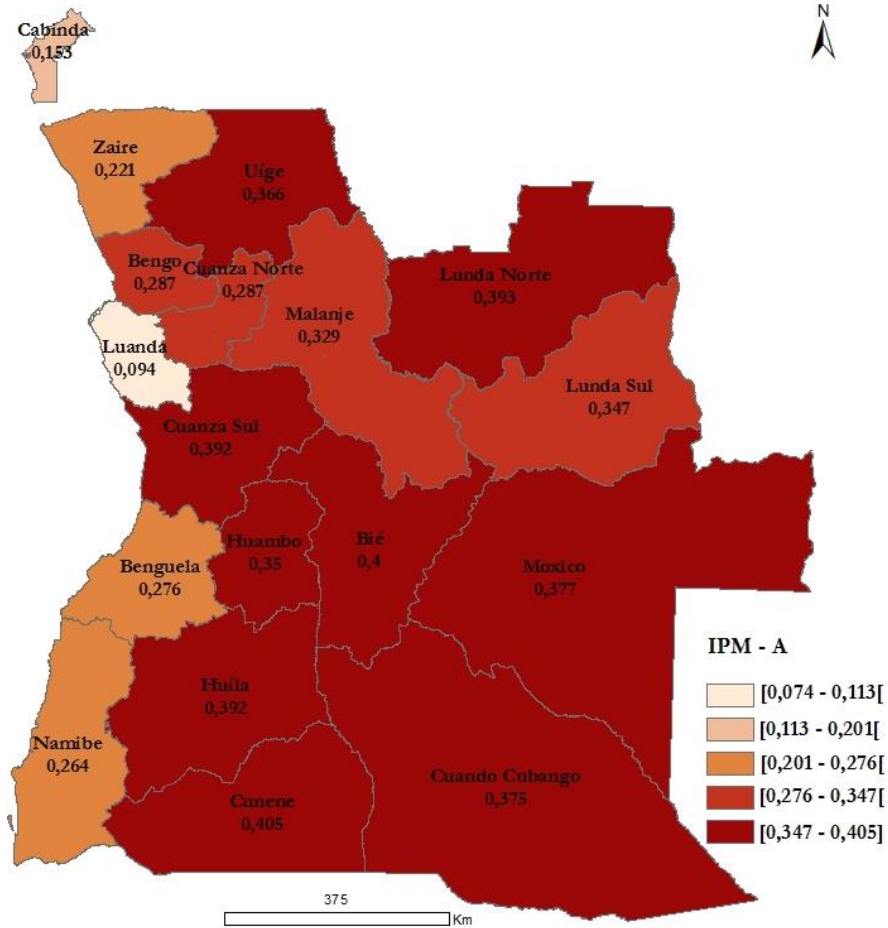
- Alkire, S., Dirksen, J., Nogales, R., & Oldiges, C. (2020a). *Multidimensional poverty and COVID-19 risk factors: A rapid overview of interlinked deprivations across 5.7 billion people*. OPHI Briefing, 53. University of Oxford.
- Alkire, S., Dirksen, J., Nogales, R. and Oldiges, C. (2020b). *Multidimensional Poverty and Vulnerability to COVID-19: A Rapid Overview of Disaggregated and Interlinked Vulnerabilities in Sub-Saharan Africa*, OPHI Briefing 54, University of Oxford.
- Alkire, S., & Foster, J. (2011). Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics*, 95(7-8), 476-487.
- Inquérito de Indicadores Múltiplo e de Saúde 2015-2016. INE, Angola, 2017;
- Objectivos de Desenvolvimento Sustentável: Relatório sobre os indicadores de linha de base. INE, Angola, 2018;
- Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022. Ministério da Economia e Planeamento, Angola, 2018;
- Pobreza Multidimensional nos Municípios de Angola. INE, Angola, 2019;
- Relatório de Pobreza para Angola, Inquérito sobre Despesas e Receitas, INE, Angola, 2020
- UNDP-OPHI (2019). *How to Build a National Multidimensional Poverty Index (MPI): Using the MPI to inform the SDGs*. New York, USA.

7. ANEXOS

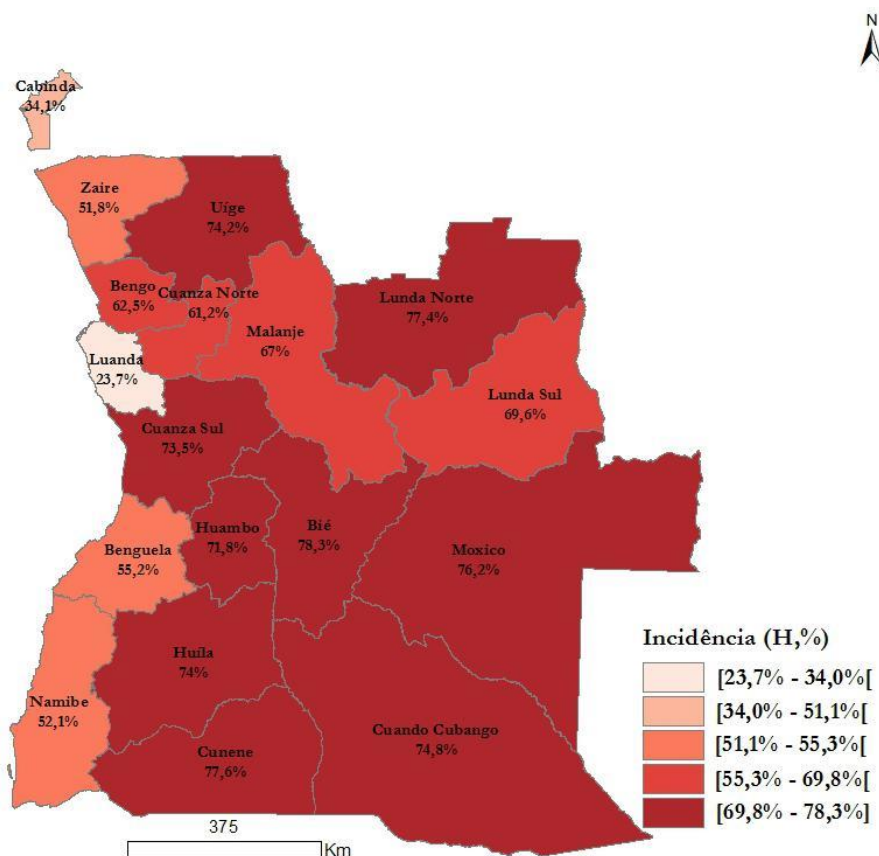
ANEXO I

IPM-A, INCIDÊNCIA E INTENSIDADE POR PROVÍNCIA

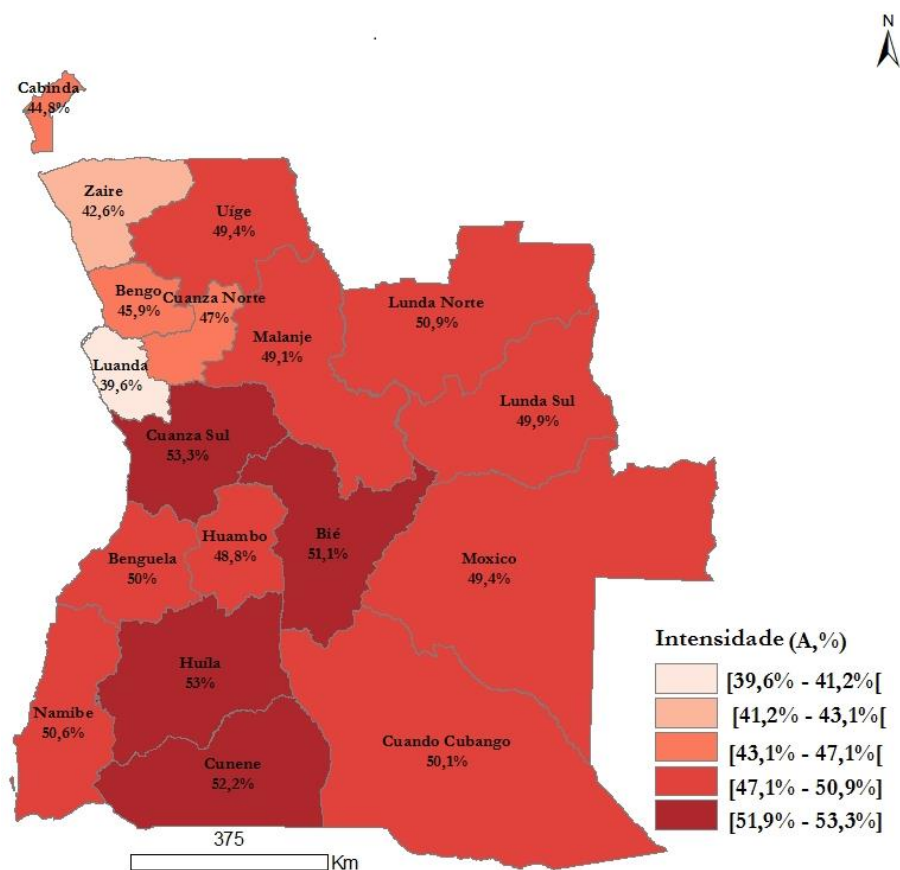
Cartograma 1 - Pobreza multidimensional, IIMS 2015-2016



Cartograma 2 - Incidência da pobreza multidimensional (H,%), IIMS 2015-2016



Cartograma 3 – Intensidade da pobreza multidimensional (A,%), IIMS 2015-2016



ANEXO II

QUESTÕES DO QUESTIONÁRIO DO IIMS 2015-2016 USADAS NO CÁLCULO DO IPM-A

Quadro A - Questionário do Agregado Familiar

Nº de ordem	Código da pergunta	Secção e pergunta	Opções de respostas
Secção III - Educação			
1	16A Secção III	Qual é a classe ou ano mais elevado que (NOME) frequentou?	Classe/Ano
2	19 Secção III	Em algum momento durante o ano lectivo 2015/2016, (NOME) frequentou a escola?	1=Sim 2= Não
Secção V - Registo Civil			
3	26 Secção V	(NOME) tem certidão de Nascimento do Registo Civil?	1= Sim, certidão/ Cédula vista 2= Sim, mas certidão/cédula não vista 3=Não registado 8=Não sabe
Secção VI - Trabalho Infantil			
4	41 Secção VI	Durante os últimos 7 dias, o(a) (NOME A CRIANÇA):	
		A) trabalhou pelo menos 1 uma hora em alguma actividade remunerada em dinheiro ou espécie, incluindo trabalho doméstico?	1=Sim 2= Não
		b) Fez algum tipo de negócio por conta própria, sozinho(a) ou com outras pessoas?	1=Sim 2= Não
		c) ajudou sem receber pagamento em algum negócio familiar?	1=Sim 2= Não
Secção VIA - Emprego			
5	63 Secção VI A	Durante os últimos 7 dias trabalhou durante pelo menos 1 hora em alguma actividade remunerada em dinheiro ou espécie	1= Sim 2= Não
6	64 Secção VI A	Durante os últimos 7 dias, o (a) (Nome) fez um negócio por conta própria (Sozinho ou com outras pessoas), durante pelo menos 1 hora?	1= Sim 2= Não
7	65 Secção VI A	Durante os últimos 7 dias, o (a) ajudou sem remuneração em algum negócio familiar, durante pelo menos 1 hora?	1= Sim 2= Não
8	66 Secção VIA	Durante os últimos 7 dias, o (a) fez algum tipo de trabalho sem remuneração para o consumo próprio do agregado, durante pelo menos 1 hora?	1= Sim 2= Não
9	67 Secção VI A	Embora não tenha trabalhado nos últimos 7 dias (numa actividade remunerada ou negócio por conta própria ou ajudado no negócio familiar sem pagamento), o (a) (Nome) tem um emprego, para o qual voltará a trabalhar novamente?	1= Sim 2= Não
10	73 Secção VI A	O(A) (NOME) estaria disponível para trabalhar se lhe tivessem oferecido um emprego durante os últimos 7 dias?	1= Sim 2= Não
Secção VII - Água, saneamento e outras características do Agregado Familiar			
11	101 Secção VII	Qual é a principal fonte de abastecimento de água usada pelos membros deste agregado para beber?	Torneira ligada à rede pública 11=Dentro de casa 12= Dentro do quintal 13= Na casa do vizinho 14=Chafariz público Água do poço / Cacimba 21= Poço protegido 21= Poço não protegido 23= Furo com bomba Água de nascente 31= Fonte protegida 32= Fonte não protegida 41= Água da chuva / chimpacas 51=Camião cisterna 61= Moto (três rodas) 71= Carroça com tanque pequeno 81= Água de superfície (rio/ barragem) lago/lagoa/riacho/ canal/ canal de irrigação 91= Água engarrafada 91= Outro (Especifique)

Nº de ordem	Código da pergunta	Secção e pergunta	Opções de respostas
12	104 Secção VII	Quanto tempo leva para chegar lá, tirar água e voltar?	Minutos 998= Não sabe
13	109 Secção VII	Geralmente que tipo de sanitário usam os membros do agregado?	Dentro de casa 11= sanita ligada a rede pública de esgotos 12= Sanita ligada a fossa séptica 13= Sanita ligada a fossa aberta (vala ou rio) 14= Retrete / latrina ligada a rede pública de esgotos 15= Retrete / latrina ligada a fossa séptica Fora de casa mas dentro do quintal 21= Sanita ligada a rede pública de esgotos 22= Sanita ligada a fossa séptica 23= Sanita ligada a fossa aberta (vala ou rio) 24= Retrete / latrina ligada a rede pública de esgotos 25= Retrete / latrina ligada a fossa séptica 26= Retrete / latrina ligada a fossa aberta (vala ou rio) 41= Balde / bacio/ outro recipiente 61= Nenhum sanitário / ar livre 96= Outro (Especifique)
14	110 Secção VII	A casa de banho é partilhada por membros de outros agregados familiares?	1= Sim 2= Não
15	113 Secção VII	Qual é a principal fonte de energia ou combustível que o agregado usa para cozinhar?	1= Electricidade 2= Gás natural 3=Petróleo/parafina/querosene 4=Carvão 5=Lenha/arbustos 6= Palha/ capim 7=Cartão/papelão 8=Fezes de animais 95= Não cozinha em casa 96= Outro (Especifique)
16	121 Secção VII	O agregado familiar possui em casa: a) Electricidade b) Rádio? c) Televisor? d) Telefone fixo? e) Computador? f) Geleira ou arca? g) Acesso a internet?	1=Sim 2= Não 1=Sim 2= Não 1=Sim 2= Não 1=Sim 2= Não 1=Sim 2= Não 1=Sim 2= Não 1=Sim 2= Não
17	122 Secção VII	Algum membro do agregado familiar possui: a) Telefone celular? b) Bicicleta? c) Motorizada? d) Carroça de tração animal?	1=Sim 2= Não 1=Sim 2= Não 1=Sim 2= Não 1=Sim 2= Não

Nº de ordem	Código da pergunta	Secção e pergunta	Opções de respostas
		e) Carro ou camião?	1=Sim 2= Não
		f) Barco a motor?	1=Sim 2= Não
Secção IX- Características da Habitação			
18	142 Secção IX	Observe o material principal do chão	Piso Natural 11= terra batida Piso rudimentar 21= Madeira Piso acabado 31= Tacos de madeiras 32= Mosaico de cerâmica 33= Cimento 34= Mármore/granito 96= Outro (Especifique)
19	143 Secção IX	Observe o material principal do tecto	Tecto Natural 11= sem tecto 12= Capim/palmeira Tecto rudimentar 21=Palmeira / bambu 22= Madeira 23= Cartão Tecto acabado 31= Chapas de zinco 32= Madeira 33= Lousalite /fibrocimento 34= Telha cerâmica 35= Placa de betão 36= Telha 96= Outro (Especifique)
20	144 Secção IX	Observe o material principal das paredes exteriores da casa	Paredes naturais 11= Sem paredes 12= Caniço / palmeira /paus /bambu 13= Barro Paredes rudimentares 21= Pau-a-pique 22= Pedra com barro 23= Adobe 24= Madeira 25= Lata / cartão /papel / saco 26= Zinco Paredes Acabadas 31= Cimento 32= Pedra com cal/cimento 33= Tijolos 34= Blocos de cimento 35= Madeira

Quadro B - Questionário de Biomarcadores

Nº de ordem	Código da pergunta	Secção e pergunta	Opções de respostas
Secção I – Peso, altura e hemoglobina para crianças dos 0-5 anos			
1	103 Secção I	Qual é a data de nascimento (NOME)?	Dia Mês Ano
2	105 Secção I	Peso em quilogramas	KG 9994= Ausente 9995= Recusou 9996= Outro
3	106 Secção I	Altura em centímetros	CM 9994= Ausente 9995= Recusou 9996= Outro
4	107 Secção I	A criança foi medida deitada ou em pé?	1= Deitada 2= Em pé

Quadro C - Questionário da Mulher

Nº de ordem	Código da pergunta	Secção e pergunta	Opções de respostas
Secção I - Características básicas da mulher			
Secção II - Reprodução			
5	216 Secção II	O (A) (NOME DA CRIANÇA) está vivo?	1= Sim 2= Não
6	220 Secção II	Que idade tinha o(a) (NOME DA CRIANÇA) quando faleceu?	Dias=1 Meses=2 Anos=3
7	215 Secção II	O (A) (NOME DA CRIANÇA) nasceu em que dia, mês e ano?	Dia Mês Ano
8	Secção II (Visita do inquiridor)	Visita final	Mês Ano
Secção IV - Gravidez e cuidado pré e pós-natal			
9	411 Secção IV	Quantas consultas de cuidados pré-natais fez durante esta gravidez?	Nº de consultas Não sabe
10	430 Secção IV	Quem assistiu o parto do(a) (NOME DA CRIANÇA)?	PROFISSIONAL DE SAÚDE A=Médico B=Enfermeira C=Parteira OUTRA PESSOA D=Parteira tradicional E=Amiga/parente X=Outro (especifique) Y=Ninguém assistiu 12=Outro

ANEXO III

RELAÇÃO ENTRE OS INDICADORES DO IPM-A E OS ODS

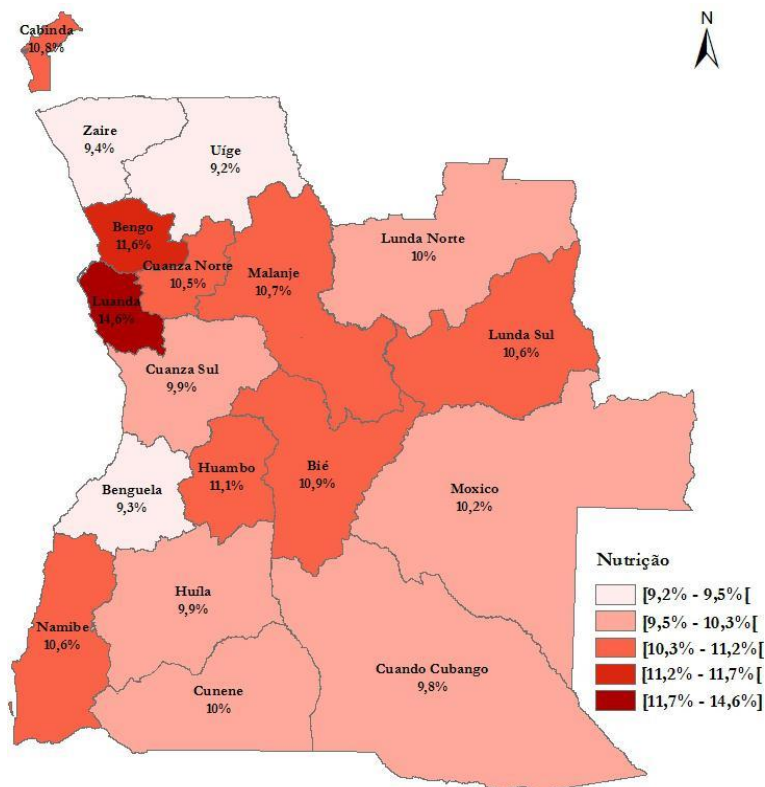
Quadro D - Indicadores do IPM-A e dos ODS

Dimensão	Indicador IPM-A	Indicador ODS	Privação Um agregado familiar é privado se:
Saúde	Nutrição	2.2.1 2.2.2	Ao menos uma criança menor de 5 anos tem malnutrição crónica (baixa altura por idade) Ao menos uma criança menor de 5 anos tem malnutrição aguda (baixo peso por altura).
	Cuidados de saúde materna	3.1.2	Ao menos uma mulher em idade reprodutiva (15-49 anos), que esteve grávida nos últimos 2 anos, não fez pelo menos 4 consultas pré-natais ou o parto não foi assistido por um profissional de saúde qualificado.
	Mortalidade infantil	3.2.1	Ao menos uma criança morreu antes de completar 5 anos, nos últimos 5 anos anteriores da entrevista.
Educação	Registo civil	16.9.1	Ao menos um membro de 0-5 anos não tem registo de nascimento.
	Anos de escolaridade	4.1.1	Nenhum membro de 12 ou mais anos tem pelo menos 6 anos de escolaridade.
	Frequência escolar	4.1.1	Existe pelo menos uma criança entre 6-14 anos que não frequenta a escola. (idade oficial obrigatória do ensino primário ao I ciclo do ensino secundário)
Qualidade de vida	Combustível sólido para cozinhar	7.1.2	O principal combustível para cozinhar é carvão, lignite, carvão vegetal, lenha, palha, ramos, canas, produtos agrícolas, estrume, outro)
	Acesso a electricidade	7.1.1	Não tem electricidade da rede em casa.
	Tipo de material das paredes, chão e tecto da habitação	11.1.1	O piso da casa é de terra ou as paredes de materiais naturais ou não adequados ou o tecto de materiais naturais ou não adequado.
	Posse de bens	1.2.2	Não possui mais que um dos seguintes bens: rádio, televisão, telefone, computador, geleira/arca, bicicleta, motorizada ou carroça de tracção animal e não possui um carro o camião.
	Acesso a água potável	6.1.1	Não tem acesso a fonte de água apropriada para beber a uma distância inferior a 30 minutos (ida e volta).
	Acesso ao saneamento	6.2.1	Não tem acesso a algum tipo de saneamento apropriado ou se a instalação sanitária da casa é partilhada com outro agregado
Emprego	Trabalho infantil	8.7.1	Ao menos uma criança de 5-17 anos trabalha (utilizando os padrões da OIT e UNICEF)
	Desemprego entre adultos	8.5.2	Algum membro com 25-64 anos não trabalha, mas está disponível para trabalhar.
	Desemprego juvenil	8.6.1	Algum membro com 15-24 anos não trabalha e não estuda
	Dependência		Por cada 5 membro do agregado familiar não existe pelo menos um membro com 15-64 anos que tem emprego remunerado.

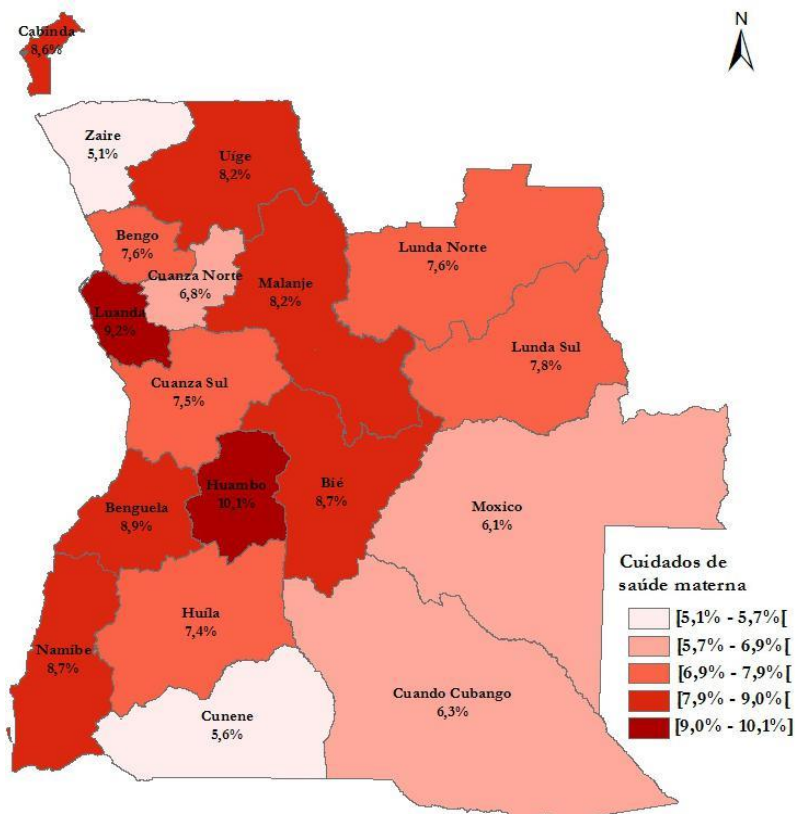
ANEXO IV

CONTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES NO IPM-A POR PROVÍNCIA

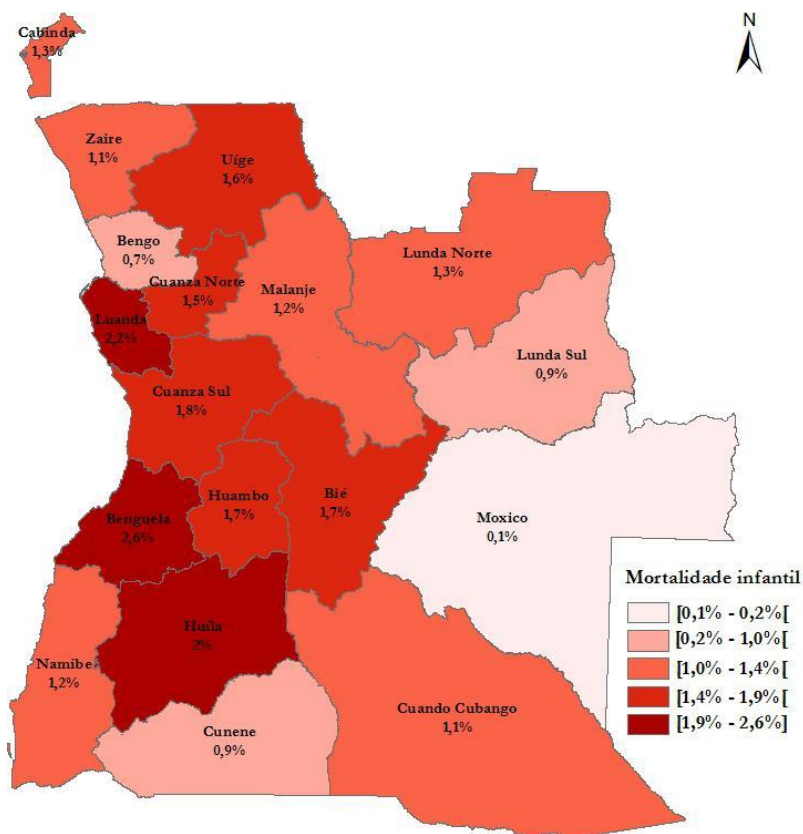
Cartograma 4 - Contribuição da nutrição no IPM-A, IIMS 2015-2016



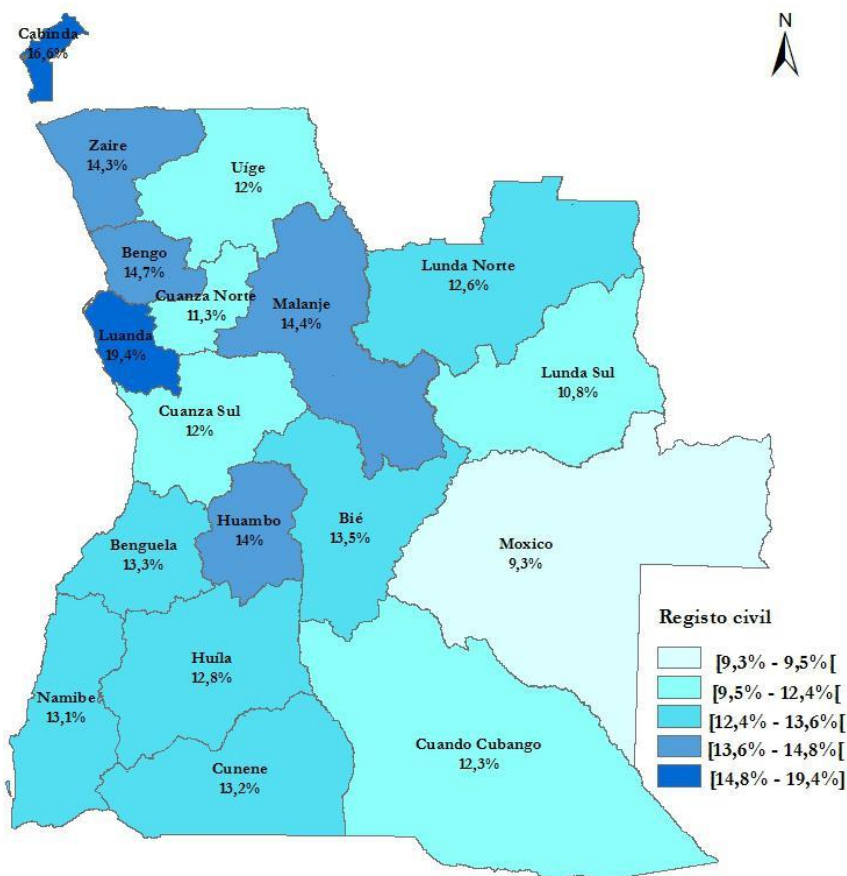
Cartograma 5 - Contribuição dos cuidados de saúde materna no IPM-A, IIMS 2015-2016



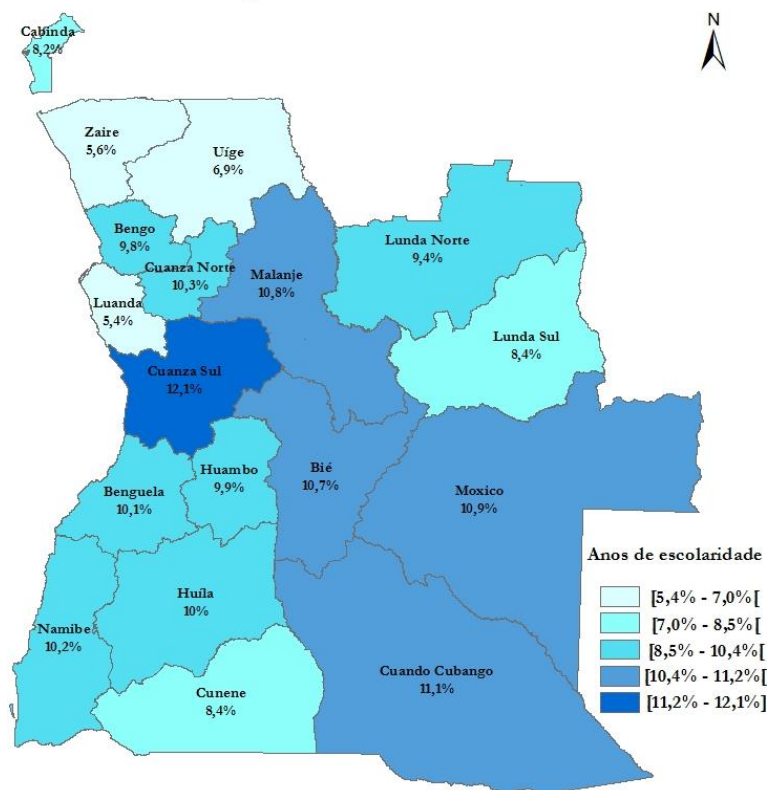
Cartograma 6 - Contribuição da mortalidade infantil no IPM-A, IIMS 2015-2016



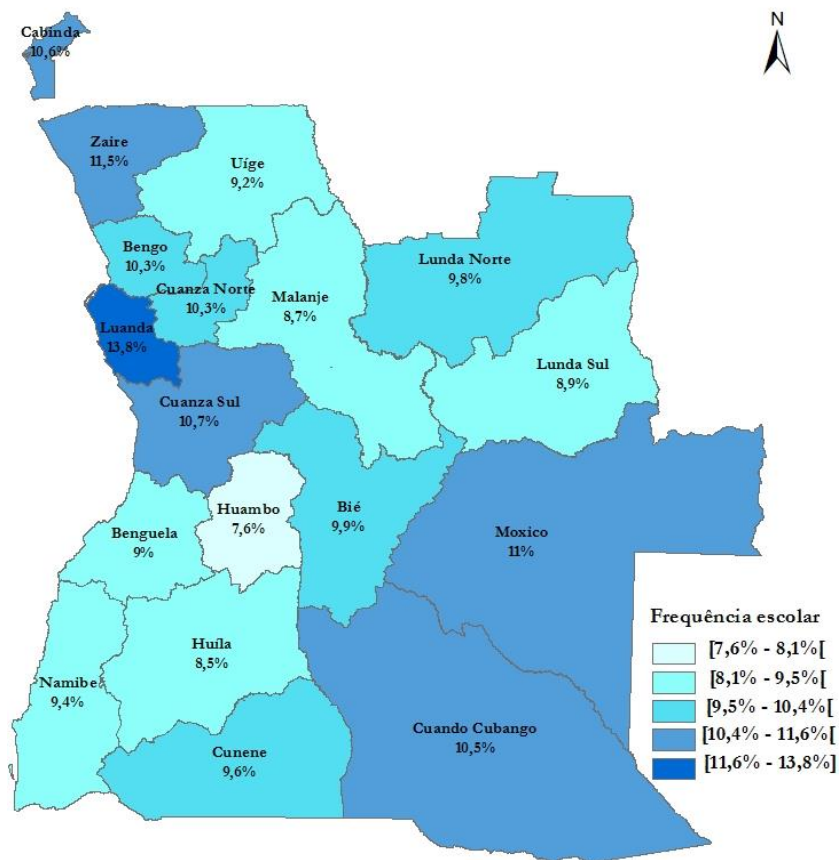
Cartograma 7 - Contribuição do registo civil no IPM-A, IIMS 2015-2016



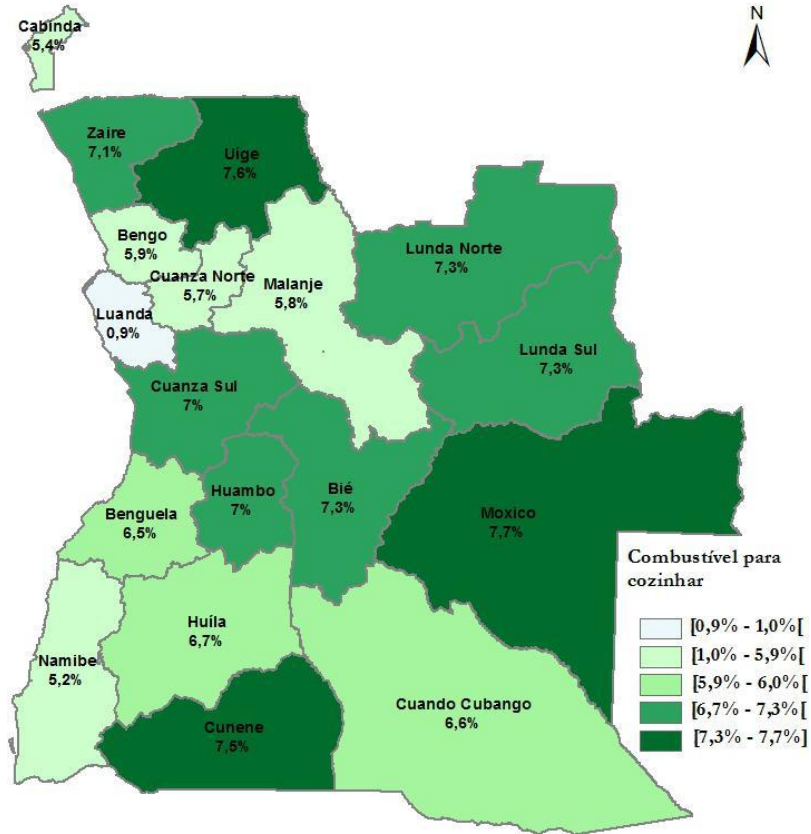
Cartograma 8 - Contribuição dos anos de escolaridade no IPM-A, IIMS 2015-2016



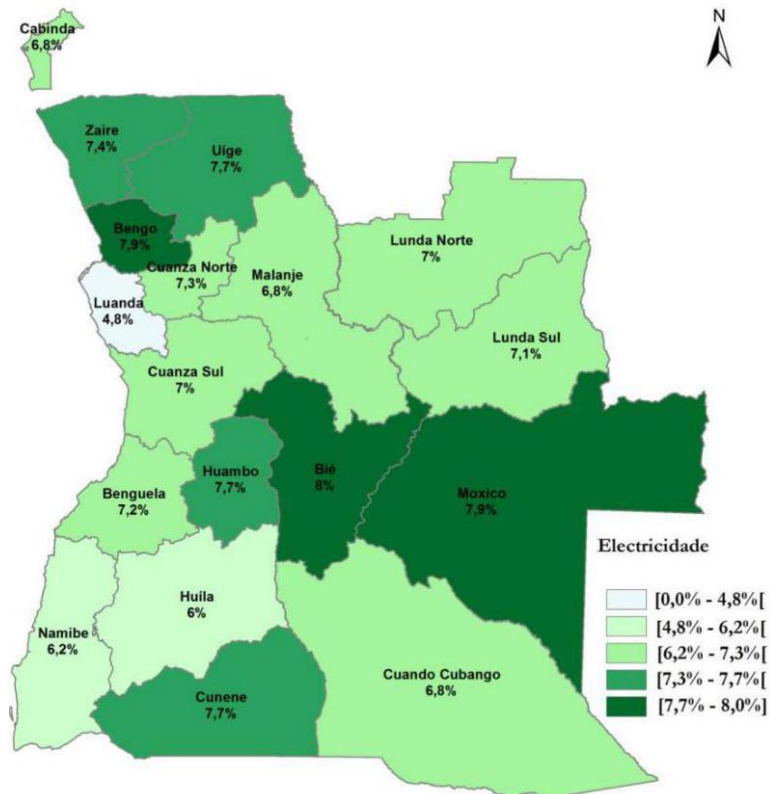
Cartograma 9 - Contribuição da frequência escolar no IPM-A, IIMS 2015-2016



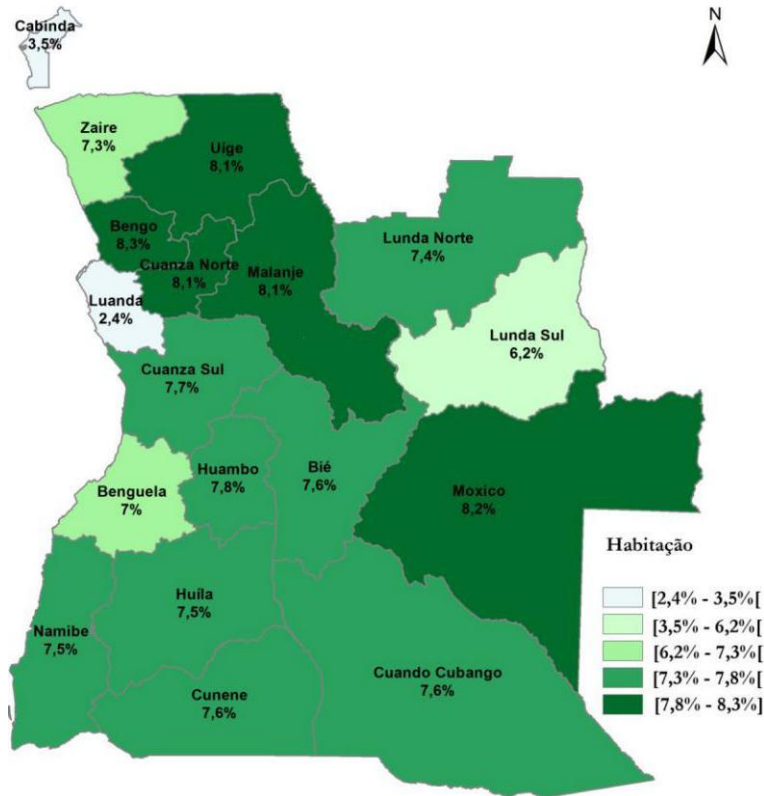
Cartograma 10 - Contribuição do uso de combustível sólido para cozinhar no IPM-A, IIMS 2015-2016



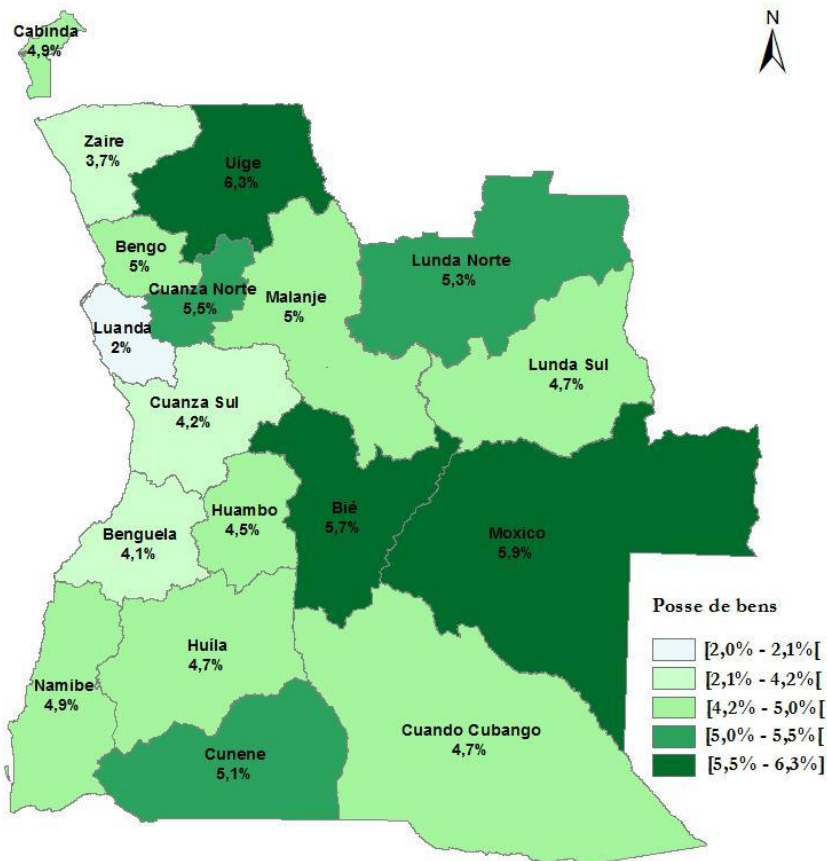
Cartograma 11 - Contribuição da electricidade no IPM-A, IIMS 2015-2016



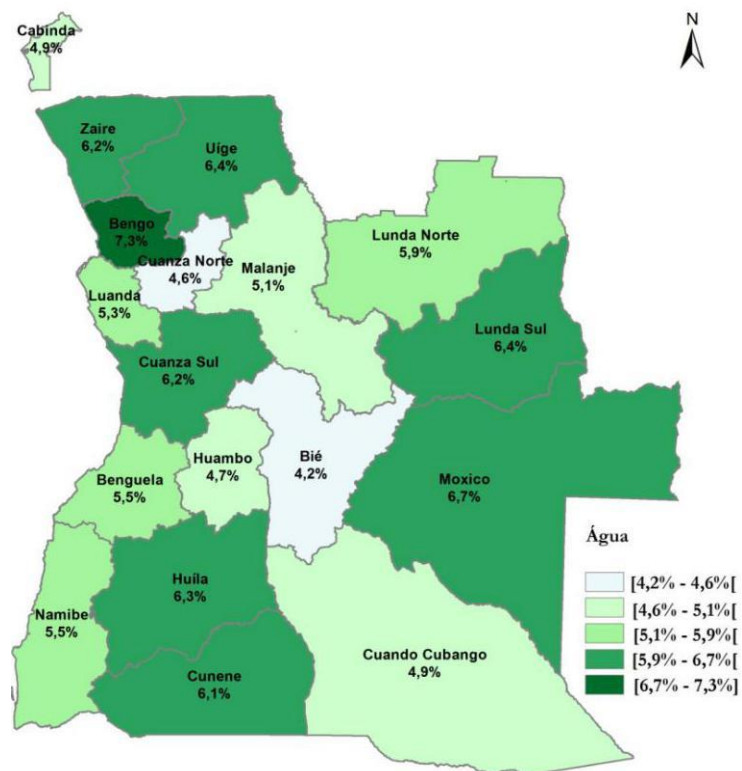
Cartograma 12 - Contribuição da qualidade da habitação no IPM-A, IIMS 2015-2016



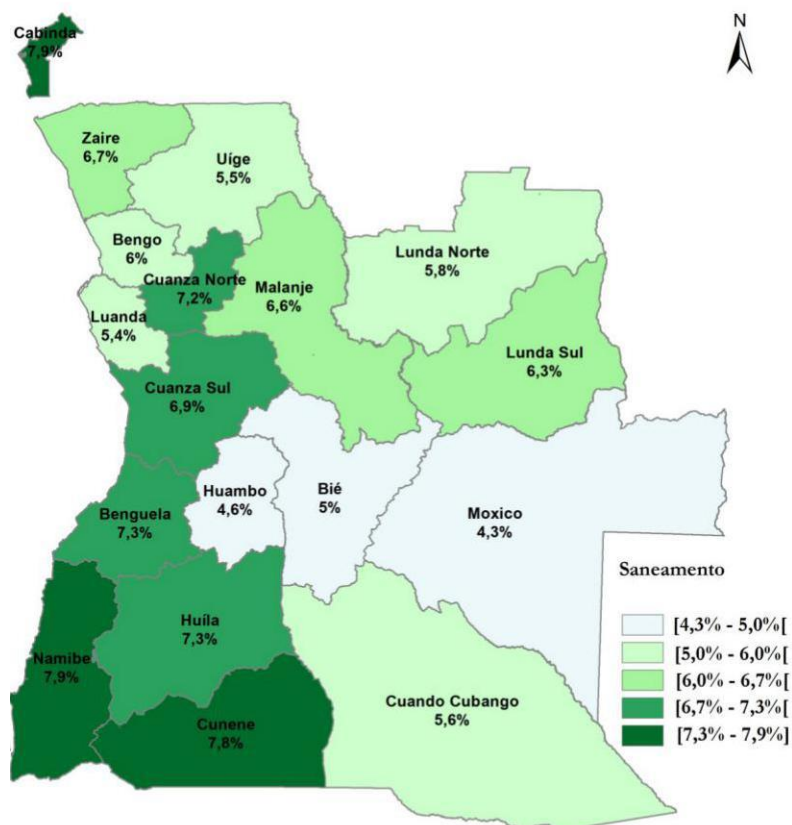
Cartograma 13 - Contribuição da posse de bens no IPM-A, IIMS 2015-2016



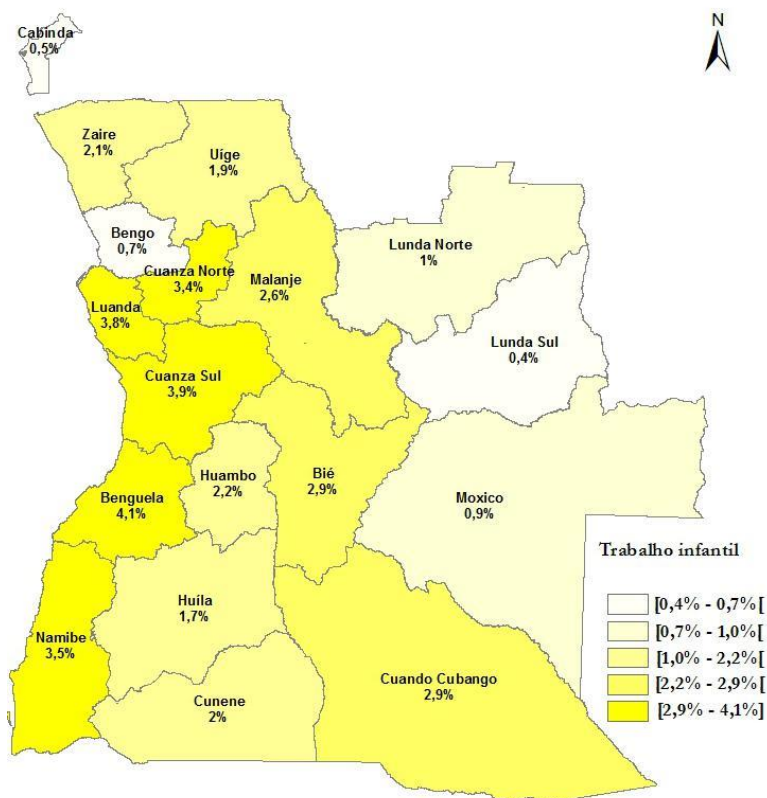
Cartograma 14 - Contribuição do acesso á água no IPM-A, IIMS 2015-2016



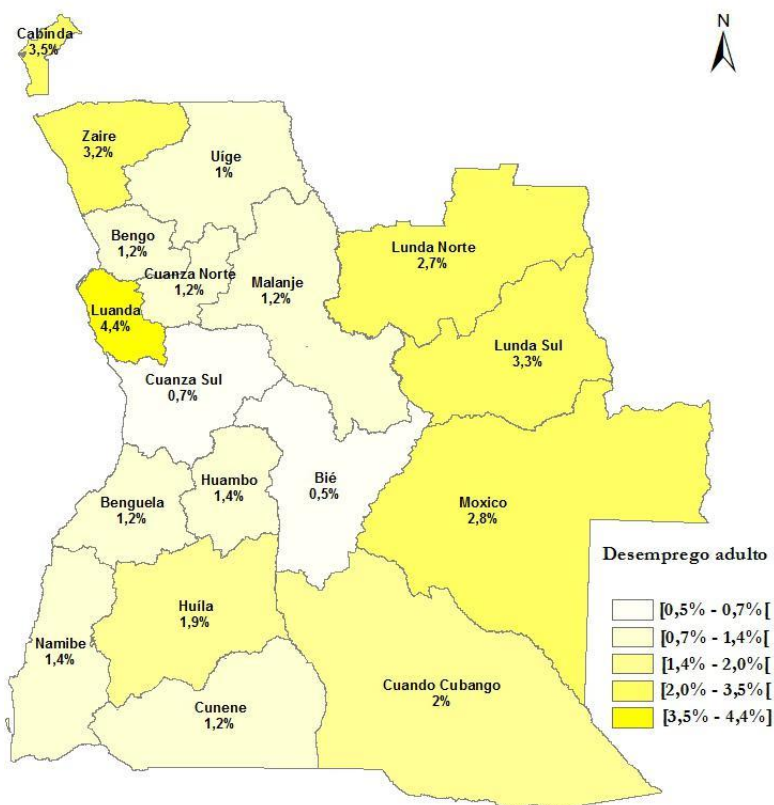
Cartograma 15 - Contribuição do acesso ao saneamento no IPM-A, IIMS 2015-2016



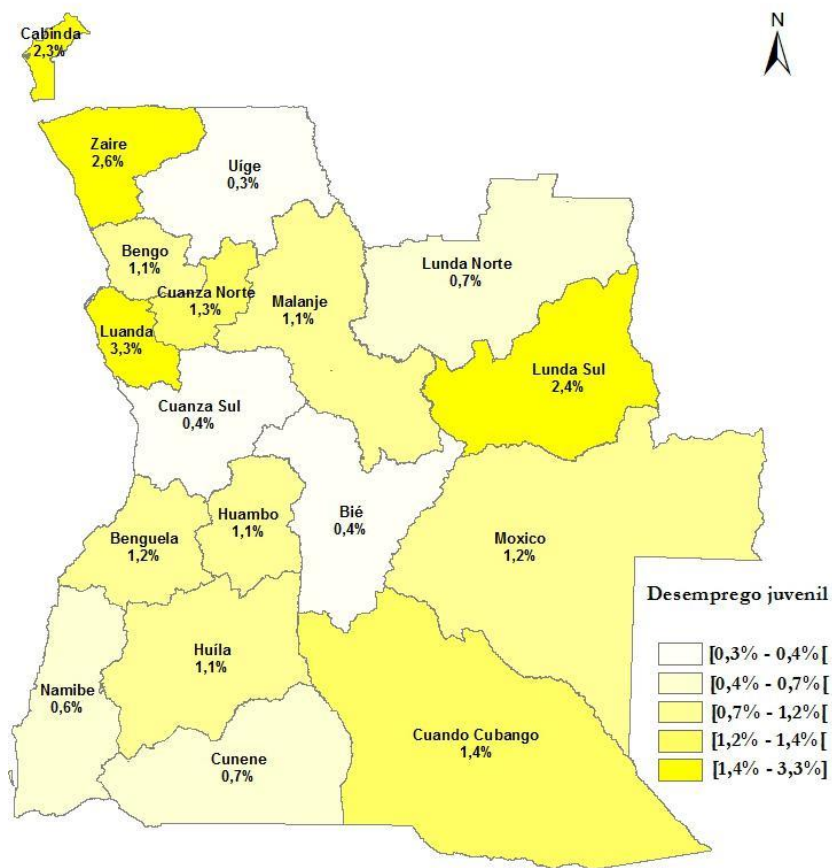
Cartograma 16 - Contribuição do trabalho infantil no IPM-A, IIMS 2015-2016



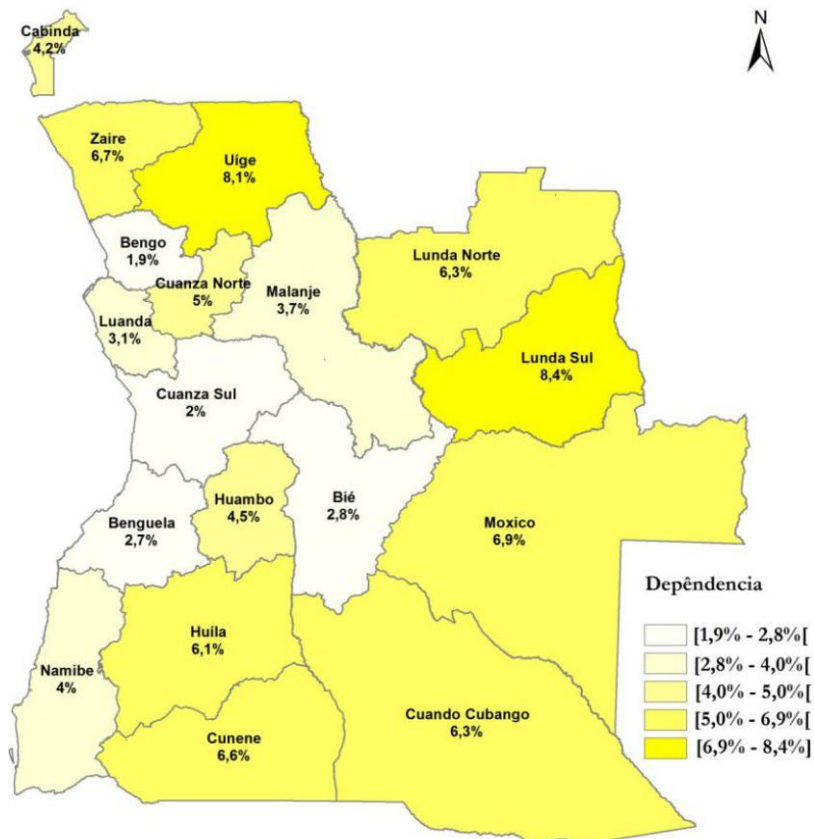
Cartograma 17 - Contribuição do desemprego adulto no IPM-A, IIMS 2015-2016



Cartograma 18 - Contribuição do desemprego juvenil no IPM-A, IIMS 2015-2016



Cartograma 19 - Contribuição da dependência no IPM-A, IIMS 2015-2016



ANEXO V
TAXAS NÃO CENSURADAS E CENSURADAS DO IPM-A

Quadro E - Taxa não censurada do IPM-A por indicador e sexo do chefe do agregado, IIMS 2015-2016

Indicadores	Chefes do agregado homens			Chefes do agregado mulheres		
	Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)	
Nutrição	45,8%	43,4%	48,3%	41,8%	38,9%	44,7%
Cuidados de saúde materna	29,3%	27,2%	31,4%	26,0%	23,4%	28,7%
Mortalidade infantil	6,7%	5,5%	8,2%	5,1%	4,0%	6,4%
Registo civil	61,0%	58,5%	63,5%	56,1%	52,7%	59,4%
Anos de escolaridade	30,4%	28,2%	32,7%	37,8%	34,8%	40,9%
Frequência escolar	41,3%	38,9%	43,7%	40,1%	37,0%	43,3%
Combustível para cozinhar	43,7%	40,9%	46,5%	47,5%	44,1%	50,9%
Electricidade	53,7%	50,2%	57,2%	56,7%	52,5%	60,7%
Habitação	53,6%	50,8%	56,4%	59,2%	55,8%	62,6%
Posse de bens	28,0%	25,9%	30,2%	41,7%	38,8%	44,7%
Água	54,7%	51,1%	58,2%	48,7%	44,3%	53,1%
Saneamento	50,6%	48,0%	53,2%	57,9%	54,4%	61,3%
Trabalho infantil	17,3%	15,4%	19,2%	14,5%	12,4%	16,8%
Desemprego adulto	14,7%	13,0%	16,7%	13,4%	11,3%	15,7%
Desemprego juvenil	8,4%	7,0%	9,9%	10,0%	8,0%	12,4%
Dependência	21,0%	18,9%	23,3%	32,7%	30,0%	35,6%

Quadro F - Taxa censurada do IPM-A por indicador e sexo do chefe do agregado, IIMS 2015-2016

Indicadores	Chefes dos agregados homens			Chefes dos agregados mulheres		
	Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)	
Nutrição	33,8%	31,6%	36,1%	33,5%	30,7%	36,4%
Cuidados de saúde materna	26,3%	24,2%	28,5%	23,7%	21,2%	26,3%
Mortalidade infantil	5,7%	4,6%	7,0%	4,2%	3,3%	5,4%
Registo civil	43,6%	41,3%	46,0%	42,3%	39,4%	45,3%
Anos de escolaridade	28,0%	25,9%	30,2%	33,9%	31,1%	36,8%
Frequência escolar	31,3%	29,2%	33,6%	31,2%	28,4%	34,2%
Combustível para cozinhar	38,0%	35,4%	40,7%	42,5%	39,4%	45,8%
Electricidade	42,3%	39,6%	45,1%	47,0%	43,6%	50,5%
Habitação	42,8%	40,2%	45,5%	47,6%	44,4%	50,8%
Posse de Bens	25,4%	23,3%	27,5%	38,0%	35,2%	40,9%
Água	36,7%	34,1%	39,3%	34,1%	30,8%	37,5%
Saneamento	38,3%	36,0%	40,7%	42,3%	39,1%	45,5%
Trabalho infantil	11,5%	10,1%	13,1%	9,6%	8,0%	11,4%
Desemprego adulto	8,0%	6,9%	9,3%	6,7%	5,4%	8,2%
Desemprego juvenil	5,0%	4,1%	6,1%	5,5%	4,2%	7,0%
Dependência	16,8%	14,9%	18,9%	26,4%	23,9%	29,1%

Quadro G - Taxa não censurada do IPM-A por indicador e área de residência, IIMS 2015-2016

Indicadores	Urbana			Rural		
	Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)	
Nutrição	39,17%	36,54%	41,87%	54,38%	51,76%	56,97%
Cuidados de saúde materna	20,02%	17,97%	22,24%	43,06%	40,48%	45,67%
Mortalidade infantil	5,03%	3,79%	6,66%	8,37%	7,01%	9,96%
Registo civil	53,18%	49,88%	56,46%	71,03%	68,61%	73,33%
Anos de escolaridade	15,03%	13,16%	17,12%	63,53%	59,89%	67,03%
Frequência escolar	34,72%	32,00%	37,55%	51,97%	48,85%	55,07%
Combustível para cozinhar	18,84%	16,66%	21,23%	90,79%	86,55%	93,79%
Electricidade	34,30%	30,06%	38,80%	90,46%	87,35%	92,87%
Habitação	33,18%	30,39%	36,08%	94,29%	91,21%	96,34%
Posse de bens	14,21%	12,46%	16,17%	63,31%	60,21%	66,31%
Água	39,33%	34,68%	44,19%	77,12%	72,86%	80,88%
Saneamento	38,30%	35,44%	41,25%	78,14%	74,55%	81,35%
Trabalho infantil	14,70%	12,69%	16,96%	19,54%	17,14%	22,19%
Desemprego adulto	18,80%	16,65%	21,15%	6,48%	5,18%	8,08%
Desemprego juvenil	11,64%	9,91%	13,62%	3,86%	2,89%	5,13%
Dependência	17,88%	16,06%	19,85%	35,87%	32,09%	39,84%

Quadro H - Taxa censurada do IPM-A por indicador e área de residência, IIMS 2015-2016

Indicadores	Urbana			Rural		
	Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)	
Nutrição	23,0%	20,7%	25,4%	52,7%	49,9%	55,6%
Cuidados de saúde materna	16,2%	14,0%	18,3%	42,2%	39,5%	44,9%
Mortalidade infantil	3,6%	2,5%	4,8%	8,2%	6,7%	9,6%
Registo civil	29,1%	26,4%	31,7%	68,4%	65,7%	71,1%
Anos de escolaridade	12,1%	10,3%	13,8%	60,9%	57,5%	64,4%
Frequência escolar	20,6%	18,2%	23,0%	50,4%	47,2%	53,5%
Combustível para cozinhar	14,4%	12,4%	16,4%	83,4%	79,8%	87,1%
Electricidade	22,1%	19,3%	25,0%	81,9%	78,7%	85,0%
Habitação	20,9%	18,6%	23,1%	85,5%	82,4%	88,6%
Posse de bens	11,5%	9,8%	13,2%	60,0%	56,7%	63,2%
Água	16,7%	14,4%	19,1%	69,9%	65,5%	74,2%
Saneamento	21,0%	18,8%	23,2%	72,2%	68,7%	75,7%
Trabalho infantil	6,7%	5,3%	8,0%	18,6%	16,0%	21,1%
Desemprego adulto	8,7%	7,3%	10,2%	5,7%	4,4%	6,9%
Desemprego juvenil	6,2%	4,9%	7,4%	3,4%	2,4%	4,3%
Dependência	11,0%	9,6%	12,4%	34,8%	31,0%	38,6%

Quadro I - Taxa não censurada do IPM-A por indicador e grupo etário, IIMS 2015-2016

Indicadores	0-9 anos			10-17 anos			18-24 anos			25-64 anos			65 anos e mais		
	Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)	
Nutrição	56,0%	53,9%	58,1%	38,4%	35,9%	40,9%	41,7%	38,8%	44,6%	37,3%	35,4%	39,3%	26,9%	22,6%	31,6%
Cuidados de saúde materna	37,7%	35,7%	39,7%	21,9%	20,0%	24,0%	28,1%	25,6%	30,7%	22,5%	21,0%	24,2%	10,3%	8,3%	12,9%
Mortalidade infantil	7,2%	6,1%	8,4%	6,0%	4,8%	7,6%	6,1%	4,8%	7,6%	5,6%	4,7%	6,7%	2,7%	1,6%	4,5%
Registo civil	73,5%	71,5%	75,4%	51,9%	49,2%	54,7%	55,9%	52,4%	59,3%	51,0%	48,4%	53,6%	34,5%	29,8%	39,5%
Anos de escolaridade	37,3%	35,1%	39,5%	26,9%	24,6%	29,4%	21,0%	18,7%	23,5%	32,0%	30,0%	33,9%	60,4%	55,9%	64,8%
Frequência escolar	50,2%	48,0%	52,4%	41,7%	39,1%	44,4%	28,3%	25,7%	31,1%	35,4%	33,4%	37,4%	26,3%	22,8%	30,1%
Combustível para cozinhar	49,4%	46,6%	52,2%	40,9%	38,1%	43,7%	38,0%	34,8%	41,3%	42,0%	39,7%	44,4%	66,9%	62,8%	70,9%
Electricidade	60,3%	57,1%	63,3%	49,9%	46,2%	53,6%	47,6%	43,5%	51,7%	51,6%	48,3%	54,8%	70,0%	65,2%	74,4%
Habitação	60,5%	57,8%	63,0%	51,7%	48,7%	54,8%	48,8%	45,4%	52,3%	51,7%	49,2%	54,2%	72,1%	68,6%	75,5%
Posse de Bens	35,4%	33,2%	37,7%	27,6%	25,4%	29,9%	26,1%	23,8%	28,6%	30,3%	28,5%	32,2%	54,9%	50,3%	59,4%
Água	55,1%	51,7%	58,5%	51,0%	47,2%	54,8%	49,2%	44,9%	53,5%	52,5%	48,9%	56,1%	58,5%	53,5%	63,4%
Saneamento	57,6%	54,9%	60,2%	46,1%	43,5%	48,8%	50,1%	47,0%	53,2%	50,8%	48,3%	53,4%	60,9%	56,0%	65,5%
Trabalho infantil	16,2%	14,6%	18,0%	21,2%	19,0%	23,6%	15,1%	12,8%	17,8%	14,8%	13,2%	16,5%	11,4%	9,2%	14,0%
Desemprego adulto	14,1%	12,6%	15,7%	13,5%	11,8%	15,5%	12,1%	9,9%	14,6%	16,7%	15,0%	18,4%	9,6%	6,8%	13,4%
Desemprego juvenil	8,1%	7,0%	9,4%	8,1%	6,7%	9,8%	17,5%	15,2%	20,2%	7,0%	5,9%	8,3%	4,8%	3,3%	6,9%
Dependência	25,9%	23,9%	28,1%	24,1%	21,7%	26,7%	20,4%	18,2%	22,9%	20,5%	18,7%	22,5%	59,5%	55,4%	63,4%

Quadro J - Taxa censurada da pobreza multidimensional por indicador e grupo etário, IIMS 2015-2016

Indicadores	0-9 anos			10-17 anos			18-24 anos			25-64 anos			65 anos e mais		
	Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)	
Nutrição	44,9%	42,7%	47,1%	27,2%	25,1%	29,5%	29,3%	26,7%	32,0%	26,8%	25,0%	28,6%	21,6%	17,5%	26,4%
Cuidados de saúde materna	34,6%	32,5%	36,7%	19,4%	17,5%	21,5%	24,9%	22,5%	27,6%	19,9%	18,4%	21,6%	9,5%	7,5%	12,0%
Mortalidade infantil	6,4%	5,4%	7,5%	5,0%	3,9%	6,4%	4,8%	3,7%	6,1%	4,5%	3,8%	5,4%	2,7%	1,6%	4,5%
Registo civil	55,8%	53,7%	58,0%	36,5%	34,0%	39,0%	38,6%	35,8%	41,6%	35,1%	33,0%	37,2%	28,1%	23,6%	32,9%
Anos de escolaridade	35,6%	33,5%	37,9%	24,5%	22,3%	26,8%	19,6%	17,5%	21,9%	27,4%	25,7%	29,3%	50,9%	46,3%	55,4%
Frequência escolar	40,0%	37,8%	42,2%	30,7%	28,4%	33,1%	20,8%	18,4%	23,5%	26,1%	24,3%	27,9%	21,0%	18,1%	24,1%
Combustível para cozinhar	46,3%	43,5%	49,1%	34,8%	32,3%	37,5%	31,0%	28,2%	34,1%	34,9%	32,8%	37,0%	57,1%	52,9%	61,2%
Electricidade	52,0%	49,4%	54,7%	37,9%	35,0%	40,7%	35,5%	32,4%	38,8%	38,7%	36,3%	41,1%	57,5%	53,3%	61,7%
Habitação	52,6%	50,1%	55,2%	38,6%	35,9%	41,3%	36,6%	33,7%	39,6%	38,6%	36,4%	40,7%	59,6%	55,5%	63,5%
Posse de cens	34,0%	31,8%	36,2%	24,5%	22,5%	26,7%	22,6%	20,4%	25,0%	26,2%	24,4%	28,0%	48,2%	43,6%	52,8%
Água	42,3%	39,5%	45,0%	31,6%	29,1%	34,4%	29,1%	26,3%	32,0%	32,4%	30,2%	34,6%	45,7%	41,3%	50,1%
Saneamento	47,2%	44,8%	49,7%	33,4%	31,1%	35,8%	33,3%	30,6%	36,1%	34,9%	32,9%	37,0%	49,9%	45,3%	54,4%
Trabalho infantil	12,5%	11,1%	14,2%	12,9%	11,3%	14,7%	8,0%	6,6%	9,7%	9,2%	8,1%	10,4%	8,2%	6,6%	10,2%
Desemprego adulto	9,0%	7,8%	10,3%	7,1%	6,0%	8,5%	4,8%	3,8%	6,1%	7,7%	6,7%	8,8%	4,9%	3,1%	7,7%
Desemprego juvenil	5,5%	4,6%	6,5%	4,6%	3,6%	5,9%	9,6%	8,1%	11,3%	3,4%	2,8%	4,2%	3,2%	2,0%	5,1%
Dependência	22,4%	20,3%	24,5%	18,5%	16,4%	20,8%	14,5%	12,8%	16,4%	16,1%	14,5%	17,8%	46,7%	43,0%	50,5%

Quadro L - Taxa não censurada IPM-A por província e indicador, IIMS 2015-2016

Províncias	Cuidados de saúde materna		Mortalidade infantil		Registo civil			
	Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)	Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)	Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)		
Cabinda	30,9%	24,6% 38,1%	17,9%	12,6% 24,6%	3,2%	1,9% 5,5%	50,5%	42,8% 58,2%
Zaire	31,9%	27,1% 37,1%	15,4%	10,3% 22,4%	4,2%	1,9% 9,4%	53,8%	46,7% 60,8%
Uíge	45,9%	40,6% 51,3%	39,2%	33,7% 44,9%	7,2%	4,6% 11,1%	61,3%	55,4% 67,0%
Luanda	37,6%	33,1% 42,3%	14,1%	10,9% 18,1%	3,8%	2,0% 7,4%	52,9%	47,0% 58,8%
Cuanza Norte	45,1%	41,0% 49,2%	27,4%	21,1% 34,8%	5,4%	3,0% 9,3%	48,0%	40,8% 55,3%
Cuanza Sul	51,6%	44,0% 59,2%	38,0%	30,2% 46,4%	8,8%	5,8% 13,1%	60,3%	51,4% 68,6%
Malanje	48,1%	39,9% 56,4%	34,7%	26,5% 43,9%	5,0%	3,0% 8,2%	68,7%	59,2% 76,8%
Lunda Norte	52,0%	45,8% 58,1%	37,6%	30,1% 45,8%	6,2%	3,4% 10,9%	63,3%	55,3% 70,7%
Benguela	39,3%	33,3% 45,5%	31,4%	25,8% 37,6%	11,7%	8,6% 15,8%	60,7%	54,4% 66,6%
Huambo	50,3%	43,4% 57,2%	44,6%	38,7% 50,7%	7,9%	5,3% 11,8%	68,7%	63,4% 73,4%
Bié	57,8%	52,6% 62,9%	44,3%	38,1% 50,7%	8,1%	5,6% 11,5%	71,1%	65,1% 76,4%
Moxico	51,2%	44,3% 58,1%	29,3%	21,8% 38,2%	0,6%	0,1% 2,7%	44,5%	36,8% 52,5%
Quando Cubango	51,6%	45,5% 57,6%	31,5%	26,9% 36,5%	5,2%	2,8% 9,7%	60,2%	52,6% 67,2%
Namibe	47,1%	40,5% 53,8%	29,6%	23,5% 36,5%	4,7%	2,4% 9,1%	57,6%	50,2% 64,7%
Huíla	50,4%	42,6% 58,3%	36,6%	30,4% 43,2%	9,8%	6,2% 15,1%	68,2%	61,0% 74,7%
Cunene	52,9%	47,4% 58,3%	29,7%	22,9% 37,6%	4,9%	2,9% 8,0%	72,3%	67,5% 76,6%
Lunda Sul	52,6%	45,8% 59,3%	35,6%	28,9% 42,9%	4,4%	2,7% 7,2%	48,9%	42,2% 55,6%
Bengo	48,8%	41,9% 55,8%	30,5%	25,9% 35,4%	2,3%	1,0% 5,3%	60,6%	52,9% 67,7%

Quadro L - Taxa não censurada do IPM-A por província e indicador, IIMS 2015-2016 (Continuação)

Províncias	Anos de escolaridade		Frequência escolar		Combustível para cozinhar		Electricidade	
	Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)	Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)	Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)	Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)
Cabinda	18,63%	12,05% 27,69%	31,18%	25,27% 37,78%	27,69%	19,89% 37,15%	40,28%	28,27% 53,57%
Zaire	17,43%	11,62% 25,30%	40,01%	33,01% 47,45%	55,80%	45,05% 66,02%	63,89%	49,06% 76,48%
Uíge	31,95%	23,68% 41,53%	45,58%	38,78% 52,54%	75,68%	62,38% 85,38%	77,39%	62,87% 87,37%
Luanda	8,25%	5,78% 11,65%	33,19%	28,51% 38,23%	2,78%	1,37% 5,58%	20,92%	14,98% 28,43%
Cuanza Norte	41,23%	32,93% 50,06%	42,61%	33,10% 52,71%	45,20%	36,12% 54,61%	62,55%	48,59% 74,69%
Cuanza Sul	62,08%	54,59% 69,04%	55,48%	47,50% 63,18%	75,68%	64,77% 84,04%	77,04%	66,62% 84,95%
Malanje	45,51%	38,79% 52,40%	40,11%	31,68% 49,15%	52,79%	42,73% 62,63%	63,51%	51,55% 74,01%
Lunda Norte	47,77%	39,72% 55,94%	51,77%	44,64% 58,82%	80,29%	70,55% 87,38%	75,24%	61,72% 85,13%
Benguela	38,12%	31,42% 45,31%	38,49%	31,66% 45,80%	50,28%	42,99% 57,54%	61,88%	49,20% 73,12%
Huambo	44,91%	36,13% 54,01%	36,53%	31,29% 42,12%	64,07%	53,59% 73,35%	75,68%	62,31% 85,42%
Bié	54,82%	47,05% 62,37%	51,74%	44,15% 59,25%	79,82%	72,69% 85,45%	94,11%	86,24% 97,61%
Moxico	53,22%	44,96% 61,31%	53,99%	46,19% 61,60%	77,37%	62,92% 87,32%	81,37%	67,50% 90,18%
Quando Cubango	53,74%	45,45% 61,83%	54,50%	46,81% 61,98%	67,94%	58,13% 76,38%	70,68%	60,92% 78,85%
Namibe	35,43%	28,79% 42,69%	35,68%	30,11% 41,67%	36,35%	29,28% 44,06%	45,56%	36,32% 55,12%
Huíla	47,81%	38,69% 57,08%	43,64%	35,27% 52,39%	68,22%	56,33% 78,14%	61,32%	50,78% 70,89%
Cunene	42,45%	34,24% 51,10%	49,96%	42,79% 57,13%	79,11%	70,07% 85,96%	83,04%	72,49% 90,10%
Lunda Sul	38,43%	29,59% 48,10%	41,12%	33,31% 49,40%	70,25%	58,78% 79,64%	74,18%	59,79% 84,73%
Bengo	37,07%	30,28% 44,41%	48,38%	41,38% 55,45%	46,19%	32,71% 60,25%	66,83%	53,81% 77,70%

Quadro L - Taxa não censurada do IPM-A por província, segundo o indicador, IIMS 2015-2016 (Continuação)

Províncias	Habitação			Posse de Bens			Água			Saneamento		
	Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)	
Cabinda	16,68%	10,59%	25,28%	23,67%	16,13%	33,35%	29,95%	18,68%	44,32%	64,84%	55,16%	73,45%
Zaire	60,20%	45,06%	73,60%	23,86%	16,18%	33,72%	57,53%	41,60%	72,03%	57,19%	46,94%	66,86%
Uíge	86,47%	77,37%	92,28%	59,02%	50,51%	67,02%	67,52%	56,71%	76,74%	57,07%	49,33%	64,48%
Luanda	10,61%	7,82%	14,26%	6,07%	4,06%	8,98%	42,48%	34,27%	51,13%	27,78%	23,10%	33,00%
Cuanza Norte	84,01%	77,10%	89,12%	44,44%	35,36%	53,90%	42,68%	29,53%	56,95%	65,51%	57,01%	73,12%
Cuanza Sul	88,78%	81,43%	93,46%	44,00%	36,57%	51,71%	74,88%	61,59%	84,71%	75,24%	68,14%	81,20%
Malanje	82,99%	73,56%	89,54%	41,60%	32,55%	51,25%	46,38%	35,60%	57,50%	64,94%	57,20%	71,97%
Lunda Norte	82,05%	72,34%	88,87%	55,34%	44,82%	65,41%	68,69%	53,90%	80,46%	62,78%	54,27%	70,56%
Benguela	60,28%	52,26%	67,79%	30,71%	25,65%	36,27%	43,62%	34,55%	53,14%	67,46%	61,00%	73,31%
Huambo	76,95%	69,79%	82,84%	41,77%	33,76%	50,24%	46,58%	37,93%	55,43%	46,69%	39,57%	53,94%
Bié	86,79%	80,65%	91,20%	60,58%	52,00%	68,55%	47,99%	36,43%	59,77%	56,03%	45,88%	65,70%
Moxico	88,58%	79,65%	93,89%	56,77%	47,56%	65,52%	76,51%	68,92%	82,70%	44,42%	34,83%	54,44%
Cuando Cubango	83,09%	75,74%	88,55%	46,31%	38,64%	54,15%	49,14%	37,61%	60,76%	58,61%	49,29%	67,36%
Namibe	66,01%	57,31%	73,75%	33,73%	27,79%	40,23%	48,98%	37,58%	60,49%	69,26%	60,38%	76,92%
Huíla	82,44%	72,60%	89,27%	45,38%	37,88%	53,09%	67,17%	55,60%	76,98%	78,83%	70,22%	85,47%
Cunene	81,04%	72,83%	87,21%	53,54%	45,90%	61,01%	68,59%	59,17%	76,70%	85,96%	79,85%	90,44%
Lunda Sul	60,29%	48,71%	70,82%	41,38%	32,89%	50,41%	69,07%	49,80%	83,40%	61,53%	52,57%	69,78%
Bengo	74,97%	63,44%	83,79%	37,55%	29,61%	46,21%	78,17%	65,46%	87,13%	50,25%	41,71%	58,78%

Quadro L - Taxa não censurada do IPM-A por província, segundo o indicador, IIMS 2015-2016 (Continuação)

Províncias	Trabalho infantil			Desemprego adulto			Desemprego juvenil			Dependência		
	Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa não censurada	Intervalo de confiança (95%)	
Cabinda	4,1%	1,7%	9,9%	26,3%	21,0%	32,4%	10,1%	7,0%	14,4%	17,3%	12,9%	22,7%
Zaire	9,9%	6,7%	14,4%	17,2%	11,3%	25,3%	13,0%	8,3%	19,6%	29,2%	22,8%	36,6%
Uíge	15,6%	11,4%	21,0%	8,7%	5,2%	14,4%	4,0%	1,9%	8,0%	51,7%	41,1%	62,1%
Luanda	14,8%	11,6%	18,6%	20,2%	16,5%	24,4%	13,1%	10,2%	16,8%	11,4%	8,8%	14,8%
Cuanza Norte	19,9%	15,1%	25,7%	8,0%	4,7%	13,2%	7,0%	3,7%	12,9%	30,5%	23,6%	38,3%
Cuanza Sul	27,1%	21,4%	33,8%	5,2%	2,7%	9,8%	2,5%	1,1%	5,5%	14,8%	10,5%	20,3%
Malanje	15,6%	11,3%	21,2%	11,5%	7,8%	16,6%	6,8%	3,7%	12,2%	24,3%	18,5%	31,3%
Lunda Norte	8,2%	5,0%	13,3%	18,6%	14,2%	24,0%	4,7%	3,0%	7,3%	44,2%	37,1%	51,6%
Benguela	27,3%	21,3%	34,2%	7,6%	5,2%	11,2%	7,1%	4,3%	11,8%	12,6%	9,4%	16,8%
Huambo	16,3%	11,0%	23,4%	10,4%	6,4%	16,4%	7,9%	4,9%	12,7%	29,9%	23,6%	37,1%
Bié	21,3%	15,5%	28,7%	3,6%	1,7%	7,7%	2,9%	1,3%	6,4%	21,5%	13,7%	32,0%
Moxico	6,1%	3,5%	10,3%	20,5%	15,5%	26,7%	8,6%	5,8%	12,6%	46,6%	40,4%	53,0%
Cuando Cubango	22,8%	17,5%	29,1%	14,1%	9,7%	20,1%	9,0%	5,4%	14,5%	42,5%	37,0%	48,2%
Namibe	17,5%	14,0%	21,8%	12,8%	9,3%	17,4%	5,3%	3,1%	9,0%	21,8%	16,9%	27,7%
Huíla	14,7%	8,9%	23,4%	17,3%	12,5%	23,3%	9,0%	5,8%	13,7%	43,0%	31,6%	55,2%
Cunene	14,0%	9,2%	20,6%	8,5%	4,6%	15,2%	5,5%	3,1%	9,7%	44,4%	38,6%	50,5%
Lunda Sul	3,4%	1,8%	6,2%	24,9%	18,4%	32,8%	16,6%	11,9%	22,6%	53,0%	47,2%	58,7%
Bengo	3,6%	1,9%	6,8%	8,1%	4,9%	13,1%	6,6%	4,2%	10,3%	12,1%	8,3%	17,3%

Quadro M - Taxa censurada do IPM-A por província, segundo o indicador, 2015-2016

Províncias	Nutrição			Cuidados de saúde materna			Mortalidade infantil			Registo civil		
	Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)	
Cabinda	19,81%	13,39%	28,30%	15,79%	10,50%	23,04%	2,36%	1,17%	4,70%	30,43%	22,26%	40,05%
Zaire	24,97%	19,89%	30,84%	13,56%	9,62%	18,77%	2,84%	0,93%	8,29%	37,96%	29,40%	47,34%
Uíge	40,41%	34,39%	46,74%	36,19%	29,68%	43,24%	6,85%	4,27%	10,80%	52,66%	44,21%	60,95%
Luanda	16,38%	12,91%	20,55%	10,40%	7,34%	14,54%	2,45%	1,07%	5,48%	21,85%	17,88%	26,43%
Cuanza Norte	36,35%	29,75%	43,50%	23,44%	17,08%	31,28%	5,06%	2,74%	9,15%	38,82%	31,10%	47,14%
Cuanza Sul	46,70%	38,18%	55,42%	35,05%	26,55%	44,62%	8,44%	5,58%	12,57%	56,64%	46,47%	66,27%
Malanje	42,11%	33,12%	51,65%	32,43%	24,00%	42,18%	4,66%	2,68%	7,96%	56,82%	46,15%	66,90%
Lunda Norte	47,13%	39,82%	54,57%	36,10%	28,55%	44,41%	6,16%	3,41%	10,89%	59,63%	50,98%	67,72%
Benguela	30,63%	24,53%	37,48%	29,55%	24,03%	35,73%	8,74%	6,44%	11,76%	44,06%	37,46%	50,87%
Huambo	46,49%	38,87%	54,27%	42,49%	35,96%	49,30%	7,17%	4,55%	11,11%	58,99%	51,55%	66,04%
Bié	52,41%	45,86%	58,89%	41,74%	34,99%	48,82%	8,11%	5,65%	11,52%	64,66%	58,42%	70,44%
Moxico	46,07%	38,98%	53,33%	27,36%	20,10%	36,05%	0,55%	0,11%	2,74%	41,93%	33,99%	50,31%
Cuando Cubango	43,92%	37,55%	50,50%	28,51%	23,57%	34,03%	4,95%	2,51%	9,50%	55,36%	47,15%	63,28%
Namibe	33,61%	27,57%	40,24%	27,68%	21,59%	34,74%	3,65%	1,69%	7,71%	41,53%	34,61%	48,79%
Huíla	46,69%	38,87%	54,68%	35,05%	28,94%	41,70%	9,48%	5,93%	14,82%	60,32%	52,35%	67,77%
Cunene	48,73%	42,74%	54,76%	27,03%	20,76%	34,39%	4,28%	2,46%	7,33%	64,38%	57,81%	70,45%
Lunda Sul	44,39%	36,80%	52,25%	32,43%	24,93%	40,95%	3,70%	2,08%	6,50%	44,85%	37,09%	52,86%
Bengo	39,95%	31,79%	48,70%	26,05%	21,46%	31,23%	2,32%	1,00%	5,28%	50,72%	42,09%	59,32%

Quadro M - Taxa censurada do IPM-A por província, segundo o indicador, 2015-2016 (Continuação)

Províncias	Anos de escolaridade			Frequência escolar			Combustível para cozinhar			Electricidade		
	Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)	
Cabinda	14,9%	8,6%	24,6%	19,4%	13,7%	26,8%	19,8%	12,5%	30,0%	25,0%	16,4%	36,2%
Zaire	14,7%	10,0%	21,2%	30,6%	22,8%	39,6%	37,4%	30,2%	45,2%	39,3%	32,1%	47,1%
Uíge	30,2%	22,3%	39,6%	40,6%	32,4%	49,4%	66,5%	54,5%	76,7%	67,5%	53,8%	78,8%
Luanda	6,1%	4,0%	9,2%	15,5%	12,0%	19,8%	2,0%	0,8%	4,6%	10,8%	7,6%	15,0%
Cuanza Norte	35,6%	27,3%	44,7%	35,5%	27,1%	44,9%	39,4%	30,7%	48,9%	50,3%	39,2%	61,5%
Cuanza Sul	57,1%	49,2%	64,6%	50,2%	42,0%	58,3%	65,4%	54,4%	75,0%	65,8%	55,9%	74,4%
Malanje	42,8%	35,8%	50,1%	34,3%	25,6%	44,2%	46,1%	36,2%	56,3%	54,1%	42,9%	64,8%
Lunda Norte	44,6%	36,2%	53,4%	46,3%	38,3%	54,6%	68,7%	58,5%	77,4%	65,7%	53,6%	76,1%
Benguela	33,3%	26,9%	40,5%	29,7%	23,8%	36,4%	43,1%	36,1%	50,3%	47,6%	38,9%	56,5%
Huambo	41,6%	33,4%	50,3%	32,0%	26,0%	38,7%	59,1%	49,9%	67,6%	64,7%	54,6%	73,6%
Bié	51,6%	44,3%	58,7%	47,6%	40,2%	55,1%	70,0%	62,8%	76,4%	76,9%	71,0%	81,9%
Moxico	49,5%	41,4%	57,6%	49,9%	41,5%	58,3%	69,7%	57,3%	79,8%	71,1%	59,2%	80,7%
Cuando Cubango	49,8%	41,0%	58,5%	47,4%	39,4%	55,5%	59,1%	49,6%	68,0%	60,8%	50,7%	70,1%
Namibe	32,2%	25,6%	39,6%	29,7%	24,1%	35,9%	32,8%	25,9%	40,5%	39,2%	31,4%	47,6%
Huíla	46,9%	37,9%	56,1%	40,1%	30,7%	50,3%	63,4%	51,0%	74,3%	56,4%	45,5%	66,8%
Cunene	40,7%	32,4%	49,5%	46,6%	39,2%	54,1%	73,0%	64,3%	80,2%	74,5%	65,4%	81,8%
Lunda Sul	35,2%	26,6%	44,8%	37,3%	30,1%	45,2%	60,6%	51,2%	69,2%	59,1%	47,7%	69,6%
Bengo	33,8%	27,0%	41,3%	35,3%	28,8%	42,4%	40,4%	28,3%	53,9%	54,1%	43,2%	64,7%

Quadro M - Taxa censurada do IPM-A por província, segundo o indicador, 2015-2016 (Continuação)

Províncias	Habitação			Posse de Bens			Água			Saneamento		
	Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)	
Cabinda	13,0%	7,2%	22,3%	18,0%	11,5%	27,1%	17,8%	10,2%	29,2%	28,9%	20,2%	39,5%
Zaire	38,4%	29,5%	48,2%	19,7%	13,5%	27,8%	32,6%	22,1%	45,3%	35,3%	27,9%	43,6%
Uíge	71,0%	59,7%	80,2%	55,3%	45,8%	64,5%	56,5%	43,3%	68,8%	48,5%	40,3%	56,9%
Luanda	5,4%	3,5%	8,4%	4,4%	2,6%	7,4%	12,0%	8,7%	16,2%	12,1%	9,2%	15,8%
Cuanza Norte	56,2%	47,1%	64,8%	38,3%	29,1%	48,4%	31,8%	20,9%	45,1%	49,5%	41,0%	58,0%
Cuanza Sul	72,3%	63,9%	79,4%	39,5%	31,7%	48,0%	58,8%	47,5%	69,2%	65,2%	57,5%	72,1%
Malanje	63,8%	53,1%	73,3%	39,1%	30,2%	48,8%	40,4%	30,5%	51,2%	52,1%	43,6%	60,5%
Lunda Norte	70,0%	61,1%	77,6%	49,8%	40,2%	59,5%	55,3%	43,1%	66,8%	54,3%	46,6%	61,8%
Benguela	46,2%	38,8%	53,7%	27,4%	22,7%	32,6%	36,7%	29,5%	44,6%	48,5%	41,7%	55,3%
Huambo	65,3%	56,7%	73,1%	38,2%	31,0%	45,9%	39,5%	32,1%	47,4%	38,7%	31,3%	46,5%
Bié	72,9%	65,2%	79,4%	54,8%	47,2%	62,2%	40,8%	30,6%	51,8%	48,4%	38,5%	58,3%
Moxico	73,8%	63,1%	82,3%	53,5%	44,5%	62,3%	60,2%	51,6%	68,1%	38,6%	29,0%	49,2%
Cuando Cubango	68,0%	60,0%	75,1%	42,5%	35,0%	50,4%	44,1%	33,6%	55,1%	50,7%	41,4%	60,0%
Namibe	47,7%	40,6%	55,0%	31,1%	24,9%	37,9%	35,0%	27,4%	43,6%	49,9%	42,0%	57,8%
Huíla	71,0%	60,9%	79,4%	44,3%	37,0%	52,0%	59,2%	47,4%	70,1%	68,6%	59,4%	76,5%
Cunene	74,4%	66,4%	81,0%	50,0%	42,6%	57,4%	59,7%	49,8%	68,9%	76,0%	68,3%	82,3%
Lunda Sul	51,7%	42,4%	60,8%	39,4%	31,2%	48,1%	53,7%	39,6%	67,2%	52,6%	44,5%	60,5%
Bengo	57,4%	47,4%	66,9%	34,6%	26,8%	43,3%	50,1%	41,0%	59,2%	41,5%	34,5%	48,9%

Quadro M - Taxa censurada do IPM-A por província, segundo o indicador, 2015-2016 (Continuação)

Províncias	Trabalho infantil			Desemprego adulto			Desemprego juvenil			Dependência		
	Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)		Taxa censurada	Intervalo de confiança (95%)	
Cabinda	1,1%	0,3%	4,0%	8,5%	5,2%	13,6%	5,5%	3,0%	9,9%	10,4%	6,8%	15,5%
Zaire	7,3%	4,3%	12,0%	11,3%	7,3%	17,0%	9,3%	5,6%	14,9%	23,7%	18,4%	30,1%
Uíge	11,2%	7,5%	16,2%	6,1%	3,7%	9,9%	1,8%	0,6%	5,4%	47,7%	37,5%	58,1%
Luanda	5,7%	3,9%	8,4%	6,6%	4,6%	9,4%	5,0%	3,4%	7,4%	4,7%	3,1%	7,0%
Cuanza Norte	15,5%	10,8%	21,7%	5,7%	3,2%	9,9%	6,0%	2,8%	12,4%	22,9%	16,1%	31,4%
Cuanza Sul	24,4%	18,7%	31,0%	4,2%	1,9%	9,0%	2,5%	1,1%	5,5%	12,7%	9,0%	17,7%
Malanje	13,6%	9,4%	19,5%	6,4%	3,8%	10,9%	5,7%	3,0%	10,6%	19,4%	14,0%	26,3%
Lunda Norte	6,4%	3,8%	10,5%	16,8%	12,6%	22,2%	4,3%	2,5%	7,1%	39,4%	31,8%	47,6%
Benguela	18,2%	13,3%	24,4%	5,2%	2,9%	9,2%	5,1%	2,5%	10,1%	11,9%	8,8%	16,0%
Huambo	12,1%	7,8%	18,3%	7,7%	4,4%	13,3%	6,3%	3,4%	11,6%	25,4%	19,4%	32,4%
Bié	18,8%	12,7%	27,0%	3,3%	1,5%	7,2%	2,7%	1,2%	6,2%	18,1%	11,2%	28,0%
Moxico	5,2%	2,8%	9,5%	17,1%	12,0%	23,7%	7,1%	4,5%	11,3%	41,3%	35,3%	47,7%
Cuando Cubango	17,6%	13,0%	23,5%	12,1%	7,9%	17,9%	8,6%	5,0%	14,3%	37,6%	32,3%	43,3%
Namibe	14,8%	11,1%	19,3%	6,0%	3,5%	10,0%	2,7%	1,2%	6,0%	16,8%	12,2%	22,7%
Huíla	10,7%	6,4%	17,2%	11,7%	8,3%	16,3%	7,2%	4,4%	11,4%	38,0%	26,4%	51,2%
Cunene	13,2%	8,6%	19,6%	7,9%	4,2%	14,4%	4,4%	2,4%	8,0%	42,6%	36,9%	48,6%
Lunda Sul	2,5%	1,2%	5,0%	18,4%	13,2%	25,1%	13,3%	8,8%	19,8%	46,5%	38,9%	54,2%
Bengo	3,1%	1,6%	6,1%	5,6%	3,1%	10,2%	5,2%	3,0%	9,0%	8,8%	5,5%	13,8%

ANEXO VI

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO

Quadro N - População por província para o período 2015-2020

Províncias	2015-2016	2017	2018	2019	2020
Angola	27 092 558	28 359 634	29 250 009	30 175 553	31 127 674
Cabinda	747 959	779 383	801 374	824 143	847 377
Zaire	625 358	655 536	676 649	698 521	720 902
Uíge	1 549 241	1 615 360	1 662 047	1 710 810	1 761 367
Luanda	7 338 248	7 714 644	7 976 907	8 247 688	8 523 574
Cuanza Norte	462 932	482 222	495 810	509 969	524 569
Cuanza Sul	1 966 159	2 050 441	2 109 999	2 172 184	2 236 581
Malanje	1 031 571	1 076 481	1 108 264	1 141 485	1 175 886
Lunda Norte	903 836	944 165	972 183	1 001 090	1 030 631
Benguela	2 323 506	2 414 094	2 477 595	2 543 493	2 611 074
Huambo	2 127 201	2 234 039	2 309 829	2 389 231	2 471 780
Bié	1 528 979	1 602 663	1 654 744	1 709 139	1 765 495
Moxico	793 998	829 230	854 258	880 480	907 681
Cuando Cubango	559 028	583 893	601 454	619 757	638 615
Namibe	523 105	549 857	568 722	588 378	608 649
Huíla	2 616 358	2 735 297	2 819 253	2 906 791	2 997 267
Cunene	1 039 066	1 087 493	1 121 748	1 157 491	1 194 495
Lunda Sul	564 759	591 237	609 851	629 213	649 133
Bengo	391 259	413 599	429 322	445 690	462 598

Fonte: Cálculos do INE, usando o RGPH 2014 e o IIMS 2015-2016

ANEXO VII

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Agregado familiar: pessoa ou um grupo de pessoas, com ou sem relações de parentesco, que vivem habitualmente sob o mesmo tecto e partilham as despesas alimentares e/ou outras necessidades vitais.

Água da chuva/chimpacas: água utilizada para beber proveniente das chuvas e acumulada artificialmente.

Cacimba/Poço protegido: água proveniente de um ponto de água escavado manualmente e está protegida (pode ou não ter uma bomba manual).

Cacimba/Poço desprotegido: água proveniente de um ponto de água escavado manualmente e não está protegida (pode ou não ter uma bomba manual).

Camião cisterna: água consumida abastecida por camiões e provém da rede pública ou rios.

Chafariz público: ponto de abastecimento de água à comunidade em que água provém da rede de distribuição pública, de furo ou uma cacimba protegida.

Charco, rio, riacho: água utilizada para beber proveniente das chuvas, rio ou riacho.

Furo com bomba: água proveniente do subsolo bombeada através de uma tubagem com manivela.

Torneira do prédio/vizinho ligada à rede pública: torneira de abastecimento de água está localizada no prédio, ou residência, do vizinho.

Torneira na residência ligada à rede pública: torneira de abastecimento de água está localizada na própria habitação (inclui o perímetro do quintal).

Nascente desprotegida: água proveniente de uma nascente que não está protegida.

Nascente protegida: água proveniente de uma nascente que está protegida com chapas, madeiras, pedras, etc.

Retrete/latrina ligada a fossa séptica: retrete/latrina da casa de banho, dentro ou fora de casa, está directamente ligada a uma fossa séptica.

Sanita/retrete/latrina ligada à rede pública de esgotos: sanita da casa de banho, dentro ou de fora de casa, está ligada à rede pública de esgotos.

Sanita ligada a fossa séptica aberta (vala ou rio): sanita da casa de banho está ligada a uma vala ou rio, através de um tubo.

Malnutrição Crónica ou Altura por Idade (A/I): também designada como nanismo nutricional, em resultado de insuficiência alimentar crónica ou doenças repetitivas e/ou prolongadas. Manifesta-se com atraso de crescimento em altura relativamente à idade. As medições encontram-se abaixo de menos -2DP comparando com a tabela. As que situam-se abaixo -3 DP são classificadas como malnutrição crónica severa.

Malnutrição aguda ou Peso por Altura (P/A): também designada como marasmo/kwashiorkor, em resultado da perda da massa muscular, e/ou com a presença de edemas. É um alerta para situações de emergência nutricional, uma vez que, este tipo de malnutrição, resulta de uma doença aguda ou privação de alimentos. Menores de cinco anos com -2DP e -3DP da população de referência. As crianças são consideradas desnutridas se o escore z de peso / idade for inferior a menos dois desvios-padrão da mediana da população de referência.

Mortalidade em menores de 5 anos: consiste na morte de crianças durante os primeiros cinco anos de vida.

Desempregado: pessoa de um determinado grupo etário, no período de referência (últimos 7 dias anteriores ao inquérito), se encontrava simultaneamente nas seguintes situações:

- i. Não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- ii. Estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não.

Empregado: pessoa com idade mínima de 15 anos que, no período de referência (última semana), se encontrava numa das seguintes situações:

- i. Tinha efectuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- ii. Tinha uma ligação formal a um emprego, mas não estava ao serviço;
- iii. Tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica;
- iv. Estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Taxa de privação censurada: a proporção de pessoas que são multidimensionalmente pobres e são privadas em cada indicador.

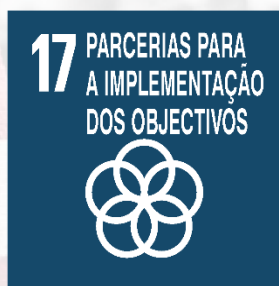
Taxa de privação não censurada: a prevalência de cada privação entre a população total, independentemente de ser pobre ou não.

Índice de Pobreza Multidimensional (IPM): valor do IPM varia de zero a um, é calculado multiplicando a incidência da pobreza pela intensidade média da pobreza. Mostra a proporção de privações que os pobres de um País sofrem do total de privações possíveis que seriam experimentadas se todas as pessoas da sociedade fossem pobres e privadas em todos os indicadores.

Incidência de pobreza: proporção da população que é pobre de acordo com o IPM-A, ou seja, refere-se aquelas pessoas que são privadas em pelo menos 30% dos indicadores ponderados.

Intensidade da pobreza: parcela média de privações que as pessoas pobres experimentam ao mesmo tempo.

Remuneração- pagamento em dinheiro ou em espécie (mercadorias ou serviços) pelo serviço prestado ou pela actividade desenvolvida no decurso da semana de referência.



Instituto Nacional de Estatística

Av. Ho-Chi-Minh
Luanda - Angola
Tel.: (+244) 226 420 730/1
<https://www.ine.gov.ao>
geral@ine.gov.ao